

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA - SP

LEONARDO BORGES REIS

Linguagem e Política no Pensamento de
Avram Noam Chomsky

MARÍLIA
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LEONARDO BORGES REIS

Linguagem e Política no Pensamento de
Avram Noam Chomsky

Dissertação apresentada como exigência final para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia à Comissão Julgadora da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-UNESP.

Área de Concentração: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Monteagudo.

MARÍLIA
2010

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Reis, Leonardo Borges.
R3751 Linguagem e política no pensamento de Avram Noam
Chomsky / Leonardo Borges Reis. – Marília, 2010.
158 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

Bibliografia: f. 153-158

Orientador: Profº Drº Ricardo Monteagudo

1. Filosofia da linguagem – Concepções políticas.
2. Linguagem – Reflexão epistemológica. 3. Chomsky, Noam.

I. Autor. II. Título.

CDD 401

LEONARDO BORGES REIS

Linguagem e Política no Pensamento de Avram Noam Chomsky

Este exemplar corresponde a redação final da Dissertação apresentada para a Defesa pela Banca Examinadora em 31/05/2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Maria Eunice Quilici Gonzalez

Prof. Dr. Ricardo Monteagudo

Prof. Dr. Vladimir Pinheiro Safatle

Marília

2010

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão ao orientador desse trabalho, professor Ricardo Monteagudo, foi ele, afinal, quem deu possibilidade à existência desse projeto. Mesmo conhecendo-o há pouco tempo, pude notar algo em sua personalidade que me cativou intensamente: seu amor pela filosofia. Nos momentos de tormenta sua demonstração de zelo serviu-me de alento e incentivo. Sou ainda excepcionalmente grato pelos conselhos das professoras Patrícia Piozzi e Maria Eunice, assim como daqueles direcionados pelo professor Vladimir Safatle. Esses profissionais leram meu trabalho e apontaram *lapsus calami*, além disso mencionaram críticas de imenso valor. Não poderia esquecer-me do apoio e carinho que recebi de minha sincera companheira Letícia. Quero também registrar aqui meu agradecimento ao “mecenato” de minha querida mãe Rosemeire e de minha estimada tia Renilda. Cito também a formidável presença dos meus afetuosos amigos: o valioso mineiro Leandro, e meu velho camarada Ronaldo, pessoas com as quais aprendo sobre a vida de maneira descontraída. Muito contribuíram meus queridos professores David Victor-Emmanuel Tauro e Raymond Rainville.

RESUMO

O presente trabalho procura investigar as concepções políticas da filosofia da linguagem de Noam Chomsky. Através da construção do conceito de natureza humana, desenvolvido pelo lingüista (modelo sugestivo), há uma importante mediação entre linguagem e política. A metodologia de Chomsky constitui um vigoroso esforço para construir a mediação da ação humana, relacionada com o socialismo e a liberdade. A linguagem, ligada ao conhecimento humano, espelha propriedades essenciais do espírito. A reflexão epistemológica suscitada pela análise da linguagem, apesar de seus contrapontos técnicos, a exemplo da ciência lingüística, alimenta uma abrangência filosófica que se ramifica nos campos da ética, da filosofia política e estética, chegando até mesmo a uma teoria social. Assim, Chomsky propõe um princípio auto-realizador criativo, inerente à espécie.

ABSTRACT

The present work attempts to investigate the political conceptions of Noam Chomsky's philosophy of language. Through construction of human nature concept developed by the linguist (suggestive model), there is an important mediation between language and politics. Chomsky's methodology constitutes a vigorous effort to build a mediation of human action related to the socialism and to the freedom. The language linked to human knowledge reflects the essential properties of the spirit. The epistemological reflection raised by the analysis of language, despite its technical counterpoints, such as the linguistic science, feeds a philosophical range with ramifications in the fields of ethics, political philosophy and aesthetics, even coming to a social theory. Thus, Chomsky proposes a principle of creative self-realization as inherent to the species.

LISTA DE ABREVIACOES

ATS Aspects of the Theory of Syntax.

DE Descrição Estrutural

EA Estruturalismo Americano

EC Estrutura Cognitiva

EP Estrutura Profunda

ES Estrutura Superficial

GG Gramática Gerativa

GL Gramática da Língua.

GU Gramática Universal.

LC Lingüística Cartesiana

LSLT The Logical Structure of Linguistic Theory

SS Syntactic Structures

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo transformacional de Zellig Harris.....	33
Figura 2 – Modelo simples de axiomas para Regras Recursivas.....	35
Figura 3 – Esquema simples do funcionamento de Regras Recursivas.....	35
Figura 4 – Esquema em árvore para o indicador sintagmático (3).....	37
Figura 5 – Esquema da Teoria Padrão.....	47
Figura 6 – Quadro de uma Teoria da Aprendizagem.....	98

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES	08
LISTA DE FIGURAS	09
INTRODUÇÃO	11
PARTE I - DA NATUREZA DO CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO	16
Capítulo I. Da taxionomia à explicação.....	17
Capítulo II. A Teoria Padrão.....	46
Capítulo III. Lingüística cartesiana e naturalização.....	57
Capítulo IV. O problema de Platão.....	73
Capítulo V. Gramática Universal e condições sobre regras.....	82
PARTE II – SOBRE LINGUAGEM, NATUREZA HUMANA E LIBERDADE	93
Capítulo VI. Teoria da aquisição da linguagem.....	94
Capítulo VII. Linguagem e natureza humana.....	103
Capítulo VIII. Linguagem e liberdade.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
BIBLIOGRAFIA	153

INTRODUÇÃO

As coisas acontecem no mundo devido aos esforços de pessoas dedicadas e corajosas, de cujo nome ninguém ouviu falar, e que não passam para a história. Noam Chomsky.

Dissertar a propósito do pensamento do americano Avram Noam Chomsky (1928) significa defrontar-se com um vasto e profundo campo intelectual. Ao longo de sua intensa carreira, Chomsky publicou mais de 80 livros, assim como um grande número de artigos (praticamente mais de um milhar). Aos oitenta e dois anos de idade, Chomsky continua ativo e, como alguém lhe descreveu: "*a rebel without a pause*". Sua produção, afinal, parece não ter alcançado um limite, visto que as urgências políticas de nossa época encontram em Chomsky um dedicado analista. Basta proceder a um simples acesso do seu *site* oficial para que se verifique com que entusiasmo e coerência aumentam constantemente o montante dessa produção. Seus temas de interesse percorrem uma ampla área de disciplinas: lingüística, política, filosofia, ciências cognitivas, psicologia, educação, etc.

Chomsky se tornou professor do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) aos 29 anos de idade e, desde então, pôde dedicar-se integralmente à pesquisa e ao ensino. Seus cursos no MIT ajudaram a formar nomes hoje reconhecidos, entre os quais temos os de Jerry A. Fodor, Jerrold J. Katz, Steven Pinker, entre outros. Diante desse quadro, não seria difícil entender a razão pela qual seus livros são traduzidos e reimpressos em diversas línguas, assim como o motivo de encontrarmos sua agenda de palestras e entrevistas lotada pelos próximos três anos. Não obstante a toda essa intensa atividade, Chomsky costuma reservar cerca de 20 horas semanais para responder às correspondências que lhe são enviadas. Circunspecto e coeso, raramente menciona sua vida particular, já que rejeita com veemência qualquer culto de caráter personalista. Através de uma concepção engajada do mundo, está sempre a enfatizar que “as coisas acontecem no mundo devido aos esforços de pessoas dedicadas e corajosas, de cujo nome ninguém ouviu falar, e que não passam para a história” (CHOMSKY, *apud* BARSKY, 2005, p. 18).

Chomsky ficou conhecido internacionalmente como um distinto ativista da nova esquerda americana em decorrência, sobretudo, de sua postura de resistência à política externa de seu país. Com maior propriedade, pode-se dizer que a Guerra do Vietnã encarnou o cenário

em que desponta o ativismo político chomskiano. Porém, muito antes desse episódio, o jovem Chomsky - criado sob a influência do movimento operário americano dos anos 30 - se viu desde muito cedo arrebatado pela idéia de que as sociedades libertárias “podiam funcionar e atender às necessidades do indivíduo e da coletividade” (BARSKY, 2005, p. 42.). Os eventos relacionados à Revolução Espanhola, unidos à posição ocupada pelos anarquistas nesse conflito fizeram-lhe refletir, já na década de 1940, quando adolescente, sobre as semelhanças entre o programa fascista e ocidente democrático.

Podemos dizer que suas análises sociais e políticas ainda transcorrem sob um viés libertário. Os rumos adotados nas políticas intervencionistas do império americano levaram o lingüista a concentrar sua atenção sobre os meios de comunicação de massa. Produziu-se daí um substancial conjunto de comentários a respeito da construção das “verdades oficiais”. No referido ativismo encontramos uma árdua defesa do antiintelectualismo. Seus textos políticos, dessa maneira, são abalizados por uma clareza e simplicidade excepcionais. Segundo o que Chomsky tem reiterado por todos esses anos, os padrões que subjazem aos fenômenos mais importantes da vida econômica, social, política, não são muito difíceis de distinguir, embora se façam muitos esforços para ocultar os fatos. Sua confiança no papel dos intelectuais dispõe da necessidade moral e do compromisso desses em reagir aos “sistemas de doutrinação”.

Por outro lado sabe-se que, já nos anos 60, Chomsky se tornara um “revolucionário” na ciência lingüística. Junto ao trabalho de ativismo social, Noam foi responsável por uma das mais notáveis criações da lingüística teórica do século XX: a Gramática Gerativa. Através dessa teoria foi introduzida a idéia de que a linguagem humana se assenta sobre a manifestação de estruturas abstratas universais, que tornam possível a aprendizagem de sistemas particulares de línguas. A manifestação da linguagem dependeria, dessa forma, do estímulo do contexto lingüístico e do emprego de estruturas universais, subjacentes aos humanos. Dado esse quadro notamos que, mesmo com o enorme desenvolvimento e alcance de suas idéias, o conjunto do pensamento de Chomsky permanece imerso sob relações aparentemente enigmáticas¹. Nos referimos aqui às ligações entre a sua teoria da linguagem e sua obra política. Normalmente, as referências encontradas sobre Chomsky oscilam entre dois territórios de fronteiras supostamente intransponíveis: de um lado encontra-se o político e do outro o lingüista.

Um primeiro olhar sobre a produção intelectual de Chomsky, portanto, releva a magnitude e ambivalência dessa obra. Tal amplitude oferece até mesmo ao investigador mais

¹ KIGNT, 2004.

treinado sérias dificuldades. Porém, mesmo com a clivagem entre a obra de ativismo e de ciência da linguagem², um olhar mais aguçado pode vir a identificar breves incursões do autor no campo de uma teoria social³. Teoria baseada num modelo de natureza humana. Esse movimento terá uma rápida, mas profunda relação com a análise da linguagem. Em algumas obras como *Linguagem e Política*, *Problemas do conhecimento e da liberdade*, *Linguagem e Responsabilidade*, entre outras, faz-se alusão à possibilidade de construção de uma análise política (chamada de análise genérica) inspirada sob um conceito de natureza humana. A estrutura do conceito de natureza humana, como se pretende demonstrar, encontra sua ancoragem, segundo o próprio lingüista, numa investigação de fatos presentes na linguagem. Se observarmos a questão desse ponto, podemos falar, portanto, numa reciprocidade entre política e teoria da linguagem.

Mesmo com a manifestação dessas relações mútuas, há certa dificuldade em encontrar intérpretes que tentem considerar as questões que envolvem os estudos da linguagem e seus aspectos políticos⁴. Entre as razões desse descaso podemos nomear a própria dificuldade que o tema impõe. Chomsky, como veremos, tece seus comentários entre linguagem e política e, nunca diretamente, entre a lingüística técnica e a política. Ao mesmo tempo, pode-se indicar como causa dessa nebulosidade a relativa escassez de pesquisas que tentem detalhar o procedimento filosófico de Chomsky no estudo da linguagem (do ponto de vista de aspectos mais gerais). Reside aí, a nosso modo de ver, a importância de abordagens filosóficas dessa obra.

Tendo em vista a citada clivagem, entre política e linguagem, pretendemos com esse trabalho apontar os elementos articuladores dos temas em questão. Para realizar tal empresa procuramos acentuar, precisamente, a condição epistemológica elaborada pelo autor para a congruência dos temas em questão. É válido lembrar que a obra do lingüista apresenta um contorno extremamente heterogêneo e que, por essa razão, não ambicionamos que nossa leitura demarque um ponto final sobre o assunto. Não temos, aliás, condições de chegar a um arbitramento que indique, por exemplo, um “sistema” (no sentido hegeliano) nas idéias de Chomsky. Por esse motivo, conforme veremos, o enfoque da clivagem entre linguagem e política se assenta sobre reflexões condicionais.

Veremos que não há um sistema de idéias em Chomsky, envolvendo a natureza

² Cf. CHOMSKY, 2007.

³ Cf. Id., 2006.

⁴ Segundo Barsky “embora seu trabalho lingüístico tenha sido razoavelmente bem coberto (a despeito das fragilidades de muitos estudos históricos), há uma quantidade pequena de comentários disponíveis sobre a formação política de Chomsky e sua contribuição para a teoria política”.(BARKSKY, p. 18, 2005).

humana (suporte da política) e a linguagem, por conta, em primeiro lugar, do caráter das disciplinas e, em segundo, pelo fato de não existir uma representação final (ou científica) e acabada de toda a verdade possível para a natureza humana, visto que o próprio caráter do programa de investigação de Chomsky “é singularmente incompatível com todo tipo de dogmatismo” (OTERO, 1984, p. 19).

Notaremos um sugestivo interesse do lingüista na ampla investigação dos sistemas cognitivos humanos, devido, principalmente, àquela reflexão sobre a natureza humana que brota, por conseguinte, de uma generalização epistemológica no campo da linguagem. Convém, então, notar a existência de estrutura de procedimentos e interesses, segundo a divisão do próprio Chomsky, que se revela em duas frentes: O Problema de Platão e o Problema de Orwell. Ao problema de Platão cabe “descobrir princípios explicativos, por vezes ocultos e abstratos, que possam dar sentido a fenômenos que, à superfície, parecem caóticos, discordantes e carecendo de qualquer padrão de significado” (CHOMSKY, 1994, p. 18). Temos aqui o referido problema epistemológico, que tem por matéria o uso e a aprendizagem da linguagem. Já o estudo do problema de Orwell é uma questão de reunião de evidência e de exemplos para ilustrar aquilo que poderia ser inequívoco para um observador racional qualquer, afinal “o poder e o privilégio” são perfeitamente analisáveis para a mente regular (CHOMSKY, 1994). O Problema de Platão, como se vê, está para a linguagem assim como o Problema de Orwell está para a análise política.

A disposição dessas frentes de trabalho não indica, porém, como poderia suscitar, uma ordem de preponderância lógica de uma seqüência sobre a outra. Mas, conforme o que pretendemos apresentar ao leitor - na segunda parte desse trabalho -, se quisermos compreender com maior amplitude conceitos tais como os de poder ou justiça, que organizam os juízos de Chomsky, dentro da massa de referências de que se compõe o Problema de Orwell, teremos que fazer conexão com o conceito de natureza humana. Ora, esse conceito é gestado, praticamente, em virtude de concepções presentes na teoria da linguagem. A respeito disso, a obra de Chomsky parece deixar claro: o Problema de Orwell, que se enraíza sob a atuação do ativista e conferencista, não poderia estar completamente isolado do restante da obra. Nesse processo, o conceito de natureza humana é central para a sustentação de parte considerável dos juízos políticos usados por Chomsky.

Se o conceito de natureza humana não é, contudo, absorvido rigidamente pela ciência, mas apenas dá curso a uma apresentação racional e adequada da realidade, isso não impede que o Problema de Orwell esteja na ordem do dia. Sob os temas do ativismo, segundo

Chomsky, reside a condição primária e real para a subsistência de quaisquer projetos intelectuais mais profundos:

o problema de Platão é profundo e intelectualmente excitante: o problema de Orwell pelo contrário, parece-me sê-lo muito menos. Mas, a menos que consigamos chegar a compreender o problema de Orwell, a reconhecer o seu significado na nossa própria vida social e cultural e a ultrapassá-lo, são poucas as possibilidades de a espécie humana sobreviver o tempo suficiente para descobrir a resposta ao problema de Platão ou a outros que desafiem o intelecto e a imaginação. (CHOMSKY, 1995, p. 19).

Diante da força reivindicatória do Problema de Orwell, não deixa de nos parecer esclarecedor que Chomsky tenha adotado nos últimos anos uma tendência surpreendente em suas obras sobre lingüística teórica. Paralelamente aos ensaios com áridas discussões teóricas no campo lingüística, Chomsky tem inserido em seus livros capítulos políticos, sobre os mais diversos assuntos, tais como a escalada nuclear dos Estados Unidos, as políticas do império para os países de periferia, etc.⁵

Tendo em vista o breve conjunto aqui apresentado, estruturamos nossa dissertação na direção da elucidação dos aspectos epistemológicos da lingüística de Chomsky, para então, reconstruir paulatinamente os conceitos políticos gerais, daí oriundos. Dessa maneira, nosso trabalho divide-se em duas partes. Cada uma dessas está desenvolvida em tópicos. A primeira parte versa sobre a revolução lingüística de Chomsky, onde procura-se entender a natureza do conhecimento lingüístico. Na segunda parte do trabalho demonstraremos como o conceito de natureza humana encontra-se vinculado à argumentação da teoria linguagem, permitindo, ao final, o alicerce do prédio político de Chomsky. Por conta desse objetivo, não poderemos oferecer maiores esclarecimentos sobre a imensa obra política de Chomsky, que contém um amplo número de análises, muitas vezes circunstanciais. Porém, esperamos indicar ao leitor algumas idéias centrais que compõem tais análises. Principalmente no que diz respeito aos recorrentes conceitos de poder, natureza humana e liberdade.

Optamos por não traduzir as obras de referência que já tenham sua versão em língua portuguesa, porém, a cada citação das traduções adotadas, indicaremos sua forma no original conforme o material de que dispomos. Para as obras cuja tradução continua inédita, fizemos nossa própria versão em língua portuguesa dos trechos citados.

⁵ Podemos citar, por exemplo, publicações como *Sobre a natureza da linguagem*, *O conhecimento da língua*, *sua natureza, origem e uso*, *Problemas sobre o conhecimento e a liberdade*, que incluem debates estritamente políticos em capítulos separados, geralmente ao final dos debates lingüísticos.

PARTE I

DA NATUREZA DO CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO

CAPÍTULO I - DA TAXIONOMIA À EXPLICAÇÃO

A expressão “revolução”⁶, adotada por comentadores para descrever o impacto causado pelas contribuições de Avram Noam Chomsky, pode nos inquietar, sugerindo um exagero. Porém, descartada a primeira impressão, a adoção do termo não parece sem fundamento. Uma caracterização tão aguda desse pensamento, como se verá, refere-se fundamentalmente a inovação promovida por Chomsky na lingüística do século XX. Tal novidade se estabeleceu, segundo historiadores da lingüística (RUWET, 2001), nomeadamente, na passagem de um modelo de descrição ao de explicação dos fenômenos da linguagem. Enquanto as teorias estruturalistas⁷ assumiram, em geral, posições aparentemente descritivistas, Chomsky introduz em 1957, com seu livro *Syntactic Structures* (SS), a idéia de que muitos dos fenômenos lingüísticos existentes poderiam ser explicados em termos de princípios gerais. A fronteira central do então nascente projeto investigativo “revolucionário” definiu-se, sobremaneira, pela admissão ousada de um modelo de ciência hipotético-dedutivo.

O conjunto do pensamento chomskiano – divisor de águas na moderna lingüística teórica - é simultaneamente acompanhado por reflexões filosóficas e políticas adjacentes. Entretanto, essas reflexões não possuem congruência par a par com o trabalho desenvolvido pelos estudos da estrutura da linguagem. Parte considerável do trabalho teórico político de Chomsky baseia-se em uma revitalização de posições clássicas sobre a natureza humana, no sentido cartesiano. O arcabouço dessa construção, todavia, é fruto de peculiares cogitações efetuadas pelo lingüista a partir de modelos da linguagem. Pode-se dizer que sua teoria política (tal como a noção de natureza humana que lhe é inseparável) está modelada até certo nível por profundas sugestões oriundas dos estudos da linguagem. Para o leitor acostumado a uma interpretação mais ou menos técnica dessa obra, como no caso dos lingüistas, fonólogos, etc., tal aspecto do pensamento chomskiano pode até mesmo parecer suspeito. Para outros, esse tópico talvez soe apenas como um eco longínquo.

Logo, como se notará, a discussão sobre a natureza humana somente se deixa entrever nos trabalhos lingüísticos, dada a condição aparentemente desarticulada da exposição.

⁶ A expressão “revolução” é adotada por diversos comentadores, por exemplo: OTERO, 1984; LYONS, 1995; GARDNER, 2003 e SEARLE, 1974.

⁷ Nossas referências ao estruturalismo se concentram, sobretudo, na vertente norte-americana (Estruturalismo Americano-**EA**) representada principalmente pela figura de Leonard Bloomfield (1887-1949). De certa maneira Bloomfield e sua “escola” definiram, até meados dos anos cinquenta do século XX, as linhas gerais da disciplina lingüística. Para Bloomfield a tarefa elementar da lingüística estava na descrição das línguas através do recolhimento de um *corpus representativo*, o instrumental para a coleta dessas informações seria fornecido pelos “procedimentos de descoberta”. Ver a esse respeito BLOOMFIELD, 1957.

De outro lado, a análise política de Chomsky, que se caracterizou, sobretudo, pela denúncia da política expansionista do Império Americano, foi muitas vezes tomada pela nova esquerda (em seus vários matizes) como um bloco, separado das reflexões sobre a linguagem. O exame crítico que lhe rendeu, e que ainda hoje lhe rende atenção do público, baseia-se comumente na coleta de informações e ardis de uma vasta fonte de documentos. Entre estes encontram-se relatórios estratégicos da política externa dos EUA; declarações oficiais de aparelhos da inteligência; notícias da imprensa; relatórios de organismos multilaterais; etc. Pode-se classificar a massa de provas e críticas produzidas, nesse âmbito, como uma investigação sobre as “Razões de Estado”.

Pretendemos com este trabalho demonstrar a existência de um relativo suporte de afinidades entre a obra política de Chomsky e, sua investigação da linguagem. Segundo o que pensamos, tal hipótese de trabalho não está desprovida de fundamento. Porém, devemos tomar a questão com prudência. Afinal, a hipótese esbarra na própria negativa de Chomsky, concernente à ligação entre seus trabalhos de política e da estrutura da linguagem. Uma leitura desarmada pode tomar essa negação como símbolo enfático da separação dos temas. Veremos, contudo, que existem condições específicas para o parentesco entre os temas. A explicação para a negação está no estudo técnico proporcionado pela concepção da estrutura da linguagem. A compreensão técnica da linguagem é distinta da reflexão sobre a linguagem. Essa última locação é a mais adequada para se extrair ligações com os problemas humanos, bem como para as questões de ordem política.

De outro lado, há certa escassez de referências às conjunções presentes na filosofia política chomskiana⁸. Tal carência, porém, não indica que haja, necessariamente, uma desestruturação interna na obra teórica do autor. Veremos que existem relações incisivas entre linguagem e política, porém, essas são demarcadas. Além disso, vários os comentadores estão preocupados em entender a conexão existente entre os temas de política e linguagem na obra de Chomsky. Portanto, acreditamos que a argumentação geral que aqui se desenvolverá está suficientemente afiançada. Comentadores, sobretudo estrangeiros, tais como Robert F. Barsky, Carlos-Peregrín Otero, James McGilvray, Milan Rai, interpretam a obra de Chomsky para além de uma contribuição lingüístico-científica estrita. O esforço interpretativo desses autores não prescinde da conexão entre política e linguagem. Como esperamos demonstrar, o próprio

⁸ Principalmente no Brasil, onde praticamente não encontramos trabalhos de filosofia sobre Chomsky. Geralmente suas contribuições são analisadas pelo viés dos especialistas da ciência lingüística, ou por cientistas políticos que citam apenas sua leitura geopolítica, sem demais referências aos conceitos do autor sobre ética, poder, etc. Por exemplo, Jayme Benvenuto dedica um excelente artigo à análise chomskiana das relações internacionais, porém, em nenhum momento amplia os conceitos de poder ou justiça empregados por Chomsky. Cf. LIMA JR., 2008.

Chomsky não parte de uma separação radical desses temas. Parece-nos que o mal-estar instaurado sobre a questão, afinal de contas, é resultado de escassas pesquisas, de leituras apressadas ou, até mesmo, quem sabe, da divisão social e intelectual do trabalho acadêmico, que revela de maneira tão distinta a funcionalização de nossa época.

Corroborando nossa hipótese de trabalho, temos Robert F. Barsky que, por exemplo, aponta a investigação racionalista da lingüística Cartesiana como “essencial para entender a posição de Chomsky sobre a natureza humana, a linguagem e até mesmo a política” (BARSKY, 2005, p. 139). Temos ainda, no mesmo aspecto, a declaração de John Lyons de que “deve, talvez, merecer referência enfática a circunstância de que sua teoria da linguagem e sua filosofia política não estão de modo algum desligadas uma da outra, como poderia parecer à primeira vista” (LYONS, 1970, p. 15). Em resumo, por conta dessas e de diversas outras passagens, podemos considerar suficientes os elementos para a análise que ora empreendemos.

Inicialmente, para que possamos elucidar a posição ocupada pela reflexão política e filosófica da linguagem, temos por necessidade que nossa argumentação se inicie, obviamente, pelo exame da natureza dos campos em questão, ou seja, precisamos detalhar minimamente a natureza do conhecimento lingüístico. Depois, então, buscaremos demonstrar o que nessa matéria se relaciona com a política. Essa investigação, como é válido ressaltar, não se distancia do que faz o próprio Chomsky ao esboçar o que lhe “parece ser um esquema adequado no qual o estudo da linguagem possa provar ter um interesse intelectual mais vasto” (CHOMSKY, 1975a, p. 09)⁹. Esse esquema ficará mais claro se formos eficazes na distinção entre a classe de conhecimento que nos lega a lingüística e se identificarmos, nessa situação, o que daí serve de modelo a outros campos intelectuais.

Para explicitar a natureza do conhecimento produzido pela lingüística, antes de tudo, convém que façamos uma advertência ao leitor. A primeira fase de nossa análise não ambiciona grandes contribuições, pois, para nosso empreendimento, não é necessária a demonstração exaustiva da correção ou não das teses de lingüística¹⁰, o que nos custaria muito tempo. A primeira parte desse trabalho, por isso, explora através de um curto levantamento a concepção de linguagem proposta por Chomsky em sua teoria da Gramática Gerativa.

⁹ No original: “an appropriate framework within which the study of language may prove to have more general intellectual interest”.

¹⁰ Estamos cientes das críticas e divergências que o chamado “projeto gerativo” tem enfrentado ao logo dos seus mais de 50 anos. Quando possível faremos referência a essas. Porém, lembramos ao leitor que por motivos de economia textual não podemos nos reportar à totalidade das críticas, nem ao processo de defesa intelectual a que Chomsky tem se dedicado ao longo dos anos. Para uma avaliação crítica do conjunto da obra de Chomsky Cf. HARMAN, 1974.

Caminharemos, portanto, numa determinada ordem: da concepção de linguagem até o conceito de natureza humana, e deste, até a política. Esse movimento nos sugere uma apresentação adequada ao pensamento do próprio autor. Para o lingüista, é possível a construção de um modelo sugestivo para a filosofia política, abalizado na reflexão sobre a linguagem. Para isso precisamos, pois, partir à procura do que sugere tal modelo, abordando, em linhas gerais, aquele saber produzido pela lingüística, capaz de sugestionar pontes para a política.¹¹

Sobre a capacidade humana de linguagem, por exemplo, o que se pode inferir sobre essa extraordinária e privilegiada aptidão? Em relação ao uso normal da linguagem - que ultrapassa o que nos é apresentado pelos estímulos externos - o que podemos compreender a respeito de nossa natureza? Tais questões cruzam inevitavelmente o caminho do estudo técnico da linguagem e, logicamente, também merecem parte numa reflexão teórica razoável sobre “nosso lugar no mundo” (CHOMSKY, 2004a). A proposta de Chomsky, de explicar como podemos utilizar a linguagem de maneira criativa, rica e complexa, mesmo sob a pobreza dos estímulos, sugere que “as relações entre os estados internos e os processos e coisas do mundo exterior parecem estar sujeitas às operações da liberdade humana” (MCGILVRAY, 2006, p. 43).

A abordagem técnica da linguagem nos revela a manifestação, de modo geral, de estruturas cognitivas complexas. Tais estruturas indicam que as particularidades das línguas naturais, sua organização e utilização podem nos oferecer algum conhecimento sobre as características específicas da inteligência humana. (CHOMSKY, 1975a). É por esse âmbito geral - da capacidade de linguagem e sua relação com a inteligência humana - que procuraremos entender a natureza do conhecimento lingüístico. Na obra de Chomsky a linguagem não é tomada apenas como objeto da rigorosa formalização gerativista, é também a manifestação do âmbito humano num sentido mais amplo.¹²

John Lyons, conforme a assunção acima exposta sobre a linguagem e suas estruturas,

¹¹ Chomsky afirma que são aqueles problemas relacionados à capacidade linguagem e a sua utilização que conferem ao estudo técnico da linguagem um “interesse intelectual mais vasto”. (CHOMSKY, 1975a, p. 19). Destarte, para discutir política, por exemplo, não podemos escapar de temas lingüísticos tais como o da faculdade de linguagem.

¹² Existe pelo menos a tentativa de transcender o âmbito técnico da abordagem lingüística, da *competência lingüística* dos sujeitos. O que não quer dizer que essa empreitada esteja isenta de críticas ou que obtenha sucesso absoluto. Jürgen Habermas, por exemplo, salienta a importância do trabalho de Chomsky por ter demonstrado como um sistema de regras “que subjaz à capacidade de um indivíduo para gerar frases bem formuladas em qualquer língua” pode se estabelecer. Porém, a função pragmática universal dos atos de fala exige, outrossim, uma teoria que exponha sistemas de regras intersubjetivos (o que não existe em Chomsky), capazes de conferir aos falantes adultos a chamada *competência comunicativa*, responsável por transmitir “toda uma realidade” através das frases. Voltaremos ao assunto ao longo do trabalho. Cf. HABERMAS, 1996.

aponta, no mesmo sentido, a importância do trabalho chomskiano para a renovação do conhecimento da inteligência e das capacidades do espírito humano. A capacidade para a linguagem marca, definitivamente, um interesse mais genérico por um fenômeno humano central:

a importância da obra de Chomsky, para campos do conhecimento diversos da lingüística decorre, portanto e principalmente, da reconhecida relevância da linguagem em todas as áreas a atividade humana e da relação peculiarmente íntima que se diz existir entre a estrutura da linguagem e as propriedades ou capacidades inatas do espírito [...] Muitos estudiosos que trabalham atualmente no campo das ciências sociais e das humanidades acreditam que assim seja. Para eles a formalização que Chomsky emprestou à teoria gramatical serve de modelo e padrão. (LYONS, 1995, p. 14).

Buscaremos entender, portanto, como o estudo técnico da linguagem torna possível a manifestação de uma arquitetura da mente, a fim de estabelecer relações posteriores (no chamado modelo sugestivo – *suggestive model*) com a reflexão política. Uma vez que através da análise da linguagem, de sua estrutura e organização, constroem-se as pontes com campos intelectuais mais vastos. Não obstante, precisamos entender a natureza desse conhecimento lingüístico, presumivelmente habilitado a infundir transposições.

*

* *

Antes de 1957, ano de publicação da pequena e densa monografia *Estruturas Sintáticas*¹³ (doravante SS), a lingüística americana, com raras exceções, esteve até então centralizada sob um estilo de trabalho lingüístico, em geral, de cunho classificatório. Segundo tal concepção, outrora corrente, o trabalho da ciência lingüística consistia em analisar de forma objetiva o maior número possível de dados ou fatos da linguagem, de modo a agrupar e classificar sistematicamente tais eventos. A finalidade global era a de descobrir nessa massa de fatos uma organização inerente. Essa concepção de gramática se definiu pelo chamado

¹³ Pode-se dizer que Chomsky só foi reconhecido pela comunidade científica após a publicação de *Estruturas Sintáticas*, um livreto inspirado em notas de aula. Antes dessas notas, Chomsky já havia produzido um denso estudo sobre o hebraico moderno, como também outra importante tese a respeito da estrutura lógica da lingüística teórica. Nestes trabalhos, anteriores a 1957, já se encontram elementos gerais da teoria gerativa. Ou pelo menos de uma teorização *in fieri*.

paradigma taxionômico. (CHOMSKY, 1964, p. 52).

Consoante a esse paradigma lingüístico, tratava-se de seguir um padrão cuja tarefa prevaiente era a classificação sistemática, ou o agrupamento ordenado de eventos lingüísticos exogêneos. Assim, “o trabalho do lingüista seria observar um grande número de enunciados, orais ou escritos, agrupá-los em diversos tipos, decompô-los em diferentes espécies de elementos (tais como palavras, morfemas, fonemas etc.) e classificar estes últimos em diversas categorias (partes do discurso, consoantes e vogais etc.)” (RUWET, 2001, p.17).

A intervenção de Chomsky divergirá em muitos aspectos desse padrão mais ou menos geral de pesquisa, seguido pela lingüística americana. Teremos, a partir de então, novas tarefas de investigação para o campo – numa empreitada até mesmo contraposta à anterior – versadas, sobretudo, na busca de “leis ocultas e subjacentes” da linguagem. Uma prática que não é radicalmente nova na história dos estudos da linguagem, mas que se estabelecerá sobre novas e reforçadas bases formais¹⁴. O fato basilar da “nova” investigação da linguagem centrou-se no “falante nativo que tem a capacidade de compreender um número imenso de orações inéditas” (CHOMSKY; MILLER, 1972). As perguntas que se desenvolvem seguem-se num sentido subjetivo: Em que consiste exatamente esta capacidade de linguagem? De que modo se põe em funcionamento? Como surge no indivíduo?

Nessas interrogações distinguimos o contorno da visível mudança de paradigmas, alteração que é considerada “revolucionária”. Segundo Searle (1974):

sua revolução segue estreitamente o esquema geral descrito na obra de Thomas Kuhn *A estrutura das revoluções científicas*: o paradigma ou modelo aceito pela lingüística tem sido enfrentado – em grande medida por meio do trabalho de Chomsky – com um número cada vez maior de contra exemplos molestadores e dados recalcitrantes que era incapaz de explicar. (p. 17).

A orientação metodológica do EA, que começava a ser obsoleta (em grande medida graças ao trabalho de Chomsky), previa que a tarefa do lingüista estava na minuciosa descrição de uma língua, fosse ela exótica ou conhecida - uma atividade até mesmo valiosa em si. Ao lingüista cabia o recolhimento dos dados da língua, reunindo-os em uma ampla gama de emissões, obtendo então um “*corpus*”¹⁵. Esse conjunto representativo forma o objeto

¹⁴ John Searle defende que Chomsky se situa entre aqueles pensadores, tal como Freud, proponentes de um estudo do homem que se revele não apenas pela observação rigorosa da conduta, mas, sobretudo, que essas observações “são interessantes somente na medida em que nos revelam leis subjacentes, ocultas e possivelmente misteriosas, que se revelam a nós só parcialmente e de forma distorcida na conduta”. (SEARLE, 1974, p. 16).

¹⁵ O *corpus* em gramática descritiva estabelece-se através da análise de um conjunto de enunciados, esse conjunto é apenas a amostragem das características estruturais da língua em análise e não a própria língua. A extração do *corpus* representativo de uma língua figura-se sobre um número finito de enunciados produzidos.

de estudo da disciplina. Diferentes níveis lingüísticos¹⁶ permitiam a classificação do *corpus* em fonemas (elementos mínimos portadores de significado), morfemas (unidades sonoras funcionais), sendo que estes, em seguida, se aglutinavam na formação de palavras, sintagmas nominais e verbais. Num exemplo singelo: a palavra “sais” possui um morfema simples constituído por três fonemas. Já a palavra “desinteressado” constrói-se através de três morfemas: “des”, “interes”, “sado”.

Tal imperativo descritivo foi motivado, se retrocedermos na história da disciplina, em parte pela necessidade de avaliação da grande quantidade de línguas existentes nos EUA no início do século XX¹⁷. A situação das línguas indígenas, foco principal do trabalho lingüístico americano no período, imprimia o caráter prático e urgente da atividade, pois, antes de mais nada, o objeto da disciplina estava sujeito ao desaparecimento. Tais línguas corriam o risco de se perderem na homogeneização lingüística desencadeada pela colonização. O registro e descrição dessas línguas tornaram-se imprescindíveis e, por essa razão, o desenvolvimento de “métodos de campo” descritivos foi fundamental no período. As técnicas de registro e interpretação (perseguidas pelos lingüistas) dos dados se tornaram mais rigorosas a cada dia, sobretudo do ponto de vista da pretensão de objetividade científica.

Dessa maneira, em decorrência do contexto descrito, a teoria lingüística foi encarada por muitos estudiosos norte-americanos como uma “fonte de técnicas para a descrição” de línguas ainda não catalogadas. (LYONS, 1995). Chomsky criticou posteriormente os efeitos desse movimento sobre a lingüística como um todo, apontando um “eclipse da teoria”, dada a preocupação exacerbada com o refinamento de métodos de descoberta. A oclusão causada pelo trabalho classificatório deixara de lado a investigação daquelas propriedades mais gerais das sentenças, que todos os falantes e ouvintes regulares distinguem intuitivamente. Além do mais, o desencorajamento aos empreendimentos generalizadores levava ao risco de redução da lingüística a uma história natural. (CHOMSKY, 2007a, p.64). É certo que nem todos os lingüistas aderiram a esse paradigma, existem exceções notáveis, Edward Sapir é um exemplo.

Positivamente, porém, a gama de variações que pode atingir as línguas humanas era

(DUBOIS, 2001).

¹⁶ Nas primeiras gramáticas propostas por Chomsky a noção de nível lingüístico não foi abandonada, por isso, apesar da distância teórica que se instalou entre gerativistas e estruturalistas, existem ressalvas quanto ao abandono total da influência estruturalista nos primeiros trabalhos da gramática gerativa. Desse modo, não podemos dizer de maneira simples que sua proposta superou drasticamente o EA logo de início. Segundo José Borges Neto no princípio “o único ponto em que a proposta de Chomsky parece se distanciar das propostas estruturalistas é quanto ao número de níveis necessários para a descrição lingüística [...] aparentemente, para Chomsky, o acréscimo de um nível transformacional à ‘teoria lingüística conhecida’ (o estruturalismo americano, em outras palavras) é suficiente para torná-la adequada”. (BORGES NETO, 2004, p. 105).

¹⁷ No início do século XX a estimativa era de que cerca de 200 línguas indígenas ainda fossem faladas nos EUA. (WEEDWOOD, 2005).

eficazmente ressaltada e, assim, tornava-se crucial um certo “relativizar” no campo gramatical, já que as categorias gramaticais tradicionais não davam conta da descrição de línguas inteiramente novas. Franz Boas¹⁸ constatou o que hoje nos parece óbvio: toda língua possui uma estrutura gramatical distinta. A ocupação principal de qualquer lingüista estava em construir categorias de descrição que fossem compatíveis às variedades “de campo”. O estruturalismo lingüístico americano, na empreitada de classificação, assumiu, de certo modo, o caráter etnográfico e relativista da influência Boasiana. Tal foi a idiosincrasia geral do estruturalismo norte-americano do período. Há de se lembrar que essa tendência se inclui no vasto universo do chamado campo teórico estrutural. O estruturalismo tradicional, complexo e multifacetado¹⁹, indicou apenas um ponto de partida para o EA, que se constituía por características singulares.

Todavia, até mesmo nos estudos lingüísticos realizados por Franz Boas, segundo Roman Jakobson, não podemos dizer que houve o abandono total da preocupação com os chamados universais da linguagem. De fato, tal conclusão afetaria a noção relativizadora de cultura desenvolvida pelo antropólogo. Boas distinguiu categorias relacionais que seriam obrigatórias para todas as línguas A forma por meio da qual essas relações se exprimiam certamente variava, sua concepção de gramática se constituía por elementos necessários (formais). Esse é, por exemplo, o caso da distinção entre sujeito e predicado, ou entre predicado e atributo, e até mesmo da referência gramatical ao remetente e ao destinatário. Em outras palavras “esse problema de categorias gramaticais indispensáveis e universais foi esboçado por Boas e por seu indagador discípulo Sapir (1921) em desafio à aversão dos neogramáticos por toda pesquisa de leis universais; tornou-se um problema crucial para a Lingüística, hoje” (JAKOBSON, 2003, p. 91).

Depois de Franz Boas a lingüística americana encontrou grandes contribuições, concentradas em dois expoentes capitais: Leonard Bloomfield (1887-1949) e Edward Sapir (1884-1939). Bloomfield exerceu grande autoridade na tentativa de tornar a lingüística uma

¹⁸ Franz Boas (1858-1942), nascido na Prússia, e mais tarde radicado nos EUA, estudou inicialmente física, e interessou-se posteriormente por Antropologia. Foi um dos responsáveis pela fundação da revista *American Anthropologist* (1899). Dentre os vários livros de Boas encontra-se o famoso *Handbook of North American Languages*. Boas foi responsável por diversos estudos envolvendo a construção de gramáticas para as línguas nativas americanas.

¹⁹ Um exemplo notório dessa complexidade está nos trabalhos de Roman Jakobson. Segundo Chomsky “Roman Jakobson sempre se preocupou com os universais lingüísticos que estrangulam estreitamente a classe de linguagens possíveis, especialmente na fonologia”. Ao contrário de outros autores, que também se encontram sobre a insígnia da “lingüística estrutural”, como Martin Joos, que chegou “a ponto de declarar como proposição geral da ciência lingüística, que as linguagens podem diferir uma da outra de maneira arbitrária. Quando falam de ‘universais’, isso envolve uma caracterização muito limitada, talvez algumas observações estatísticas”. (CHOMSKY, 2007a, p. 81). Como vemos, a crítica ao estruturalismo deve ser feita com cautela, sem generalizações simplificadoras.

ciência autônoma. O termo “ciência”, em sua concepção, recebia um sentido específico. Aqueles aspectos “volitivos” da linguagem, cognitivos principalmente, não eram vistos como suscetíveis à elaboração científica rigorosa, logo, se tornavam descartáveis. Os trabalhos de Sapir, contudo, centravam-se na característica claramente humana e não puramente instintiva da linguagem. Curiosamente, algumas das perspectivas relativas ao estudo da linguagem, adotadas por Sapir, se aproximariam mais tarde daquelas desenvolvidas e aperfeiçoadas por Chomsky²⁰. A influência de Sapir, contudo, não teve grande penetração no EA. Já as idéias de Bloomfield passaram pelo processo de *escolarização*, graças, sobretudo, a “boa” reputação científica conferida a essas.

O sentido que Bloomfield conferia ao termo “científico” tornou-se praticamente lugar-comum. Havia, no termo, um conceito behaviorista clássico de ciência que estabelecia para a lingüística, axiomáticamente, a conduta de rejeição de todos aqueles dados que não fossem diretamente observáveis e mensuráveis fisicamente. Tal opinião era a mesma seguida pela metodologia científica da psicologia comportamental de J. B. Watson. Essa metodologia rejeitava veementemente a necessidade de postulação de qualquer ocorrência que não fosse observável. Quando o assunto envolvesse a explicação das atividades e capacidades volitivas dos seres humanos, classificadas pela tradição como “racionais” ou “mentais”, normalmente despachavam-se tais influências pela pecha de “questões extra-científicas” (BLOOMFIELD, 1973).

A descrição e explicação do comportamento de qualquer organismo eram necessariamente uma tarefa a cargo de respostas aos estímulos oriundos do ambiente. Essas respostas comportamentais eram explicadas pelas leis da física e da química, assim como explicamos as “respostas” de um termostato às variações de temperatura. (BLOOMFIELD, 1973).

Leonard Bloomfield adota o behaviorismo clássico de John B. Watson como estrutura geral a ser seguida pela teoria lingüística. Sua concepção da forma lingüística, por exemplo, encontra-se diretamente relacionada aos acontecimentos chamados “práticos”, que envolvem situações concretas de fala, capazes de despertar respostas em um ouvinte: “Por suposto, é verdade que a ciência só pode versar sobre fatos que exijam uma resposta verbal por parte de alguma pessoa – em último caso, do cientista que se ocupa de um fato dado” (BLOOMFIELD, 1973, p. 35).

Para uma descrição científica do universo lingüístico, segundo Bloomfield, não é

²⁰ Cf. CHOMSKY, 2007a, p. 121.

necessário nenhum termo mentalista, pois os argumentos com que se pretende embasar a descrição existem somente à margem da linguagem fatural. A linguagem, - como quaisquer outros aspectos da atividade humana - se está de acordo com a ciência, ocupa-se somente daqueles fatos acessíveis no tempo e espaço (mecanicismo), e compõe-se, dessa forma, apenas de enunciados e predicados iniciais que conduzam até operações práticas definidas (operacionalismo). Esses termos, enfim, derivam de uma rígida definição de acontecimentos cotidianos, concernentes aos eventos físicos (físicismo). (BLOOMFIELD, 1973).

De acordo com essa concepção “científica” da lingüística, prescrita por Bloomfield, em uma situação simples de utilização da linguagem é possível observar o que há para se examinar: imaginemos que João e Maria estão passeando, Maria avista maçãs numa árvore e, estando com fome solicita que João apanhe algumas das maçãs; João dá à Maria uma das maçãs; Maria a come. Tal seria um exemplo de acontecimento científico normal, fatural.

Na descrição behaviorista de Bloomfield, temos: fluídos são segregados na boca de Maria, indicando a presença da fome, a onda de luz que percorre o sistema visual de Maria lhe dá a imagem da maçã, constituindo assim um estímulo. A resposta de Maria ao estímulo é o de subir imediatamente atrás do fruto. Porém, ela dá uma resposta em substituição, sob uma seqüência de ruídos, que chegam até João. João age como se ele mesmo estivesse com fome, atendendo ao estímulo substitutivo. (LYONS, 1995). Certamente, tal exemplo deixa muito a desejar, principalmente pela simplicidade. Por isso mesmo Lyons, que cita esse exemplo, restringe o argumento à visão behaviorista clássica incorporada por Bloomfield: o exemplo em questão não caberia a muitas escolas desse ramo da psicologia, trata-se portanto de uma excepcionalidade.

Tencionamos através desse rápido exemplo, citado por Lyons, ilustrar o que se entendia por “atuação da linguagem em uma situação prática”, isto é, trata-se de localizar o chamado processo de substituição (lingüístico) em relação a outros tipos de comportamento não simbólico. Na sintaxe e na fonologia o argumento behaviorista de Bloomfield não obteve tanto sucesso. Porém, sua apresentação científica influenciou profundamente a lingüística no sentido de uma metodologia empirista restrita. (Cf. BLOOMFIELD, 1973).

Mesmo com o insucesso da sua semântica, Bloomfield buscou construir um estudo do significado através do behaviorismo. Porém, certo pessimismo surgiu, a descrição científica dos significados exigia a exposição de inúmeros eventos práticos, capazes de atuar como substitutos. Um grande número de palavras (referentes a plantas, animais etc.) encaixava-se na descrição, porém, outras (como ódio, amor) não possuíam definição semelhante. Diante da dificuldade relativa ao processo de construção do significado,

Bloomfield afirmava que bastaria uma compreensão superficial desse, ou seja, bastava saber se duas formas enunciadas eram as mesmas ou diferentes, pois

as considerações de ordem semântica limitavam-se estritamente à tarefa de identificar as unidades de fonologia e sintaxe e de modo algum diziam respeito à especificação de regras ou princípios disciplinadores de suas permissíveis combinações. Essa parte da gramática devia constituir um estudo puramente formal, independente da semântica. (LYONS, 1995, p. 34).

Assumindo as preocupações de Bloomfield, o lingüista Zellig Harris, professor do jovem Chomsky, buscou aperfeiçoar os chamados procedimentos de descoberta para a descrição gramatical, sustentando que a fonologia e a sintaxe deveriam ser, de fato, descritas de maneira formal, sem referência às questões semânticas. A linguagem era, então, concebida como um instrumento de “transporte” ou de “expressão de significados” através de estruturas sintagmáticas. A tarefa possível e desejável da lingüística consistia, simplesmente, na descrição formal desse processo sintagmático instrumental de expressão dos significados. Para a semântica restava descrever o emprego da linguagem, a sintaxe designava o centro da análise lingüística.

Em 1957, com a publicação de *Syntactic Structures*, Chomsky ainda se situava de certa maneira sob a influência dos trabalhos de Harris e Bloomfield.²¹ Nesta publicação, por exemplo, nada fala sobre o racionalismo ou idéias inatas. Finalmente, podemos nos perguntar: qual a divergência ou contraste exposto pela dissertação de SS capaz de torná-la revolucionária? Como já citamos, a ênfase inovadora de SS encontrava-se na preocupação com os aspectos mentais (intuitivos) da linguagem, que estavam até então, parcialmente fora de questão para Harris e Bloomfield. Junto desse aspecto, SS trazia o argumento de que apenas a acumulação de observações ou de experiências de classificação não era possível para induzir rigorosamente uma teoria da linguagem.

No julgamento de Chomsky a lingüística estrutural (tomado aqui a devido cuidado com a heterogeneidade do termo “lingüística estrutural”) já havia acumulado conhecimentos satisfatórios que permitiam ultrapassar o estágio classificador da ciência lingüística. Podíamos produzir gramáticas explícitas das línguas particulares e, ao mesmo tempo, determinar a forma dessas gramáticas (modelo do mecanismo geral da linguagem): “Uma teoria lingüística

²¹ De acordo com Roman Jakobson em SS “Chomsky fez uma tentativa engenhosa de construir uma ‘teoria completamente não-semântica da estrutura gramatical’. Esse intrincado experimento constitui realmente um magnífico *argumentum a contrario*, particularmente útil às investigações em curso acerca da hierarquia das significações gramaticais” (JAKOBSON, p. 93, 2003). Veremos mais adiante que Chomsky fez ressalvas a uma teoria não-semântica da sintaxe.

não deve ser identificada como um manual de procedimentos úteis, nem se deve esperar que forneça procedimentos mecânicos para a descoberta das gramáticas” (CHOMSKY, 1957).

Chomsky insistia, no terceiro capítulo de SS, denominado “Sobre os objetivos da teoria lingüística”, que a criatividade humana empregada no uso cotidiano da linguagem deveria ser objeto de maior atenção por parte dos lingüistas²². O fato de um falante normal exprimir sentenças jamais faladas antes exigia maior prudência por parte dos investigadores. Por mais que os procedimentos de descoberta fossem aprimorados, pela descrição ou simples taxionomia - o que consistia em registrar os pronunciamentos - não se dava conta desses fatos corriqueiros até para uma criança. (CHOMSKY, 1957).

Na monografia de 1957, portanto, a tarefa da lingüística torna-se a de sugerir mecanismos subjacentes à habilidade humana de detectar e resolver as ambigüidades entre sentenças. Essas regras ou princípios jamais poderiam emergir de um estudo das expressões em si (pela indução). Tais regras constituíam o principal desafio da formalização lingüística, pois deveriam ser expressas, nesse caso, dedutivamente. Segundo Otero, “Chomsky levou vários anos para entender que nenhum processo indutivo já proposto poderia conduzir, a partir do tipo de dados que estão disponíveis à criança, aos princípios de abstração exigidos na teoria da linguagem” (OTERO *apud* BARSKY, 2004, p. 106). Chomsky relata o momento crucial dessa “virada” intelectual, desse *insight*, numa passagem curiosa e surpreendente de sua carreira:

em retrospecto, não consigo compreender por que demorei tanto para chegar a essa conclusão, lembro-me exatamente do momento no qual me senti convencido. A bordo de um navio no meio do Atlântico, ajudado por um surto de enjôo, em uma banheira instável que inclinava visivelmente - ela tinha sido afundada pelos alemães e fazia a primeira viagem depois de ser recuperada. De repente, pensei que havia uma boa razão - a razão óbvia - pela qual tantos anos de trabalho intenso destinados a melhorar os procedimentos de descoberta tinham dado em nada, enquanto o trabalho que eu fizera no mesmo período na gramática gerativa e na teoria explanatória, em isolamento quase completo, parecia estar chegando constantemente a resultados interessantes. Depois que reconheci isso, o progresso veio rapidamente. Nos dezoito meses seguintes escrevi o LSLT, que tinha cerca de mil páginas impressas, quase tudo o que continha o *Syntactic Structure*, o *paper* para a *Texas Conference* de 1958 e assim por diante. (CHOMSKY, 2007, p. 133).

Como exemplo da mudança de perspectiva temos a análise da língua inglesa que, por exemplo, como qualquer língua natural, está firmada em um número de sentenças que se

²² A formalização das regras sintagmáticas, propostas por SS, não significou uma explicação cabal para o comportamento lingüístico. A questão é pontual: trata-se de estudar aquelas intuições que não podem ser tratadas por analogia. Voltaremos ao tema da criatividade lingüística e da explicação do comportamento normal dos falantes.

proliferam de maneira infinita. A tarefa do lingüista está em ocupar-se qualitativamente desse número amplo de sentenças que constituem a linguagem e não apenas extrair daí um *corpus* representativo (quantitativo). Para Chomsky, a gramática de uma língua “gera” todas as sentenças da língua, ou seja, não separa as sentenças que foram emitidas daquelas que permanecem inéditas. A gramática deverá, assim, estar equipada por um aparato formal capaz de explicar todas as sentenças gramaticais aceitáveis de uma língua. (CHOMSKY, 1957). Segundo Chomsky, a tradição de Harris e Bloomfield “pensava na lingüística como um conjunto de procedimentos para organizar textos e opunha-se fortemente à idéia de que haveria algo real a ser descoberto” (CHOMSKY *apud* BARSKY, 2004, p. 73).

A partir de SS a concepção lingüística de Bloomfield e Harris, que havia sido adotada amplamente, entra em declínio²³. Os comportamentos lingüísticos, em sua totalidade comunitária, não eram mais tomados como objetos de estudo em si próprios, e a língua, que era recolhida pelo *corpus* representativo e minuciosamente descrita pelos instrumentais dos procedimentos de descoberta, não é mais tomada como “corpora representativos”. Chomsky supõe a existência de algo anterior “à língua dos estruturalistas: a capacidade que os falantes têm de produzir exatamente os enunciados que *podem* ser feitos” (BORGES NETO, 2004, p. 99, grifo do autor). Este novo trabalho não partia de procedimentos de descoberta, as regras da gramática tornam-se holísticas:

as regras de estrutura da frase podem gerar representações da estrutura sintática com bastante êxito [...] para uma grande variedade de expressões, e foram introduzidas com esse propósito no primeiro trabalho sobre gramática gerativa. Entretanto, ficou imediatamente claro que as regras de estrutura da frase [...] por si só são insuficientes para justificar apropriadamente a variedade de estruturas da sentença. O enfoque inicial desse problema, que tem uma série de variantes subseqüentes e correntes, era o de enriquecer o sistema de regras, introduzindo categorias complexas com características que podem ‘tomar a forma de’ categorias nelas contidas, expressando dependências globais não captadas em um simples sistema de regras de estrutura da frase [...] Eu adotei esse enfoque em um trabalho de conclusão de curso em 1949, modificando idéias de Zellig Harris a partir de uma estrutura um tanto diferente. (CHOMSKY, *apud* BARSKY, 2004, p. 74).

Podemos avançar nesse ponto, anacronicamente, a fim de melhor elucidar a questão ao leitor. Chomsky, em 1986²⁴, empreendeu um recenseamento dos seus mais de 30 anos de pesquisas sobre a linguagem (contados até aquele período), publicado sob o título de “O

²³ Essa mudança, porém, no sentido que expomos, estava em 1957 restrita ao “papel” e à mente de Chomsky. A batalha de idéias na Sociedade Lingüística Norte-Americana durou pelo menos 3 anos, foi só depois de um longo tempo que a comunidade intelectual se “dividiu” ao longo de seus congressos anuais. Robert Barsky apresenta uma detalhada e instrutiva história sobre essa “batalha de idéias”, da qual a *Texas Conference* foi o grande palco. (BARSKY, 2004, p.129 e p. 120).

²⁴ Cf. CHOMSKY, 1994.

conhecimento da língua”. Nesta obra, encontramos a clara definição do que se pretendia em SS. Chomsky defende que, naquele momento (1957), o sentido da mudança de foco demonstrava que a comunidade lingüística, como sabemos desde Saussure, possui um conhecimento compartilhado sobre os diversos enunciados que podem ou não ser produzidos, o que deveria ser abordado era justamente esse conhecimento. O *corpus* representativo é apenas o resultado desse conhecimento, apoiado na criatividade lingüística que habilita os falantes a compreender e produzir sentenças a que nunca foram expostos anteriormente:

a gramática generativa mudou o foco de atenção do comportamento lingüístico real ou potencial e dos produtos deste comportamento para o sistema de conhecimento que sustenta o uso e a compreensão da língua, e, mais profundamente, para a capacidade inata que permite aos humanos atingir tal conhecimento. (CHOMSKY, p. 43, 1994).²⁵

Chomsky enfatizava que se deveria tentar entender “que tipo de sistema é a linguagem”, sendo que as conclusões sobre esse sistema precisavam ser explicadas em termos de notações próprias de um sistema formal. Dessa maneira a análise buscava a postulação de regras que pudessem explicar a respeito da produção das sentenças como produção de qualquer sentença possível. Essas regras, de base, não deveriam gerar nenhuma sentença agramatical, pois “uma vez que o sistema tenha sido estabelecido, dever-se-ia então examinar expressões particulares para determinar se podem, de fato, ser adequadamente geradas através da adesão às regras do sistema lingüístico” (GARDNER, 2003). Ou seja, as abstrações das regras formais geradoras deveriam ser adequadas àquelas expressões reais da língua.

A concepção gramatical de 1957 vai além da descrição de um *corpus*, pois tem por fim descrever não um número representativo e finito de enunciados, mas ao contrário, coloca-se em questão aquela capacidade dos sujeitos de produção infinita e indefinida de frases possíveis: a gramática gerativa não parte do *corpus*, mas da capacidade do sujeito de produzi-lo. Em SS se consegue, finalmente, a proposição de uma nova concepção de estrutura lingüística. O trabalho de avaliação do melhor *corpus* (procedimento de avaliação ou descoberta) já não era razoável para a explicação de pontos tais como a criatividade na produção infinita das expressões. Deste jeito, a estrutura gramatical deveria tornar-se mais complexa. Chomsky constata que

²⁵ Conforme José Borges Neto “podemos dizer, então, que já se delineava nos primeiros trabalhos de Chomsky um objeto psicológico para os estudos lingüísticos, embora Chomsky não explicitasse isso. Em outras palavras, os ‘estados da mente/cérebro’ [...] já eram vislumbrados” (BORGES NETO, 2004, p.100).

a maioria das propostas mais rigorosas de desenvolvimento da teoria lingüística [...] tentam formular métodos de análise que um investigador poderia efetivamente utilizar se dispusesse do tempo suficiente para construir uma gramática de uma língua diretamente a partir de dados brutos. Parece-me muito discutível que este objetivo seja alcançável de forma minimamente interessante e suspeito de que qualquer tentativa neste sentido conduza a um intrincado conjunto de processos analíticos cada vez mais elaborados e complexos que não estarão aptos a fornecer soluções para muitas questões relevantes sobre a natureza da estrutura lingüística.(CHOMSKY, 1957, p. 58).²⁶

Dessa maneira, o *corpus* não é mais a representação exata da estrutura da língua. O que Chomsky propõe, de forma original, é a idealização a partir de fatos brutos, na qual se eliminam todas aquelas expressões não gramaticais capazes de serem interpretadas como não aceitáveis para os falantes. A sintaxe pode, além disso, ser examinada separadamente em relação a outros aspectos da linguagem.

Para concretizar o projeto, buscou-se demonstrar como os métodos existentes para analisar a sintaxe e explicar sentenças aceitáveis não funcionavam. As chamadas gramáticas de estado finito – tal como máquinas que na posse de estados internos limitados geram sentenças – são inapropriadas para expressar as propriedades recursivas do inglês. Isto é, uma gramática de estados finitos não pode gerar frases nas quais uma oração esteja introduzida em outra, pois excluem cadeias que contradigam estas dependências. As gramáticas de estado finito não captam a ligação estrutural de sentenças que costumam recorrer indefinidamente a certas conformações lingüísticas, tal como na inserção de uma oração dentro de outra (o rapaz que a mulher que viu o cão que...). Essas sentenças são difíceis de manejar no exercício cotidiano, porém, são estritamente gramaticais e não captáveis pelas máquinas.

De um ponto de vista mais geral, a língua inglesa, conforme se observou, não opera colocando em posição uma palavra e em seguida indicando aquelas que podem seguir “à direita” dessa. Na prática, as sentenças são construídas de modo mais abstrato, recorrendo a situações onde orações (sintagmas) podem ser recolocadas inteiras dentro de outros elementos. Chomsky, do mesmo modo, também questionou a gramática estrutural de análise de constituintes imediatos. Nesta gramática dispõe-se de um conjunto finito de estruturas de frases ou regras de reescrita. Esses sistemas geravam imperfeitamente as frases, não conseguindo explicar regularidades que qualquer falante normal percebe com facilidade.

²⁶ No original: “As I interpret most of the more careful proposals for the development of the linguistic theory, they attempt to meet the strongest of these three requirements. That is, they attempt to state methods of analysis that an investigator might actually use, if he had the time, to construct a grammar of a language directly from the raw data. I think that it is very questionable that this goal is attainable in any interesting way, and I suspect that any attempt to meet it will lead into a maze of more and more elaborate and complex analytic procedures that will fail to provide answers for many important questions about the nature of linguistic structure”. (CHOMSKY, 1957b, p. 53).

Por exemplo, uma gramática estrutural de constituintes imediatos não consegue explicar a diferença entre estruturas como *What are you looking for?* [O que você está procurando] e *What are you running for?* [Por que você está correndo?]. A gramática em questão só pode ser escrita à medida que recorre às várias reafirmações já estipuladas, o que a torna demasiadamente extensa. Isso mostra sua inabilidade em explicar a ligação sintática lógica entre as estruturas. Deste modo, acaba compondo-se de partes de orações que são continuamente copiadas, de forma mecânica. O falante normal, como sabemos, lida com um verdadeiro turbilhão de novas orações a cada momento e, na prática, o uso da linguagem é bem mais complexo do que pretendiam tais gramáticas, que não conseguiam captar de maneira satisfatória o uso de estruturas jamais vistas ou geradas antes.

Segundo o que nos diz Chomsky, nesses procedimentos, em um “sentido interessante, se tudo o que está em discussão é uma forma de organização de dados, então, só podem [levar a] resultados que não são nem bons nem maus, aparte considerações mínimas de redundância ou consistência” (CHOMSKY, 2007a, p. 122)²⁷. Há nesse procedimento estrutural um vácuo, incapaz de avaliar os resultados, ninguém poderia estar certo ou errado ao arranjar dados em um “vácuo teórico”. A rejeição explícita dos aspectos psicológicos deixa o empirismo estruturalista numa situação estranha: “A rejeição explícita de um compromisso como esse torna muito difícil chegar a uma interpretação de boa parte desse trabalho - que poderia encontrar sua fundamentação nesta interpretação” (CHOMSKY, 2007a, p. 122)²⁸. Para Harris, por exemplo, as transformações eram relações sistemáticas entre sentenças, entre "estruturas superficiais", por assim dizer. Uma transformação gramatical, para Harris, envolve um par caótico de estruturas lingüísticas, tomadas pela análise como estruturalmente equivalentes.

Harris sustentava que as estruturas dos dois lados da seta (na expressão descrita no quadro abaixo) são análogas, pois, se elegemos um dado concreto, como por exemplo, a palavra João, representada por N_x e um substantivo como Maria, expresso por N_y , junto de um verbo V (ver), e se nesse caso aplicamos a substituição nos dois lados da fórmula, temos: à esquerda, “João vê Maria” e, à direita, “Maria é vista por João”. Essas sentenças, por conseguinte, terão o mesmo grau de aceitabilidade ou de equivalência estrutural. (CHOMSKY, 2007a, p. 124):

²⁷ No original: “in any interesting sense, if all that is at stake is a way of organizing data; then there can only be results that are neither good nor bad, apart from minimal considerations of redundancy or consistency”. (CHOMSKY, 1977, p. 119).

²⁸ No original: “The explicit rejection of such a commitment makes it very difficult to arrive at such an interpretation of much of this work – which might find its rationale in this interpretation”. (CHOMSKY, 1977, p. 119).

$N_x \vee N_y \leftrightarrow N_y \text{ é Verd por } N_x$

Fig. 01

As equivalências estruturais eram importantes para Harris, que buscava a normalização e/ou organização do discurso. Dessa maneira, se temos uma sentença na língua, com uma das duas formas, da direita ou da esquerda, podemos substituí-la pela sentença correspondente à forma reguladora equivalente. Nesse procedimento de análise procura-se distribuir as relações ou similaridades presentes na fala. Como resultado temos a lingüística descritiva de um “sistema de elementos ampliados” pertencentes a “um dialeto particular” (HARRIS, 1951). Do chamado transformacionalismo de Harris, chegamos à idéia básica para a análise do discurso, afinal

continuando a aplicar essas transformações de equivalência a um discurso, podemos reduzir as sentenças a formas similares, às quais os procedimentos de substituição desenvolvidos para a gramática das frases podem ser aplicados. Podemos também construir classes de substituição de palavras que têm mais ou menos o mesmo papel no discurso. Essas categorias de discurso não devem ser confundidas com as categorias léxicas ou frasais da língua. Essa é a idéia básica da ‘análise do discurso’. (CHOMSKY, 2007a, p. 124).²⁹

Qual a diferença dessa análise para a de Chomsky? No nível teórico, uma característica fundamental das transformações de Harris é a de que cada uma das transformações se estabelece de forma independente em relação a outros aspectos mais gerais da gramática. Ou seja, cada transformação é estendida para o discurso através da observação e evidência. Mas cada relação estabelecida entre as transformações existe de maneira independente do que é falso ou verdadeiro para o resto da linguagem. No procedimento de Harris

uma transformação é, com efeito, uma generalização sobre a aceitabilidade das ocorrências de duas formas de frases, e a generalização factual é verdadeira ou falsa muito separadamente de qualquer coisa que possamos descobrir subsequente sobre a linguagem em questão ou a teoria da linguagem, ou de qualquer outra fonte - concepção não por exemplo, um experimento psicológico. Essa atitude é natural na abordagem geral do ‘Methods’ de Harris - uma psicológica da lingüística.

²⁹ No original: “By continuing to apply these equivalence transformations to a discourse, we can reduce the sentences to similar forms, to which the substitution procedures developed for the grammar of sentences can be applied, and we can construct substitution classes of words that play more or less the same role in discourse; these discourse categories must not be confused with the lexical or phrase categories of the language. This is the basic idea of ‘discourse analysis’”. (CHOMSKY, 1977, p. 121).

(CHOMSKY, 2007a, p. 124)³⁰.

Harris não parte da idealização, conforme faz Chomsky, pois no seu transformacionalismo, renuncia-se à idéia de que a linguagem de certa comunidade possa ser apreciada como um conjunto definido de sentenças dotadas de estruturas, vinculadas às marcações de princípios gramaticais verdadeiros ou falsos. Dessa forma, a análise transformacional de Harris é simplesmente uma maneira diferente de descrever um conjunto de observações coletadas. Portanto, continua a ser cômoda ao paradigma da descrição, já que parte da transformação como generalização de dados. Através dos dados expõem-se propriedades, no caso em questão (fig. 01), temos a chamada “propriedade de igual aceitabilidade sob a substituição sistemática”. Há portanto, nesse procedimento, uma diferença sensível em relação às teorias das ciências naturais³¹, para as quais

duas teorias podem estar em conflito mesmo se concordam sobre os dados disponíveis e o cientista, então, vai procurar novos dados para escolher entre as duas, prosseguindo de acordo com a admissão "realista" de que aquilo que as teorias alegam sobre as entidades nelas apresentadas é verdadeiro ou falso e, portanto, suscetíveis a novos testes. Mas Harris, pelo menos no início da década de 60, assumiu a posição de que as descrições lingüísticas alternativas não podem estar em conflito nesse sentido. (CHOMSKY, 2007a, p. 125)³².

Ainda que “descritivista”, foi através do trabalho de Zellig Harris que Chomsky conseguiu indicar uma série de regras a partir das quais as sentenças podem ser relacionadas formalmente umas às outras, em transformações cujas representações são abstratas e coordenadas. A nova gramática transformacional, então proposta por SS, continha um sistema de regras formalizadas matematicamente, capazes de *gerar* as sentenças da língua caracterizada, onde cada sentença nova recebia uma *descrição estrutural* ou análise gramatical.

³⁰ No original: “A transformation is in effect a generalization about the acceptability of instances of two sentence forms, and that factual generalization is true or false quite apart from anything we may subsequently discover about the language in question or the theory of language, or from any other source – say psychological experiment. This account is a natural one within the general approach of Harris’s Methods – a no psychological conception of linguistics”. (CHOMSKY, 1977, p. 122)

³¹ Chomsky lembra que sua concepção de estrutura pretende ultrapassar uma concepção de ciência naturalista e classificatória, preocupada em descrever e arranjar eventos. Trata-se agora de estabelecer uma “ciência natural”, na qual a geração é uma tarefa da linguagem humana. A melhor formulação da gramática é explicada se corresponde aos fatos desencadeados legitimamente.

³² No original: “In the natural sciences, two theories may be in conflict even if they agree on available data, and the scientist will then search for new data to choose between them, proceeding on the ‘realist’ assumption that what the theories allege about the entities postulated in them is true or false, and therefore susceptible to further test. But Harris, at least through the early sixties, took the position that alternative linguistic descriptions cannot be in conflict in this sense”. (*Ibid*, p. 122).

Através da expressão algébrica, exemplifica-se a referida geração: tomemos $2x+3y-z$, por exemplo, em que x , y e z são variáveis. Devido a essa expressão, pode-se apontar um infinito conjunto de valores a serem gerados. Caso as regras indiquem resultados absurdos frente aos dados, a gramática será descartada: “A concepção de Chomsky a respeito das regras de gramática é similar. Devem elas ser tão precisamente especificadas – formalizadas é o termo técnico – quanto as regras da aritmética” (LYONS, 1970, p. 43). Essas regras são capazes de gerar a mesma sentença mais de uma vez. Já não são meras organizadoras do *discurso*, são hipóteses sobre a gramática gerada pelos *falantes*.

Para ilustrar ao leitor um procedimento simples de um conjunto gerado por funções, devemos citar, mesmo que de passagem, a base de operação de um *sistema recursivo* elementar. Um sistema recursivo trivial consta de um símbolo axiomático inicial e de suas regras. Como exemplo, tomemos o axioma **S**:

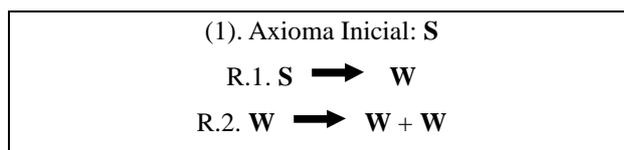


Fig. 02

A flecha interpreta a instrução de reescrever o símbolo da esquerda à direita, pela cadeia de símbolos da direita. Ao aplicar a primeira regra **R.1**, obtemos a linha **W**; ao aplicarmos a segunda regra **R.2**, obtemos a linha **W+W** (o sinal de + é apenas um símbolo de concatenação). Ao aplicarmos novamente a segunda regra **R.2** (substituindo um caso **W** pela cadeia **W+W**), obtemos a cadeia **W+W+W** e, consecutivamente, obtemos:

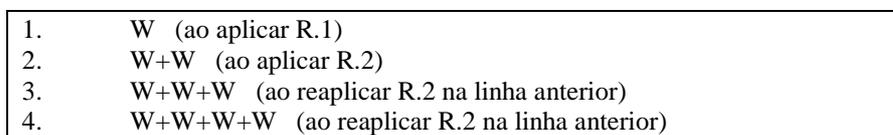


Fig. 03

Deste modo segue continuamente. Em suma, a aplicação continuada dessas regras enumera ou especifica tecnicamente o que se diz por “gerar”, para um conjunto infinito de cadeias da forma **W**, **WW**, **WWW**, **WWWW**... (abstraindo o sinal + como símbolo da concatenação). Em outras palavras, essas regras constituem uma diminuta “gramática gerativa” e as cadeias e símbolos “gerados” por essa gramática em miniatura são um exemplo extremamente simples, por suposto, da “língua” (OTERO, 1973, p. 153).

As sentenças não-gramaticais podem ser explicadas à medida que o estabelecimento das regras da gramática corresponder ao conhecimento dos falantes. De tal modo, saberemos quais frases são ou não permitidas na geração. Por essa razão a gramática *deve* gerar “todas e somente” as sentenças da língua. Tal ambição constitui o “ideal” a ser alcançado por qualquer lingüista. Há aqui um procedimento de teste da melhor opção a ser gerada pelo indivíduo, visto que não se trata mais de somente descrever ou organizar o discurso. Notemos ainda que a formalização de uma gramática corresponde, até o momento, a um sistema recursivo para línguas específicas.

A gramática transformacional, dessa maneira, propunha *sentenças-núcleo* que, seguindo um conjunto de instruções, constroem infinitas sentenças. Por exemplo, as *Regras Sintagmáticas* formam *Indicadores Sintagmáticos*, e estes, por decorrência, são representações que manifestam estruturas categoriais, compostas por sintagma nominal, sintagma preposicional, frase, etc. Chomsky admite que esse formato proposto para as regras já era adotado na “gramática tradicional descritiva e histórica”. A novidade, porém, estava na reformulação dessas em termos das idéias desenvolvidas na teoria da computação, tais como das funções recursivas. O conjunto infinito de estruturas, geradas por um sistema de regras finito, bastava para representar a estrutura sintagmática. No caso que adotamos como exemplo, tratam-se das frases mais simples praticáveis.

As representações sintagmáticas geradas eram, então, associadas à forma fonética (sucessão de regras de alteração de som). Já os itens lexicais são dados de maneira abstrata na representação da estrutura sintagmática, pois esses itens são convertidos na sua forma final graças à aplicação de regras fonológicas e fonéticas. Citamos abaixo um *sistema de regras sintagmáticas* simples, conforme o exemplo de Chomsky (1986):

³³ (2) (i) F	→	SN SV
(ii) SV	→	V SN
(iii) SN	→	DET N
(iv) SN	→	N
(v) V	→	<i>hit</i>
(vi) N	→	<i>boy</i>
(vii) N	→	<i>John</i>
(viii) DET	→	<i>the</i>
(ix) X	→	...

³³ Sugerimos aqui, a fim de ilustrar o esquema para o leitor, um sistema de regras sintagmáticas em língua portuguesa: (1) **Sentença** = Frase Nominal (*Noun Phrase*) + Frase Verbal (*Verb Phrase*); (2) Frase Nominal = A + N; (3) A = o, a, os, as (*the*); (4) N = homem, bola; (5) Frase Verbal = Verbo + Frase Nominal; (6) Verbo = bater, pegar; etc. Cf. GARDNER, 2003.

As regras (i) e (iv) são moderações sintáticas; (ii), (iii), (vi) e (viii) são símbolos únicos; em (vii) e (v) temos entradas lexicais. O símbolo (ix) representa as regras léxico-fonológicas que associam palavras como *hit*, *boy*, etc. Pelo que se deduz o indicador sintagmático (3) é gerado pelas regras sintagmáticas de (2):

$$(3) \quad [F [SN [N \mathbf{John}]] [SV [V \mathbf{hit}] [SN [DET \mathbf{the}] [N \mathbf{boy}]]]]$$

A idéia central é que a sentença *John hit the boy*, um indicador sintagmático, como qualquer outra sentença da língua inglesa, recebe um conjunto de representações, que podem ser reconstruídas por uma regra imediatamente anterior. Assim, podemos dizer que (F), no caso a sentença (3), é constituído por um sintagma nominal (SN), acompanhado por um sintagma verbal (SV). Os sintagmas nominais possuem nomes próprios (N) e os sintagmas verbais acoplam (V), etc. A sentença (3) pode ser descrita conforme o sistema de parênteses (acima exposto) ou em forma de *árvore*, como no exemplo que se segue:

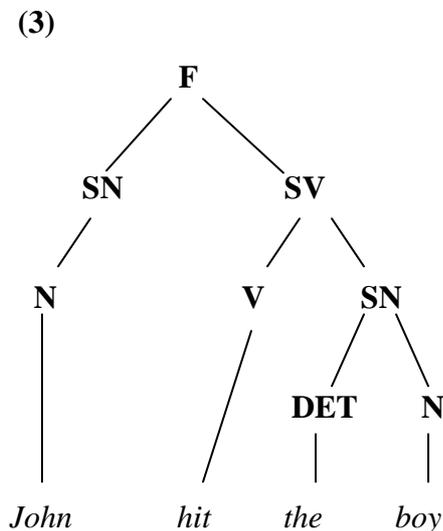


Fig. 04

As primeiras gramáticas propunham 2 tipos de regras: regras sintagmáticas e regras transformacionais. As regras sintagmáticas, como em (2), formam os indicadores sintagmáticos, tal como a forma em árvore (3). Ou seja, os indicadores são representações em que se estipulam estruturas categoriais (sintagmas nominais, verbais, etc.). As regras

transformacionais convertem os indicadores sintagmáticos (representações) noutros indicadores sintagmáticos, por exemplo, em formas como passiva, interrogativa, etc. Nota-se que esse formato é, até certo ponto, uma adaptação da gramática tradicional, porém, muito mais rico e complexo, pois a gramática de Chomsky incorpora funções recursivas e algorítmicas. (CHOMSKY, 1994).

Se as regras sintagmáticas de (2) geram infinitas representações, o que se revela aqui é a nova estrutura de que falávamos: a estrutura sintagmática. As regras que originam essa estrutura recebem restrições através da teoria das funções recursivas. As representações geradas pelas regras são “revestidas” foneticamente. Ou seja, o lugar do léxico (N), abstrato na representação da estrutura sintagmática, recebe um item qualquer com a sucessão de sons próprios das línguas naturais. Para descobrirmos, por exemplo, se (3) é gerado (bem formado) por um determinado sistema de regras, Chomsky nos diz que devemos assumir a convenção de que uma sub parte de um indicador sintagmático com a forma [xY] é substituída por X.

Desse modo: “se o sistema de regras contiver a regra $X \longrightarrow Y^x$, este processo repete-se e, se o resultado for um símbolo único, [então] o indicador sintagmático é gerado pelo sistema de regras” (CHOMSKY, 1994, p. 73). Por exemplo, aplicando a (3) as regras lexicais (v)-(vii) do sistema (2) podemos substituir [N John] pelo termo N, [v hit] por V, e assim por diante, até que tenhamos a forma (4):

$$(4) \quad \left[{}_F \left[{}_{SN} N \right] \left[{}_{SV} V \left[{}_{SN} DET N \right] \right] \right]$$

Se continuarmos a aplicar as regras (2iv) e (2iii) à (4), teremos (5):

$$(5) \quad \left[{}_F SN \left[{}_{SV} V SN \right] \right]$$

Finalmente, se aplicamos as regras (2ii) a (5), derivamos [F SN SV], e novamente justapondo (2i) a essa, obtemos (3) ou simplesmente F. Temos, no exemplo simples, o sinal de que (3) é o indicador sintagmático de uma oração bem-sucedida para o inglês. Porém, o sistema de regras (2) precisa ser modificado, de modo a excluir a possibilidade de serem gerados indicadores sintagmáticos bem formados para frases como *John hit*, em que o verbo ficaria desprovido de objeto. Temos, dessa maneira, a regra (2v): (6) $V \longrightarrow hit/-SN$. Nesta ocasião (6) significa que V pode substituir *hit*, no modo descrito, apenas quando estiver no

contexto de um SN (quando anteceder um sintagma nominal). As regras sintagmáticas, em geral, apresentam a seguinte forma: (7) $X \rightarrow Y / Z-W$. Nas regras com a forma disposta por (7) Z e W são não-nulos. Isto é, em (6) temos uma regra *dependente de contexto*. As regras de (2) são, dessa forma, *independentes de contexto*. (CHOMSKY, 1994, p. 74).

A função gramatical “sujeito de” pode definir-se por “SN de F”, o que indica-nos que há um SN contido imediatamente em F. Como na frase (3) *John hit the boy*. A função “objeto de” pode definir-se por “SN de SV”. Dessa forma, *the boy* é objeto de *hit*. Existem núcleos para o SN e SV no exemplo (3), *boy* (N) é o núcleo de SN; O nome *John* é núcleo do SN *John*. A conclusão fundamental que Chomsky extrai dessas relações entre os sintagmas é o fato de existir uma assunção explícita em (2):

há uma assimetria na relação do sujeito e do objeto com o verbo transitivo: o objeto liga-se diretamente ao verbo, enquanto o sujeito só se relaciona indiretamente com o verbo, ligando-se diretamente ao sintagma verbal que contém o verbo e o seu objeto. Esta assunção é puramente empírica, portanto controversa, *mas parece ser apoiada por evidência multilíngüe de vários tipos*. (CHOMSKY, 1994, p. 74, grifo nosso).

As propriedades sintáticas e semânticas do inglês fornecem evidência para a assimetria. Todavia, Chomsky acredita que essas constatações podem ser parte de fatos multilíngües. Em frases simples, como SN-V-SN, a seqüência V-N pode se deslocar como uma unidade. O símbolo *e* preenche a posição de onde a unidade V-SN foi deslocada:

(8) *John wanted to win the race, and [win the race] he did e.*

No exemplo (8), podemos vislumbrar ou ter noção da presença das regras transformacionais. As transformações deslocam sintagmas, mas não seqüências que constituem um sintagma. Em [*win the race*], por exemplo, um sintagma SV é deslocado. Em contrapartida, não encontraremos regras que desloquem a seqüência SN-V numa frase como SN-V-SN. Em frases simples do gênero SN-V-SN, não é raro que V-SN funcione como uma unidade semântica. Afinal, V-SN possui um “significado” determinado na composição. Tomando os exemplos abaixo:

(9) (i) *John threw a party (threw a fit, threw the ball)*

(ii) *John broke his arm (broke the window)*

Na seqüência (i), as regras semânticas determinam o significado de *threw*-SN; o

papel semântico do sujeito pode alterar-se relativamente ao significado atribuído a essa unidade. Por exemplo, *John* é agente em “*John threw the ball*”, mas não o é em “*John threw a fit*”. Em (ii), *John* é agente relativamente ao objeto *the window*. Também o é, em uma das interpretações de “*John broke his arm*” (Por exemplo, “*John broke Bill’s arm*”). *John* também pode ser não agente, se interpretamos a frase no sentido “*John’s arm broke*”. O que vemos nos exemplos da seqüência V-SN é que essa unidade atribui significado. O papel semântico do sujeito é determinado em conformidade à composição, de acordo com o “significado” contido na unidade V-SN. Raramente será possível encontrar seqüências SN-V-SN em que seja atribuído um significado à combinação sujeito-verbo que determine o papel semântico do objeto. Portanto, V-SN é um *sintagma*, uma *unidade*. Um SV é característico pela atribuição de um papel temático de unidade. (CHOMSKY, 1994, p. 75).

Toda essa seqüência de demonstrações indica, de maneira resumida e simples, o que mais tarde será a chamada Teoria da Ligação. Segundo essa teoria, “um pronome não pode ter como antecedente um elemento que pertença ao seu domínio”. (CHOMSKY, 1995, p.75). Este princípio é extraído como invariável de língua para língua. Sua constatação envolve o postulado de uma “faculdade de linguagem”. Voltaremos mais à frente a essa questão, quando da discussão sobre a Gramática Universal (GU).

Em nosso breve recenseamento de SS, observamos que através do conceito de transformação podemos estabelecer ligações abstratas entre as sentenças geradas numa língua. Por exemplo, a ligação entre frases como “O garoto beijou a garota” e “A garota foi beijada pelo garoto”, ou ainda, a diferença entre arranjos sintáticos superficialmente parecidos: “A garota é ávida de agradar” e “A garota é fácil de agradar” (GARDNER, 2003). O conceito de transformação compreende, desse modo, uma “dependência estrutural”. Em outros termos, as transformações não atuam simplesmente sobre palavras, isoladamente, ou sobre cadeias de palavras em extensão arbitrária. As transformações ocorrem sobre cadeias ou sentenças *representadas abstratamente*. Essas cadeias são compostas por meio de constituintes sintáticos apropriados à língua em análise, que determinam, desta forma, a regularidade e aplicação das transformações.

Posteriormente, o “componente transformacional” da gramática foi reavaliado, devido, principalmente, a possibilidade de resgate de análises que não são apropriadas aos dados lingüísticos. Cabe ressaltar que o modelo gramatical exposto em SS passou por inúmeras modificações, as quais não abordaremos, visto que nosso inventário comporta apenas idéias gerais da gramática gerativa. O que nos importa nisto é que a partir de 1957 o nível transformacional surge como uma nova e atraente proposta para a lingüística teórica. As

transformações de Harris (que poderiam apenas ligar sentenças, regularizando-as), de caráter classificatório, estavam excluídas das tarefas lingüísticas mais prementes. Não por uma questão de erro ou inadequação essencial, mas simplesmente por obsolescência frente aos fatos que se apresentaram desde então. A novidade das transformações trouxe também outros critérios teóricos para a lingüística como um todo, da mesma forma, naturalmente, novos objetivos deveriam ser iluminados pela concepção chomskiana da estrutura transformacional.

Robert B. Lees, responsável direto pela divulgação de *Estruturas Sintáticas*³⁴, fez uma importante resenha do livro, que foi publicada no célebre periódico norte-americano *Language*. Nela, considerou-se o impacto da monografia de 1957 e seus novos critérios, cujo passo essencial estava, segundo Lees, na introdução de uma perspectiva científica capaz de construir uma teoria lingüística abstrata com poder de previsão, que rompia com o chamado “estágio pré-científico” da lingüística classificatória (taxionômica). Chomsky, segundo Lees, não estava propondo apenas uma nova descrição gramatical, mas antes, propunha tarefas novas para o campo, distinguindo-o radicalmente das disciplinas sociais. A novidade dessa teoria científica

pode ser entendida no mesmo sentido em que uma teoria química ou biológica geralmente é entendida pelos especialistas destes campos. Ela não é uma mera reorganização dos dados em um novo tipo de catálogo de biblioteca, nem mais uma filosofia especulativa a respeito da natureza do homem e da linguagem, e sim uma explicação vigorosa de nossas intuições sobre nossa língua em termos de um sistema axiomático claro, dos teoremas deriváveis dele, de resultados explícitos que podem ser comparados com dados novos e outras intuições, tudo baseado simplesmente em uma teoria clara da estrutura interna das línguas; e ele pode muito bem fornecer uma oportunidade para a aplicação de medidas explícitas de simplicidade para decidir a preferência de uma forma de gramática em detrimento de outra. (LEES, 1974, p. 52).

Outra diferença suplementar, da nova perspectiva, dos recém-adquiridos “objetivos da teoria lingüística”, citada por Lees, dizia respeito, nomeadamente, à importância atribuída às intuições dos falantes - juízos que fogem do condicionamento verbal. Em SS, contudo, esses juízos apesar de serem tematizados, não são esmiuçados em profundidade. O que importava, então, era entender a geração das frases ou sentenças de uma língua. O caráter reduzido e simples de SS, publicado a partir de notas de aulas, não favoreceu tal desenvolvimento. Só em trabalhos posteriores é que se irão colocar as intuições sob questão.

Posteriormente, tornar-se-á claro para Chomsky o fato de que não se deve definir

³⁴ Publicada fora dos EUA, por uma editora Holandesa (*Mouton*) a monografia de 1957 enfrentava a resistência dos lingüistas, graças à histórica resenha de Lees chama-se pela primeira vez a atenção do público americano para o trabalho de Chomsky. Cf. LEES, 1974.

uma disciplina sobre seus processos. Antes disso, a lingüística deve ser definida, em primeiro lugar, pela natureza do objeto de investigação. Processos experimentais ou analíticos devem ser projetados para lançar luz sobre esse objeto. (CHOMSKY, 2007a, p. 54). Todavia não se trata de recusar o instrumental empirista, deve-se apenas evitar seus resultados, que não definem claramente o objeto da lingüística:

a psicologia behaviorista, por exemplo, é excelente em suas técnicas experimentais, mas, em minha opinião, não definiu apropriadamente o seu objeto de investigação. Assim, têm instrumentos excelentes, instrumentos muito bons... mas não há muito que estudar com eles. (CHOMSKY, 2007a, p. 54).³⁵

No parecer de Chomsky os experimentos psicológicos só têm interesse se puderem ser aproveitados para aprimorar nossa compreensão de teorias significativas (explicativas). Nem sempre o que era entendido como “dar conta de todos os fatos” foi algo racional, mas o “importante é descobrir fatos cruciais para a determinação de estruturas subjacentes e princípios abstratos ocultos. Se esses princípios não existirem, nem vale a pena começar a tarefa” (CHOMSKY, 2007a, p. 111).³⁶ A noção de *fato* na gramática gerativa marca claramente a mudança de objetivos em questão. Essa noção, exposta também na concepção da lingüística como uma ciência não taxionômica, não guarda relação *pari passu* ao *fato* entendido pelo EA, pois

a descoberta desses fatos é muitas vezes uma conquista criativa em si, e muito relacionada com a teoria. Os fatos, em todos os sentidos interessantes da noção, não são apenas apresentados a nós, nem é de muito interesse, em minha opinião, apresentar "os fatos" de maneira exata, embora, naturalmente, os fatos pertinentes (outra noção ligada à teoria) devam ser apresentados da maneira mais precisa possível. (CHOMSKY, 2007a, p. 111)³⁷.

De acordo com Chomsky a história da física revela, por exemplo, numerosos “fatos” que não foram explicados. Tais fatos inexplorados, no entanto, não mantiveram a disciplina estagnada. Como exemplo, temos o caso clássico da insuficiência de Galileu em esclarecer o

³⁵ No original: “Behaviorist psychology, for example, excels in its experimental techniques, but it has not properly defined its object of inquiry, in my opinion. Thus it has excellent tools, very good tools... but nothing very much to study with them”. (CHOMSKY, 1977, p. 46).

³⁶ No original: “what seems important to me is the Discovery of facts that are crucial for determining underlying structure and abstract hidden principles. If such principles do not exist, the enterprise is not worth undertaking”. (CHOMSKY, 1977, p. 107).

³⁷ No original: “The Discovery of such facts is often a creative achievement in itself, and very much ‘theory-related’. ‘The facts’, in any interesting sense of that notion, are not simply presented to us, nor is it of great interest, in my opinion, to present ‘the facts’ in an exact manner. Although of course the *pertinent* facts (again a notion that is linked to theory) must be presented in as precise a manner as possible”. (*Id.*, 1977, p. 107).

porquê dos objetos não voarem para fora da Terra, uma vez que a mesma realiza um ciclo em torno de seu eixo. Galileu teve de se contentar com esses espaços em sua teoria, visto que a explicação desse fenômeno seria dada somente mais tarde. A história da física demonstra que problemas não resolvidos podem ser postos de lado momentaneamente, na esperança de que venham a ser explicados no decorrer da pesquisa. A lingüística, da mesma forma, pôde avançar com seus modelos explicativos (hipotético-dedutivos), sem se interromper pela falta da expressão cabal dos fatos. O exemplo de Galileu demonstra que dar conta de "todos os fatos" do mundo físico nunca foi o objetivo da física moderna, no mesmo sentido, alguns lingüistas acreditam que a gramática deve dar conta de "todos os fatos" da linguagem. Conforme Ruwet

a descoberta de dados que não se enquadram em nenhuma teoria existente, não tem nenhum interesse enquanto não ajudam a formular uma nova teoria, mais geral, que os explique. Pode-se representar o progresso do conhecimento científico não como uma acumulação de observações, mas como uma sucessão de hipóteses teóricas, cada vez mais gerais, onde cada uma torna caducas as precedentes menos poderosas e parciais. O que adquire uma importância crucial nessa concepção da Ciência como construção de modelos teóricos é a necessidade de formular estes modelos da maneira mais explícita e mais precisa possível. Em si mesma a observação e a classificação dos dados não permitem jamais generalizar nem explicar. (RUWET, 2001, p. 19).

Aos poucos, o vocabulário de Chomsky também se ampliou a fim de atender tais considerações da gramática gerativa, então nascente. Em SS, Chomsky refere-se à gramática nos seguintes termos: “instrumento para produzir as sentenças da língua sob análise” (CHOMSKY, 1957). O termo instrumento foi tomado pela crítica como uma máquina, capaz de reproduzir o comportamento e a fala dos humanos, emitindo sentenças, assim como o termo “produção” parecia indicar apenas o falante de uma língua, não incluindo, aparentemente, os ouvintes.

O “instrumento” capaz de gerar sentenças, a que alude Chomsky, refere-se àqueles elementos formais³⁸ então usados como referência, ou seja, elementos abstratos, e não simples elementos físicos como os de uma máquina. Já com o termo “produção”, como esclareceu em seguida, fazia-se menção às sentenças produzidas através da aplicação de uma seqüência de regras em um determinado quadro gramatical. O que não é o mesmo que a produção de sentenças de quem fala uma língua, pois se trata de uma decisão aproximativa. SS indicava modelos simuladores da realidade e, por decisão metodológica, o núcleo da pesquisa é dado como não testável. Segundo Borges Neto, “a heurística do programa da GG determina que a

³⁸ Cf. p. 35.

tarefa fundamental do lingüista é a criação de sistemas computacionais que sirvam de modelo para o conhecimento lingüístico dos falantes/ouvintes de uma língua” (BORGES NETO, 2004, p. 97). Esses modelos computacionais são hipóteses explicativas.

O conceito de produção é parte de um empreendimento científico da gramática gerativa que caminha lado a lado com os chamados “segredos e mistérios”. Afinal, a gramática gerativa consiste num projeto que confronta um conjunto dado de sentenças contra outro conjunto mais amplo. O intento é o de explicar a geração infinita através de meios finitos, tal tarefa visa o aspecto criador do uso da linguagem. Porém, em grande medida, o feito de “decodificar” o *aspecto criativo do uso da linguagem* permanece tímido, um mistério.

Em resumo, o sistema de regras a que Chomsky chega, atribui a cada expressão uma estrutura, um conjunto de representações, conforme vimos. Cada representação está vinculada a um nível lingüístico com uma descrição estrutural. Um nível lingüístico é um sistema particular de representação mental. Tal estrutura deve fornecer ao falante a informação disponível acerca de uma expressão, “na medida em que esta informação deriva da faculdade de linguagem” (CHOMSKY, 1994, p. 63).

O sistema de regras, associadas as representações, sugere a Chomsky que o novo programa de investigação deve tomar os enunciados como estados da mente/cérebro. A natureza desses estados, como veremos, é *parcialmente* responsável pelo comportamento lingüístico. Sistemas computacionais que formam e modificam representações podem apenas lançar alguma luz sobre esses procedimentos. Mas a idéia dos enunciados como estados da mente/cérebro apenas se deixavam entrever em SS. Trata-se de uma interpretação posterior do próprio Chomsky.

Na verdade, SS é considerado um livro incompleto, trata-se de notas de aulas, como já dissemos, que tocam apenas parcialmente nos objetivos que Chomsky tinha em mente. Por essa razão é essencial que possamos ler SS através de sínteses posteriores, contidas em obras tais como “O conhecimento da língua”³⁹. SS apresentava o nível lingüístico simplesmente como um sistema ou conjunto de elementos primitivos, em operação de concatenação (por cadeias), sob um aparato matemático formal de construção, que produz objetos formais (indicadores sintagmáticos). Esses objetos são atribuídos a expressões, com representações sintáticas no nível descrito. Em resumo, como vimos,

³⁹ A referência à Faculdade de Linguagem, assim como as representações como estados da mente/cérebro são interpretações “anacrônicas”, não estavam contidas explicitamente em SS. O que fazemos aqui é seguir o modelo interpretativo tardio, do próprio Chomsky. (CHOMSKY, 1986).

o sistema de regras exprime relações existentes entre os vários níveis na língua em questão e determina os elementos e as propriedades de cada nível. No nível da estrutura sintagmática, por exemplo, os primitivos são os elementos mínimos que intervêm na descrição sintática (*John* é um N, *John ran* é uma F, etc) e os indicadores sintagmáticos serão certos objetos formais construídos a partir dos primitivos que exprimem completamente a relação é-um. O indicador sintagmático da seqüência *John ran* indicará que esta seqüência no seu todo é uma F (frase), que *John* é um N (nome) e um SN (sintagma nominal) e que *ran* é um verbo V e um SV (sintagma verbal). (CHOMSKY, 1994, p. 63).

Nos trabalhos posteriores à SS, Chomsky reforçará que uma teoria da estrutura lingüística também envolve uma Gramática Universal. Esta deve especificar todos os conceitos do nível lingüístico com a maior precisão possível. Se a teoria lingüística deve fornecer gramáticas gerativas para as línguas naturais, que podem, em princípio, “ser atingidas pela mente/cérebro dos seres humanos, dada a experiência apropriada” (CHOMSKY, 1994, p. 63). Desse modo, deve existir uma espécie de arquitetura da mente envolvida nas representações.

O que acabamos de expor, em conformidade com a avaliação de José Borges Neto, é o chamado “programa de investigação da GG”. Este programa possui um núcleo e um desenvolvimento heurístico. O núcleo da pesquisa está na hipótese teórica de que os enunciados lingüísticos são parcialmente determinados por estados da mente/cérebro; a natureza desses estados reflete certos aspectos de nosso comportamento lingüístico. (BORGES NETO, 2004, p. 94).

Na heurística do programa de investigação de Chomsky, segundo Borges Neto, reside a tarefa de criação de modelos ou sistemas computacionais que sirvam de apoio lógico para o conhecimento expresso pelos falantes/ouvintes de uma língua: “Esses sistemas computacionais devem ser entendidos como hipóteses explicativas e suas conseqüências empíricas devem ser avaliadas num sistema dedutivo” (BORGES NETO, 2004, p. 97). Como o próprio Chomsky tem insistido, uma investigação desse porte impõe riscos, mas sem os quais não faríamos nada além de coletar dados.

CAPÍTULO II - A TEORIA PADRÃO

Em 1965 apresenta-se um modelo gramatical com diferenças significativas em relação àquele exposto em SS. Chomsky expõe, em *Aspects of the Theory of Syntax (ATS)*, um esquema que amplia consideravelmente o conceito das regras sintagmáticas, até então utilizado. Na base desse modelo gramatical, constava que o sistema simples de regras 2 (que utilizamos anteriormente, na descrição de SS), quando ampliado, em busca da capacidade infinita, alarga seu espectro, de modo a gerar estruturas mais complexas a cada momento. Por exemplo, a escolha de um elemento DET (*the*)⁴⁰, no inglês, pode levar a um sintagma nominal pleno, onde é atribuído um marcador de caso genitivo.

Dessa forma, em (19) *John's hitting the man*, o termo *hitting the man* é um SV normal e, aqui, *hit* adquire a flexão *ing*. Além disso, o SN sujeito de SV é genitivo, donde o marcador de caso é atribuído ao sujeito de SN. Temos, então, vários paralelos possíveis. Destarte, as regras sintagmáticas passam a gerar representações em um número razoável, ou seja, a noção de “sujeito de”⁴¹ pode ser generalizada. (CHOMSKY, 1994, p. 79).

O sistema simples de regras sintagmáticas (2) torna-se, portanto, insuficiente. Não se adequa à variabilidade das estruturas frásicas existentes. A saída encontrada por Chomsky foi o enriquecimento do sistema de regras, através da introdução de categorias complexas, compostas por traços que podem “percolar” categorias aí contidas. Buscou-se, dessa maneira, a manifestação de dependências globais que não eram captadas num sistema simples de regras sintagmáticas. Para garantir sujeitos singulares e plurais associados a verbos singulares e plurais, indicavam-se os traços [singular] ou [plural] que deveriam intervir nos símbolos complexos [F singular] e [F plural]. Cada um desses símbolos carrega traços que “percolam” F e seus constituintes SN, SV, núcleos, etc. (CHOMSKY, 1994, p. 79).

Para evitar a proliferação de regras sintagmáticas, decompostas em normas mais complexas, surge uma derivação: as regras sintagmáticas com categorias simples geram uma classe de estruturas abstratas subjacentes (chamadas então de *estruturas profundas*). As estruturas profundas (EP) projetam-se a partir de regras transformacionais (*componente transformacional*). Após a projeção transformacional, temos as *estruturas superficiais* (ES):

as regras transformacionais exprimem as propriedades ‘globais’ dos indicadores

⁴⁰ Em língua portuguesa (conforme se expôs na nota 33 da página 37) podemos transpor DET como artigo ou preposição. Caso seja uma preposição, como veremos em seguida, surge o caso genitivo, isto é, temos a possibilidade de interpretar a preposição “de”, por exemplo, relacionando-a aos dois sintagmas nominais.

⁴¹ Cf. p. 39.

sintagmáticos, como no caso da concordância em número, e também permitem derivar estruturas complexas (passivas, interrogativas, construções relativas, etc.) a partir das estruturas profundas que correspondem diretamente a frases simples. (CHOMSKY, 1994, p. 79).

O componente básico de ATS consistia em dois elementos: as regras de reescrita, que, como as anteriores, estipulam a estrutura das seqüências de palavras; o léxico, ao qual são aplicadas todas as propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas dos elementos lexicais. A gramática de base gera o chamado *marcador frasal inicial* de uma dada expressão (ou simplesmente gera as *estruturas profundas*), antigas regras sintagmáticas. O componente transformacional da gramática converte as EPs. Como resultado se obtêm as *estruturas superficiais*. O componente de base e o componente transformacional, juntos, compõem o elemento gerativo do modelo gramatical. Segue abaixo a representação gráfica desse modelo, que ficou conhecido também como *Teoria Padrão*.

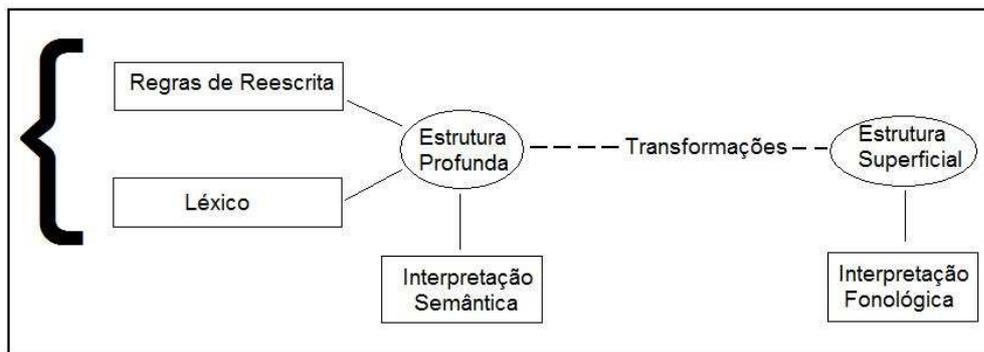


Fig. 05

Esse esquema, apresentado por Chomsky em ATS, como vemos, desenvolve uma nova formação de estruturas. A informação advinda do componente sintático é capaz de indicar uma interpretação semântica primária (que depois é aperfeiçoada). Em tal posição, temos as chamadas *estruturas profundas* que, saindo desse nível, são interpretadas pelo restante dos componentes, através da aplicação de operações formais (transformações), como nas *estruturas de superfície*. As estruturas profundas, criadas pelo componente sintático, são restritas (“talvez finitas”), mas não correspondem senão àquela gramática da língua em análise. O conjunto dos casos gerados nas EPs é chamado *seqüência de base*. Tais regras não podem introduzir ambigüidades⁴², pois “subjacente a cada frase da língua está uma sucessão

⁴² O trecho em questão não deve nos levar a confundir a noção de estrutura profunda, Chomsky se refere às estruturas profundas como subjacentes a cada frase da língua: “De forma semelhante li, com freqüência, que estaria propondo que as estruturas profundas não variam de uma língua para outra, que todas as línguas têm a

de indicadores sintagmáticos de base, cada um deles gerado pela base do componente sintático. Referir-me-ia a esta sucessão como sendo o substrato da frase à qual subjaz” (CHOMSKY, 1978, p. 99).⁴³

Em ATS, já encontramos referências explícitas ao racionalismo. A tentativa de determinar um sistema de regras finito, capaz de interpretar um número infinito de frases (uso infinito por meios finitos) de uma língua natural, “enraíza-se numa preocupação persistente, dentro da filosofia racionalista da linguagem e do espírito”⁴⁴ (CHOMSKY, 1978, p. 79). As tentativas de abordagem formalizada do uso infinito de meios finitos, porém, esclarece Chomsky, inserem-se em um tema de maior alcance: o aspecto criador do uso da linguagem. ATS, nitidamente, especifica-se pela tentativa de elucidar “como é que se deveria formular esta teoria” (CHOMSKY, 1978, p. 80)⁴⁵.

O estudo do componente sintático em ATS é separado de outros elementos presentes na linguagem. A comunicação envolve, segundo Chomsky, múltiplos desvios, erros, falhas de memória, etc. Em geral as irregularidades da comunicação normal devem ser evitadas durante a análise, dessa maneira, torna-se fundamental a especificação de um objeto idealizado: “A teoria lingüística tem antes de qualquer coisa, como objeto, um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade lingüística homogênea” (CHOMSKY, 1978, p. 83)⁴⁶. Hoje se constata que a lingüística moderna tem seguido, como orientação dominante, a idealização de uma comunidade de falantes/ouvintes, internamente coerente e consistente em sua prática. A formação do objeto de investigação através da homogeneidade dos enunciados faz com que se associe à língua a idéia de uma totalidade presente nos enunciados de uma determinada comunidade lingüística.

Assim,

não se faz qualquer tentativa para captar ou formular qualquer conceito através de aspectos sociopolíticos ou normativo-teleológicos do uso informal do termo

mesma estrutura profunda: as pessoas aparentemente foram distraídas pelo termo profundo, confundido com não variante. Mais uma vez, a única coisa que afirmo ser “não variante” é a gramática universal”. (CHOMSKY, 2007, p. 173). No original: “Similarly, I have often read that what I AM proposing is that deep structures do not vary from one language to another, that all languages have the same deep structure: people have apparently been misled by the deep and confuse it with invariant. Once again, the only thing I claim to be ‘invariant’ is universal grammar”. (*Id.*, 1977, p. 172).

⁴³ No original: “Underlying each sentence of the language there is a sequence of base Phrase-markers, each generated by the base of the syntactic component. I shall refer to this sequence as the basis of the sentence that it underlies”. (*Id.*, 1965, p. 17).

⁴⁴ No original: “an outgrowth of a persistent concern, within rationalistic philosophy of language and mind”. (*Ibid.*, p. 05).

⁴⁵ No original: “What is at issue here is precisely how this theory should be formulated”. (*Ibid.*, p. 06).

⁴⁶ No original: “Linguistic theory is concerned primarily with an ideal speaker listener, in a completely homogeneous speech-community”. (CHOMSKY, 1965, p. 03).

‘língua’. O mesmo é verdade no que diz respeito às abordagens que entendem a língua como sendo um produto social, de acordo com o conceito saussuriano de ‘*langue*’. (CHOMSKY, 1994, p. 36).

Nessa passagem, temos uma interessante aproximação entre o gerativismo e o estruturalismo. Chomsky admite a idealização da comunidade lingüística como algo corrente entre as diferentes escolas:

é claro que se subentende que comunidades lingüísticas, no sentido de Bloomfield - isto é, como conjuntos de indivíduos com o mesmo comportamento lingüístico -, não existem no mundo real. Cada indivíduo adquiriu uma língua no decurso de interações sociais complexas com pessoas que variam quer no modo como falam e como interpretam aquilo que ouvem, quer nas representações internas subjacentes ao seu uso da língua. A lingüística estrutural fez abstração destes aspectos nas suas tentativas de construção de uma teoria [...] também nós fazemos tal abstração, tendo apenas em consideração o caso de uma pessoa confrontada com a experiência uniforme numa comunidade lingüística bloomfieldiana idealizada em que não há diversidade dialetal nem variação entre os falantes. (CHOMSKY, 1994, p. 36).

O uso informal do termo língua, no senso comum, revela Chomsky, está afastado das hipóteses correntes de investigação. Nesse ponto, seria interessante notar a crítica do pensador russo Mikhail Bakhtin às orientações do pensamento lingüístico. Parece-nos que é justamente sob a noção de “enunciação” (que pode ser tanto um grito, gesto, palavra, etc.) que Bakhtin canaliza suas principais críticas ao chamado pensamento filosófico-lingüístico. Segundo o russo, a referência ao contexto social (ideológico) da interação verbal jamais pode se extirpar do diagnóstico da linguagem, mesmo que analiticamente. O signo verbal não possui uma existência extra-social, e qualquer tentativa de erradicar essa condição conduz ao esfacelamento da linguagem real. Qualquer conteúdo expressivo dos sujeitos recorre à forma enunciativa, ou seja, não escapa facilmente do terreno social, sempre em movimento. Logo, há de se fazer a crítica da idealização de uma comunidade homogênea.

A personalidade, em decorrência, só se deixa apreender como um produto total da inter-relação social. Fora de um material enunciativo objetivo, a consciência apenas pode aparecer como uma categoria fictícia que desconsidera a expressão social viva

enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.), a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa. É preciso notar que essa consciência não se situa acima do ser e não pode determinar a sua constituição, uma vez que ela é, ela mesma, uma parte do ser, uma das suas forças; e é por isso que a consciência tem uma existência real e representa um papel na arena do ser. Enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser consciente, com uma expressão embrionária sob a forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu raio de ação ainda limitado. Mas

assim que passou por todas as etapas da objetivação social, que entrou no poderoso sistema da ciência, da arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real, capaz mesmo de exercer em retorno uma ação sobre as bases econômicas da vida social. Certo, essa força materializa-se em organizações sociais determinadas, reforça-se por uma expressão ideológica sólida (a ciência, a arte, etc.) mas, mesmo sob a forma original confusa do pensamento que acaba de nascer, pode-se já falar de fato social e não de ato individual interior. (BAKHTIN, 2001, p. 120).

É importante notar que a proposta de Chomsky recorre ao corte sistemático de um objeto psicológico (discurso interior). Nega-se, por exemplo, o imperativo de uma teoria do discurso, porém não sua pertinência⁴⁷, isto é, o objeto de estudo (a linguagem) pode e deve ser fracionado analiticamente. Convém ressaltar, com isso, que a noção restrita dos objetivos da lingüística não rebaixa outras capacidades envolvidas no uso e compreensão da linguagem, a competência comunicativa (pragmática da comunicação humana) não é rejeitada, por exemplo, mas está simplesmente fora do âmbito previsto pelos aspectos lingüísticos. O que não se aceita é a objeção quanto à idealização. Até certo ponto Chomsky está consciente do risco proporcionado pela idealização da comunidade lingüística, todavia, como é evidente, nada é feito além da constatação do risco, afinal, vence a necessidade de manter a racionalidade do empreendimento investigativo:

a oposição à idealização é simplesmente uma objeção à racionalidade; equivale a nada mais do que a uma insistência para que não façamos trabalhos intelectuais significativos. Os fenômenos suficientemente complicados para valer um estudo geralmente envolvem a interação de diversos sistemas. Assim, você precisa abstrair um objeto de estudo, você precisa eliminar os fatores que não são pertinentes. Pelo menos se você quiser fazer uma investigação acima do trivial. Nas ciências naturais, isso nem é discutido, é evidente por si mesmo. Nas ciências humanas, continua a ser questionado. É uma coisa infeliz. Quando você trabalha no interior de uma idealização, talvez deixe passar alguma coisa terrivelmente importante. Essa é uma contingência da inquirição racional que sempre foi entendida. Não se deve preocupar-se demais com isso. Deve-se encarar esse problema e tentar lidar com ele, acomodar-se a ele. É inevitável. (CHOMSKY, 2007, p. 64).

A separação da sintaxe não isola esse componente dos demais, já que esse interage com outros fatores externos (desempenho ou performance). Por exemplo, a existência de relações entre os sintagmas só pode conferir alguns aspectos à semântica, o restante é preenchido pela organização do léxico, pelo contexto de utilização, etc. A idealização

⁴⁷ É preciso, portanto, entender a concepção de linguagem de Chomsky no seu sentido restrito: “Pode-se argumentar que os sistemas que estamos a considerar constituem apenas um elemento da faculdade da linguagem, entendida de um modo mais vasto de forma a incluir outras capacidades envolvidas no uso e na compreensão da língua, como por exemplo, aquilo a que por vezes se chama «competência comunicativa», ou partes do sistema conceitual humano que estão especificamente relacionadas com a linguagem. *Deixarei de lado aqui tais questões e continuarei a usar o termo «faculdade da linguagem» no sentido mais restrito da discussão anterior*”. (CHOMSKY, 1994, p. 64, grifo nosso).

conceitual situa o objeto lingüístico sob a competência, determinando assim, em uma breve aproximação, o que nos interessa aqui, a saber, a especificidade dos conceitos lingüísticos ou a natureza desse conhecimento. A performance, ou seja, o uso da linguagem em condições normais é o “reflexo direto da competência”. Dessa maneira “o problema consiste em determinar, a partir dos dados da performance, o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe em uso na performance efetiva” (CHOMSKY, 1978, p. 84).⁴⁸

O componente fonológico de ATS, por exemplo, determina as formas fonéticas de cada frase gerada pelas regras da sintaxe, isto é, cada estrutura do componente sintático receberá um sinal foneticamente representado que, depois, é assinalado pela representação semântica. Conforme Chomsky, ambos componentes, o fonológico e o semântico, são “meramente interpretativos” em relação aos elementos da base sintática. O amplo problema de Chomsky - problema metodológico de justificação e adequação da pesquisa - está em “saber como se obtém informação sobre a competência do falante-ouvinte, acerca do seu conhecimento da língua” (CHOMSKY, 1978, p. 100)⁴⁹.

O modelo lingüístico, dessa forma, é um modelo da chamada *competência* projetado na performance. A competência lingüística parte do conhecimento interiorizado por um falante/ouvinte de uma língua. Ao falante/ouvinte que detenha ou domine esse conhecimento inconscientemente é permitido compreender e produzir um número infinito de novas sentenças. A gramática gerativa é uma teoria proposta explicitamente para dar conta dessa capacidade. Por essa razão, a psicologia da linguagem não deve situar-se apenas nos dados do comportamento, na dita performance. O estruturalismo de Bloomfield, por exemplo, enfatizava como central o estudo do desempenho ou comportamento verbal. Para Chomsky, não faz sentido construir uma disciplina para estudar a maneira como um sistema é adquirido ou usado, recusando-se a levar em consideração a natureza do próprio sistema.

A fixação do sistema subjacente de regras é parte da realidade mental dos sujeitos, e liga-se diretamente ao comportamento efetivo da performance. No entanto, as disposições possíveis de resposta aos hábitos, estímulos etc., só podem fornecer indiretamente as informações relativas à natureza da realidade mental. A disposição comportamental e suas regularidades “não poderão constituir o objeto efetivo da lingüística” (CHOMSKY, 1978, p.

⁴⁸ No original: “The problem is to determine from the data of performance the underlying system of rules that has been mastered by the speaker-hearer and that he puts to use in actual performance”. (CHOMSKY, 1965, p. 04).

⁴⁹ No original: “the question of how one is to obtain information about the speaker-hearer’s competence, about his knowledge of the language”. (*Ibid.*, p. 18).

84).⁵⁰ A caracterização do objeto lingüístico, como “descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte ideal”, a partir de ATS, determina novos rumos para a filiação histórica da disciplina⁵¹, assim “é necessário rejeitar o seu conceito de *langue* como sendo meramente um inventário sistemático de itens e regressar antes à concepção Humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos gerativos” (CHOMSKY, 1978, p. 84)⁵².

O modelo gramatical de ATS dá relevância à capacidade implícita de compreender um número indefinido de frases. O sistema gerativo, dessa forma, “deve consistir num sistema de regras que, dum modo interativo, pode gerar um número indefinidamente grande de estruturas. Este sistema de regras pode ser analisado nas três principais componentes descritas” (CHOMSKY, 1978, p. 97).⁵³

Não bastaria, dessa forma, a análise gerativa das línguas particulares, já que somente a constatação de propriedades universais pertencentes à gramática universal (GU) reabilita a idéia de regularidades gerais, capazes de conferir totalidade ao objeto em questão. (CHOMSKY, 1978, p. 86). Sem postular a GU, a análise das línguas particulares seria também obtusa e classificatória, caracterizando-se por uma “inadequação descritiva fundamental”. Retomaremos o conceito da GU em um tópico à parte. Chomsky além disso lembra que a elaboração de regras abstratas, capazes de expressar a competência dos ouvintes/falantes, através de gramáticas gerativas, não nos leva a determinar a “natureza ou funcionamento” de um modelo de produção real da fala. A definição lingüística é técnica, ainda não naturalizada, porém revela, através da formalização, algumas alternativas lógicas das quais, graças ao processo de gramaticalidade, podemos nos expressar em razão da sintaxe.⁵⁴

Se o objeto da lingüística não é mais, por assim dizer, apenas a estrutura de superfície (um epifenômeno agora), dessa forma, a observação indutiva dos dados não atende ao problema, pois os dados efetivos pertencentes à performance lingüística apenas

⁵⁰ No original: “but surely cannot constitute the actual subject matter of the linguistics”. (CHOMSKY, 1965, p. 04).

⁵¹ No tópico “Lingüística Cartesiana e naturalização” iremos retomar a raiz dessa filiação histórica da gramática gerativa, por enquanto, basta-nos ressaltar a sua existência.

⁵² No original: “it is necessary to reject his concept of *langue* as merely a systematic inventory of items and to return rather to the Humboldtian conception of underlying competence as a system of generative processes”. (*Ibid.*, p. 04).

⁵³ No original: “a generative Grammar must be a system of rules that can iterate to generate an indefinitely large number of structures. This system of rules can be analyzed into the three major components of a generative grammar”. (*Ibid.*, p. 16).

⁵⁴ Chomsky adverte que as regras de base podem levar até estruturas *gramaticais*, porém com baixa *aceitabilidade*, essas são frases não seriam aceitas normalmente. Tal característica é motivada por razões que têm a ver não com a gramática em si, mas com limitações de memória, fatores estilísticos, entonação etc. A aceitabilidade é um problema global do processo de derivação. (CHOMSKY, 1978, p. 93).

“fornecerão uma grande quantidade de informações para determinar a correção de hipóteses acerca da estrutura lingüística subjacente” (CHOMSKY, 1978, p. 100).⁵⁵ O fenômeno da competência e sua condição de abordagem, que se torna dedutiva, levam-nos à pergunta pelo lugar ocupado por esse conhecimento subjacente, afinal, como justificar a postulação desse âmbito mental?

A trajetória proposta por Chomsky, em resposta a pergunta, é a de levar a hipótese da estrutura subjacente à prova de fogo da própria linguagem (na performance):

é importante ter em conta que, quando se propõe um processo operacional, a sua adequação deve ser posta à prova (exatamente como uma teoria da intuição lingüística – uma gramática – deve ser posta à prova no que diz respeito à sua adequação) comparando-o ao padrão fornecido pelo conhecimento tácito que pretende especificar e descrever. Assim, um teste operacional proposto para, digamos a segmentação em palavras, deve satisfazer a condição empírica de se ajustar, num grande número de casos cruciais e claros. (CHOMSKY, 1978, p. 100).⁵⁶

O critério operacional utilizado em ATS foi o de ajustar diversos casos analisados na linguagem ordinária à intuição subjacente, através da comprovação *in situ* desse conhecimento. Para Chomsky, não há qualquer escassez de dados que possa comprometer a postulação dessas intuições. As gramáticas estruturais já haviam produzido um grande número de dados, o que lhes faltava era justamente a *explicação* coerente de um conjunto tão heterogêneo de informações. Se as prioridades de ATS são, afinal, a informação introspectiva e as intuições lingüísticas, pergunta-se: que papel tem a ciência lingüística com seus métodos de classificação? Chomsky teve necessidade, como se nota, de desviar a rota do que se entendia por “ciência”, em lingüística.

A nova órbita inaugura diversas perspectivas, radicalmente novas para a disciplina. Em primeiro lugar, se quisermos ampliar o teste operacional como explicação científica e realizar não meramente uma classificação rigorosa de dados, temos de ter em vista que

a característica importante das ciências que alcançaram êxito foi a sua procura da compreensão dos fenômenos ou a sua preocupação com a objetividade. As ciências sociais e do comportamento fornecem provas amplas de que se pode alcançar a objetividade com ganhos pouco significativos no que diz respeito à compreensão. Por outro lado, é possível defender vantajosamente o ponto de vista de que, em larga

⁵⁵ No original: “will provide much evidence for determining the correctness of hypotheses about underlying linguistic structure”. (*Id.*, 1965, p. 18).

⁵⁶ No original: “It is important to bear in mind that when an operational procedure is proposed, it must be tested for adequacy (exactly as a theory of linguistic intuition – a grammar – must be tested for adequacy) by measuring it against the standard provided by the tacit knowledge that it attempts to specify and describe. Thus a proposed operational test for, say, segmentation into words, must meet the empirical condition of conforming, in a mass of crucial and clear cases”. (CHOMSKY, 1965, p. 19).

medida, as ciências naturais apenas procuram a objetividade na medida em que esta é um instrumento para alcançar a compreensão dos fenômenos (para fornecer fenômenos que podem sugerir ou pôr à prova hipóteses explicativas mais profundas). (CHOMSKY, 1978, p. 102).⁵⁷

A construção de princípios passíveis de teste é a peça central da constituição dos argumentos internos às gramáticas. A teoria lingüística, em posse desses argumentos, se estabelece como uma hipótese explicativa acerca da *forma da linguagem*. A justificação interna dessa hipótese envolve-se diretamente na construção de uma teoria da aquisição da linguagem, que é “uma explicação das capacidades inatas específicas que tornam esta realização possível” (CHOMSKY, 1978, p. 110)⁵⁸.

A explicação por base dos argumentos internos abarca, naturalmente, um esforço generalizante, capaz de conferir globalidade ao estudo da linguagem.⁵⁹ Para o progresso da lingüística, no entanto, é essencial que as argumentações internas e externas estejam estritamente conectadas. O conjunto de preocupações de Chomsky é amplo e ambicioso, mas ele próprio adverte sobre os riscos de isolar a lingüística somente ao campo descritivo ou explicativo. Uma investigação promissora e idealizada das estruturas subjacentes não poderá se furtar à psicologia mentalista. O estudo da aquisição da linguagem e da natureza desse processo deve ser enfrentado em conjunto:

a psicologia da linguagem, propriamente compreendida, é uma disciplina que inclui o estudo do sistema adquirido (a gramática), dos métodos de aquisição (ligados à gramática universal) e dos modelos de percepção e produção, e que também estuda as bases físicas de tudo isso. *Esse estudo forma um todo coerente*. Os resultados alcançados pelo estudo de uma das partes podem contribuir para a compreensão de outras. (CHOMSKY, 2007a, p. 52). Grifo nosso⁶⁰.

A construção do conceito de estrutura lingüística, que se desenvolve como adequação explicativa, encontra seu suporte teórico na elucidação de universais lingüísticos,

⁵⁷ No original: “the question whether the important feature of the successful sciences has been their search for insight or their concern for objectivity. The social and behavioral sciences provide ample evidence that objectivity can be pursued with little consequent gain in insight and understanding. On the other hand, a good case can be made for the view that the natural sciences have, by and large, sought objectivity primarily insofar as it is a tool for gaining insight (for providing phenomena that can suggest or test deeper explanatory hypotheses)”. (CHOMSKY, 1965, p. 20).

⁵⁸ No original: “an account of the specific innate abilities that make this achievement possible”. (*Ibid.*, p. 27).

⁵⁹ Será por esse ponto, de uma teoria da aquisição da linguagem, que se extrai a noção da natureza humana, núcleo fundamental da relação entre linguagem e política em Chomsky. Veremos esse aspecto com maiores detalhes na segunda parte do presente trabalho.

⁶⁰ No original: “Psychology of language, properly understood, is a discipline which embraces the study of the acquired system (the grammar), of the methods of acquisition (linked to universal Grammar), and models of perception and production, and which also studies the physical bases for all of this. This study forms a coherent whole. Results obtained in the study of one of the parts may contribute to the understanding of the others”. (CHOMSKY, 1977, p. 44).

aos quais se deve, antes de qualquer coisa, atribuir *status* de conhecimento tácito universal da espécie, parte da estratégia de aprendizagem. Se revelamos capacidades, devemos, assim, apontar pré-determinações. De tal modo, “o estudo dos universais lingüísticos é o estudo das propriedades de qualquer gramática gerativa de uma língua natural” (CHOMSKY, 1978, p. 110)⁶¹.

O conteúdo dos universais compõe-se por dois tipos: formais e substantivos. Os universais formais (abstratos) indicam condições existentes em qualquer língua. Os universais substantivos são extraídos de uma classe fixa de itens, por exemplo, os traços fonéticos. Categorias universais fixas tais como verbo, nome, etc., estruturam o componente sintático. A imposição para que os nomes próprios devam designar objetos satisfazendo a condição de contigüidade espaço temporal, por exemplo, é representativa nos universais formais: “a existência de universais formais profundos implica que todas as línguas são construídas obedecendo ao mesmo padrão, mas não implica que exista correspondência ponto por ponto entre línguas particulares” (CHOMSKY, 1978, p. 113)⁶².

Com a presente perspectiva adotada, sobre a gramática e a aquisição desse conhecimento, torna-se necessária a caracterização da natureza do conhecimento, pois “nenhuma disciplina pode ligar-se de maneira produtiva a aquisição ou utilização de uma forma de conhecimento sem estar ligada a *natureza* desse sistema de conhecimento” (CHOMSKY, 2007a, p. 51, grifo do autor).⁶³ Lembremos, contudo, que pouco há para distinguir entre o que se sabe - regras sintáticas, por exemplo - e a natureza física dessas regras. A forma da gramática é uma manifestação do espírito humano e das suas capacidades, é necessário investigar a linguagem sob este signo.

As linhas de ATS esclarecem ainda um ponto nevrálgico da nova pesquisa. Se as conjeturas dedutivas a respeito da entrada e saída de dados na aquisição da linguagem indicam a existência de estruturas subjacentes restritivas e organizadas, do ponto de vista filosófico há uma forte aproximação das concepções racionalistas clássicas, relativas a construção do conhecimento. A especulação racionalista considerou que a forma geral de um sistema de conhecimento está antecipadamente fixada como uma disposição da mente, e que a função da experiência consiste em provocar a realização e uma diferenciação mais completa

⁶¹ No original: “The study of linguistic universals is the study of the properties of any generative grammar for a natural language”. (*Id.*, 1965, p. 28).

⁶² No original: “The existence of deep-seated formal universals, in the sense suggested by such examples as these, implies that all languages are cut to same pattern, but does not imply that there is any point by point correspondence between particular languages”. (CHOMSKY, 1977, p. 30).

⁶³ No original: “No discipline can concern itself in a productive way with the acquisition or utilization of a form of knowledge, without being concerned with the *nature* of that system of knowledge” (CHOMSKY, 1977, p. 43).

desta estrutura esquemática geral (CHOMSKY, 1978, p. 135).⁶⁴

Na taxionomia dos representantes do EA, o pressuposto geral para a aquisição do conhecimento, no indivíduo, estava na aplicação de princípios indutivos dispostos pela experiência. Assim, apenas os mecanismos para tal aquisição são propriedades inatas da mente. A forma da linguagem, como se espera, revela características mais complexas do que o mero mecanismo inato de recepção da experiência lingüística:

a lingüística taxionômica é empirista no seu pressuposto de que a teoria lingüística geral consiste apenas num corpo de processos para determinar a gramática a partir de um *corpus* de dados, sendo a forma da linguagem não especificada a não ser na medida em que este conjunto de processos determine restrições sobre as gramáticas possíveis. Se interpretamos a lingüística taxionômica como propondo uma tese empírica, esta tese deverá consistir em que as gramáticas que resultem da aplicação dos processos postulados sobre uma seleção suficientemente rica de dados serão descritivamente adequadas – por outras palavras, que o conjunto de processos pode ser considerado como constituindo uma hipótese sobre o sistema inato de aquisição da linguagem. (CHOMSKY, 1978, p. 136).⁶⁵

A discussão básica de ATS, em resumo, frisa os limites desse modelo anti-mental para o estudo da linguagem. A gramática gerativa caracteriza-se, por sua vez, pela “natureza essencialmente racionalista” no que tange ao caráter das estruturas e processos mentais em análise. Na próxima seção, retomamos a ascendência racionalista desse projeto e seus pressupostos para a linguagem humana. É válido advertir que encontraremos certa especificidade no cartesianismo de Chomsky, não uma retomada partidária dos “dogmas” metafísicos clássicos.

⁶⁴ No original: “On the other hand, rationalist speculation has assumed that the general form of a system of knowledge is fixed in advance as a disposition of the mind, and the function of experience is to cause this general schematic structure to be realized and more fully differentiated”. (*Id.*, 1965, p. 52).

⁶⁵ No original: “Taxonomic linguistics is empiricist in its assumption that general linguistic theory consists only of a body of procedures for determining the grammar of a language being unspecified except insofar as restrictions on possible grammars are determined by this set of procedures. If we interpret taxonomic linguistics as making an empirical claim, this claim must be that the grammars that result from application of the postulated procedures to a sufficiently rich selection of data will be descriptively adequate – in other words, that the set of procedures can be regarded as constituting a hypothesis about the innate language-acquisition system”. (CHOMSKY, 1965, p. 53).

CAPÍTULO III – LINGÜÍSTICA CARTESIANA E NATURALIZAÇÃO

Se as premissas centrais da gramática gerativa foram elaboradas já nos anos 50, conforme observamos, somente alguns anos depois despontaram com maior clareza as posições filosófico-racionalistas de Chomsky. As referências a esta abordagem começam a aparecer sistematicamente através de obras como *Current Issues in Linguistic Theory* (1962), *Aspects of the Theory of Syntax* (1965) e, principalmente, em *Cartesian Linguistics* (1966). O projeto gerativista, sob esse plano, assume que aspectos lingüísticos subjacentes e gerais - capazes de regular a linguagem humana de forma universal - são propriamente realizações do “espírito humano”.

O conceito de espírito, no entanto, revelava-se perigoso, pois freqüentemente era associado à tese cartesiana da segunda substância⁶⁶. Chomsky recusa o postulado tradicional dualista. O que lhe interessa, afinal, é compreender que somente o treinamento e condicionamento verbal, dados na e pela experiência, não são o bastante para explicar a utilização da linguagem. Para entender o uso normal da linguagem, precisamos atribuir ao falante-ouvinte um complexo sistema de regras que abrangem operações mentais muito abstratas, nesse sentido, “as posições empiricistas não parecem oferecer nenhum modo de descrever ou explicar as mais características e normais construções da inteligência humana, como a competência lingüística” (CHOMSKY, 2009, p. 119).

Chomsky demonstrou - apesar das reservas quase que generalizadas - que a investigação racionalista da linguagem poderia ser mais profícua do que o empirismo behaviorista (adotado pelo EA), em relação à competência e a outros problemas do conhecimento lingüístico. As hipóteses *a priori* ofereciam boas indicações para a solução de problemas relacionados à aquisição da linguagem, especialmente na busca por respostas para o rápido desenvolvimento da linguagem nas crianças que, estimuladas por uma experiência tão fragmentária, revelam em curto tempo um uso rico e criativo de suas línguas maternas. Já nos primeiros anos de vida, uma criança normal produz frases carregadas de intuições extremamente sutis, que não se deixam apreender pela analogia comportamentalista.

Chomsky elege aquilo que considera ser o campo de investigação por excelência da lingüística: o conhecimento da língua. Trata-se de centrar a investigação sob uma área específica, a saber, a mente humana. As línguas são, no dizer de Leibniz, o melhor caminho para que cheguemos a compreender algo de relevante sobre a mente humana: “as línguas são

⁶⁶ “Os filósofos reagiram com frieza à promoção de Chomsky de noções racionalistas aparentemente desacreditadas e ao seu entusiasmo por idéias inatas”. (GARDNER, 2003, p. 231).

o melhor espelho da mente humana”. Tal afirmação circunscreve, de maneira precisa, a concepção central da investigação proposta por Chomsky, ou seja, temos aí o escopo da chamada lingüística gerativa. O ponto de partida é a natureza da mente e seus atos, e as línguas particulares são a expressão de diversos mecanismos que se reportam a princípios gerais, anteriores às línguas particulares enquanto tais.⁶⁷

A busca de princípios gerais para a linguagem, empresa típica das gramáticas universais ou gerais, presente já nos “gramáticos filósofos” do século XVIII, repousa sob a procura de princípios reguladores da razão humana. Por certo, a gramática particular se diferencia, em certa medida, da gramática universal, mas na tradição racionalista a gramática particular não é uma “verdadeira ciência”, afinal, não se baseia unicamente em leis universais e necessárias. Cabe à esfera da gramática universal uma espécie de “arte” ou “técnica”, que procura mostrar “o modo como certas línguas realizam os princípios gerais da razão humana”: daí o sentido do termo espírito.

Para Chomsky, a gramática gerativa impõe uma espécie de ressurgimento daqueles ideais da tradição racionalista da linguagem, então abandonados pelo EA. (CHOMSKY, 1966). A gramática gerativa de uma língua particular (inglês, por exemplo) não é nada mais do que a gramática explícita (no sentido do gerativo) de uma língua ou sistema particular de regras, esse estrato diz respeito à forma e ao significado de expressões dessa língua. Mas se a gramática gerativa também recolhe elementos “problemáticos” nas questões de significado e expressão, sob o ponto de referência da psicologia individual, dessa maneira, é preciso entender alguns aspectos da forma e significado enquanto determinações da “faculdade de linguagem”, um componente particular da mente humana. A teoria da ligação (Cf. pág. 40 e 41) é um típico problema dessa ordem.

Desde a publicação de ATS, Chomsky já citava o esforço do pensamento racionalista na busca pela compreensão dos problemas da linguagem e do conhecimento, porém, rejeitava veementemente as soluções dogmáticas ligadas à crença numa segunda substância. Ao lado das idéias racionalistas, nos anos que se seguiram, o trabalho lingüístico de Chomsky recebeu vários acréscimos teóricos, não se trata, afinal, de efetuar um retorno ao racionalismo no seu sentido original ou puro. Os fenômenos da linguagem abrem espaço para uma lingüística

⁶⁷ O lingüista que busca construir gramáticas particulares é guiado consciente ou inconscientemente por certas suposições quanto à forma da gramática, e essas suposições pertencem à teoria da gramática universal. O sujeito que adquire conhecimento de uma determinada língua adota um certo sistema de regras, através das quais relaciona sons e significados, de uma determinada forma. Por essa razão “a hipótese do lingüista, se apresentada de maneira bastante explícita e precisa, terá certas conseqüências empíricas quanto à forma dos enunciados e de suas interpretações pelo falante nativo. Evidentemente, o conhecimento da língua – o sistema interiorizado de regras – é apenas um dos muitos fatores que determinam como um enunciado será usado ou entendido” (CHOMSKY, 2009, p. 63).

naturalizada, preocupada com a competência, tomando-o como parte de um sistema biológico herdado geneticamente: a faculdade de linguagem: “a natureza dessa faculdade é o tema básico de uma teoria geral acerca da estrutura da linguagem, que tem por objetivo a descoberta do conjunto de princípios e de elementos comuns às línguas humanas possíveis; atualmente essa teoria é muitas vezes chamada gramática universal” (CHOMSKY, 1994, p. 23).

Neste tópico, pretendemos demonstrar a vinculação das idéias gerativas ao chamado “problema de Descartes”⁶⁸, veremos como Chomsky desenvolve a conjectura de um “naturalismo cartesiano” no campo da linguagem. O resgate da concepção de linguagem de René Descartes (1596-1650) é essencial para Chomsky, trata-se de compreender essa “capacidade especificamente humana de expressar e compreender expressões inteiramente novas de pensamento, em quadro de uma língua instituída” (CHOMSKY, 2009, p. 35) Tanto para a lingüística, quanto para a política, começam a se tornar mais claras as idéias sobre a natureza da mente e a forma pela qual a ciência da linguagem pode contribuir para certa visão da natureza humana, capaz de indicar “nosso lugar correto” no mundo. Com a publicação de *Lingüística Cartesiana (LC)*, Chomsky demonstra ter

convicção de que os seres humanos diferem dos animais e das máquinas e de que essa diferença deve ser respeitada tanto na esfera da ciência quanto na esfera do governo; sobre essa convicção repousam e por ela se unificam a política, a lingüística e a filosofia de Chomsky (LYONS, 1995, p. 16).

O retorno à Descartes e aos “problemas clássicos” pareceu à maioria dos lingüistas uma insensatez. Para estes, o pensamento racionalista no campo da linguagem cheirava a mofo. Porém, asseverava Chomsky que havia nas idéias clássicas muitos tópicos a serem explorados, “estas contribuições [racionalistas] são atualmente em grande parte desconhecidas ou consideradas com disfarçável desprezo, [pois] tudo quanto é anterior ao século XIX, não sendo ainda lingüística, é despachado em algumas linhas” (CHOMSKY, 1972, p. 09).⁶⁹

A preocupação de retornar às questões clássicas em pleno século XX não era gratuita, se devia, principalmente, às confluências entre o passado e as modernas descobertas gerativas: “nos últimos anos, houve um visível despertar do interesse por questões que, na verdade, eram

⁶⁸ “Os cartesianos tentavam demonstrar que, quando a teoria do corpo físico é refinada, esclarecida e ampliada até seus últimos limites, continua sendo incapaz de dar conta de fatos que são óbvios à introspecção e também confirmado por nossa observação das ações de outros seres humanos” (CHOMSKY, 2009, p. 34).

⁶⁹ No original: “The few modern studies of the history of linguistics have typically taken the position that ‘toute ce qui est antérieur au XIX siècle, n’étant pas encore de la linguistique, peut être expédié en quelques lignes’”. (CHOMSKY, 1966, p. 01).

estudadas de modo sério e fecundo durante os séculos XVII, XVIII e no começo do século XIX, embora raramente desde então” (CHOMSKY, 1972, p. 09)⁷⁰. Chomsky se refere, com frequência, a uma “Revolução Cognitiva”, iniciada com os clássicos e refundada nas preocupações da GG.

Nesse quadro o confronto entre Chomsky e os lingüistas anti-mentalistas se polarizou em torno de duas concepções de “natureza humana”⁷¹. Tal oposição também se vincula a questões de ordem política. Chomsky nos diz que não é exagerada a idéia de uma barreira moral própria ao cartesianismo, além do mais “a estrutura empiricista não oferece uma caracterização análoga à essência humana. Uma pessoa é uma coleção de propriedades acidentais e a cor é uma delas. É assim, de certa forma, mais fácil formular crenças racistas nessa estrutura, apesar de não ser isso inevitável” (CHOMSKY, 2007a, p. 98).⁷² É importante salientar que a referida polarização de concepções sobre a natureza humana estava circunscrita a certas versões da lingüística americana. Para Chomsky, nem o empirismo clássico de David Hume admitiria a rigidez de certas concepções da natureza humana, presentes em alguns ramos da psicologia behaviorista dos anos 50.

Conforme Chomsky ressalta em *Psicologia e Ideologia* (artigo que integra o livro *Razões de Estado*), que a crítica ao behaviorismo de Skinner, por exemplo, deveria centrar-se nas especulações sobre o comportamento humano. O exame em questão precisa ser separado da investigação experimental do condicionamento instrumental ou operante. O interesse da avaliação estava no sucesso da “ciência” behaviorista do comportamento nos meios acadêmicos. Segundo Skinner, o comportamento é moldado e mantido por suas conseqüências. A análise comportamental substitui o recurso tradicional a estados mentais, “sentimentos e outros aspectos do homem autônomo”. A análise científica está habilitada a atribuir a origem do comportamento a condições externas identificáveis. Em conseqüência, um sistema de controle comportamental pode vir a ser aperfeiçoado através da construção de uma “tecnologia comportamental” correspondente.

Chomsky reage ceticamente a tais idéias, dizendo que “a onisciência laplaciana pode

⁷⁰ No original: “In recent years there has been a noticeable reawakening of interest in question that were, in fact, studied in a serious and fruitful way during the seventeenth, eighteenth, and early nineteenth century though rarely since”. (*Ibid.*, p. 01).

⁷¹ Em *Language and Politics* Chomsky, se refere a “two views of human nature” (duas visões da natureza humana), fazendo alusão à polarização epistemológica. O uso normal da linguagem humana revela a impossibilidade de entendê-la apenas pela noção de hábito, devem-se postular estruturas abstratas, responsáveis por uma limitação intrínseca nas operações de construção de frases. (CHOMSKY, 2004, p. 77).

⁷² No original: “On the other hand, the empiricist framework does not offer an analogous characterization of the human essence. A person is a collection of accidental properties, and color is one of them. It is thus somewhat easier to formulate racist beliefs in this framework, although it is not inevitable”. (*Id.*, 1977, p. 93).

prever muito pouco sobre o que um organismo fará, [...] no momento não temos praticamente prova científica alguma e sequer o germe de uma hipótese interessante sobre como é determinado o comportamento humano” (CHOMSKY, 2008b, p. 383). A barreira moral proposta pelo cartesianismo transpõe a lingüística teórica pura, demonstrando a existência de repercussões de ordem política⁷³. Todavia, a referência a uma “lingüística cartesiana” deve, conforme dissemos, ser tomada pela precisão conceitual que lhe é própria.

O vasto conjunto das idéias que ressurgiam das proposições e preocupações que ocuparam estudiosos dos séculos XVII, XVIII e XIX recebeu o nome de “Lingüística Cartesiana”. Encontramos o sentido dessas análises lingüísticas na retomada de reflexões ainda não completamente avaliadas pela contemporaneidade. Por isso, o termo cunhado por Chomsky não indica necessariamente um acordo tácito entre uma escola cartesiana, de um lado, e seus representantes fiéis, de outro. Também não há, necessariamente, entre aqueles autores que Chomsky enquadra na Lingüística Cartesiana, um reconhecimento mútuo desse pertencimento:

com a expressão ‘lingüística cartesiana’, desejo caracterizar uma constelação de idéias e interesses que aparece na tradição da ‘gramática universal’ ou “filosófica”, desenvolvida a partir da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660), na lingüística geral que surgiu durante o período romântico e na época imediatamente posterior, e na filosofia racionalista do espírito que em parte forma o fundo comum das duas (CHOMSKY, 1972, p. 91).⁷⁴

Não obstante, a referência às estruturas cognitivas subjacentes não trata da defesa de uma “verdade necessária” da segunda substância. A interpretação de Chomsky, dessa tradição, não nos leva a filiá-lo estritamente ao pensamento de Descartes. No que se refere à cognição humana e suas realizações, trata-se de questões sobre a demanda de descoberta empírica, ou seja, dependentes da elucidação de mecanismos fisiológicos (em última instância). Dado esse fato, surge-nos a questão: enfim, qual é o significado do conteúdo racionalista a ser explorado pela lingüística gerativa? Que renovado vigor possuiria frente aos estudos dominantes? Chomsky acentua em LC que o princípio acolhido dessas idéias

⁷³ O aspecto criativo do uso da linguagem, ressaltado por Descartes, “constitui um elemento crucial da elaboração da filosofia política e social antiautoritária do iluminismo”. (CHOMSKY, 2009, p. 174).

⁷⁴ No original: “With the construct ‘Cartesian Linguistics’, I want to characterize a constellation of ideas and interests that appear in the tradition of ‘universal’ or ‘philosophical grammar’, which develops from the Port-Royal *Grammaire générale et raisonnée* (1660); in the general linguistics that developed during the romantic period and its immediate aftermath; and in the rationalist philosophy of mind that in part forms a common background for the two”. (*Id.*, 1966, p. 75).

consiste em admitir que, em seu uso normal, a linguagem humana é livre do controle de estímulos e não serve a uma função meramente comunicativa, mas é antes um instrumento para a livre expressão do pensamento e para a resposta apropriada às novas situações. Estas observações, referentes ao que temos chamado o aspecto criador do uso da linguagem, foram elaboradas de várias maneiras no século XVIII e no começo do século XIX... (CHOMSKY, 1972, p. 23).⁷⁵

O que nos interessa em Descartes é a noção da linguagem como um instrumento de livre expressão do pensamento, cujas características ilimitadas em extensão, na produção da fala, revelam a liberdade dessa em relação ao controle dos estímulos externos. Os animais são suscetíveis aos estímulos mais variados, com a linguagem humana, no entanto, em muitos aspectos, apresentam-se relações criadoras não totalmente suscetíveis às determinações de estímulos observáveis. Ou seja, há um elemento básico que falta aos animais, a saber, a capacidade gerativa que se revela no uso normal da linguagem.

Para Huarte⁷⁶, por exemplo, a inteligência humana normal é capaz de “gerar” dentro de si, por seu próprio poder, os princípios em que se baseia o conhecimento. Fazendo o uso dos dados dos sentidos, a inteligência humana envolve um sistema que gera novos pensamentos e descobre novas e adequadas formas de expressá-los. A utilização criativa da linguagem se processa de maneira tal que “transcende completamente qualquer treinamento ou experiência”. A inteligência humana é caracterizada, assim, por um poder gerador, o próprio entendimento é uma *faculdade gerativa*. Huarte postulou três tipos de inteligência: a dócil, típica dos animais; a inteligência humana criativa normal, de que falamos; um terceiro gênero, o da criação artística, um modo de exercício da inteligência normal, mas que a ultrapassa. Nesse aspecto,

o quadro conceitual de Huarte é útil para se discutir a ‘teoria psicológica’ na época seguinte. É típica do pensamento posterior sua referência ao uso da linguagem como um indício da inteligência humana, do que distingue o homem dos animais e, especificamente, sua ênfase na capacidade criativa da inteligência normal. Esses interesses dominaram a psicologia e a lingüística racionalistas. Com o surgimento do romantismo, a atenção passou para o terceiro tipo de engenho, a verdadeira criatividade, embora a suposição racionalista de que a inteligência humana normal seja exclusivamente livre e criativa e fique além dos vínculos da explicação mecânica não fosse abandonada e desempenhasse um papel importante, na psicologia do romantismo e até em sua filosofia social. (CHOMSKY, 2009, p. 40).

⁷⁵ No original: “is that in its normal use, human language is free from stimulus control and does not serve a merely communicative function, but is rather an instrument for the free expression of thought and for appropriate response to new situations. These observations concerning what we have been calling the creative aspect of language use are elaborated in several ways in the eighteenth and early nineteenth centuries”. (CHOMSKY, 1966, p. 13).

⁷⁶ Juan Huarte foi um médico espanhol que publicou um estudo sobre a natureza da inteligência humana no fim do século XVI. Huarte é constantemente citado por Chomsky como um cartesiano. O conceito de inteligência proposto por Huarte, *ingenio*, revela a raiz latina de várias palavras com o significado de “engendrar” ou “gerar”.

A noção de criatividade empregada por Chomsky não indica, porém, aquelas criações de verdadeiro valor estético, a chamada “verdadeira criatividade”, como encontramos nas obras de um poeta ou romancista de estilo excepcional. O conceito de criatividade a que se refere é ordinário, como no bom senso cartesiano. Refere-se ao uso criativo normal da linguagem de forma rotineira: “A razão humana, de fato, é um instrumento universal que pode servir para todas as contingências, enquanto os órgãos de um animal ou de uma máquina necessitam de alguma disposição particular para cada ação particular” (CHOMSKY, 1972, p. 15).⁷⁷

Os elementos principais que envolvem o “aspecto criativo do uso da linguagem” podem ser constatados nas orações utilizadas no dia-a-dia, que apresentam diversas propriedades alheias aos estímulos externos identificáveis. Em muitos casos, para se produzir determinada oração, não há necessidade de um estímulo específico. Além disso, o conjunto das orações que pode ser produzida por um falante normal é ilimitado. O conteúdo dessas sentenças é, ao mesmo tempo, coerente e apropriado às mais diferentes situações de fala. Tal condição parece apoiar o aspecto do uso livre da linguagem, mostrando que essa não está completamente submetida às deformações de interesses externos aos indivíduos.

Nesse ponto, antes de prosseguirmos, é importante que nos perguntemos: haveria, afinal, uma determinação do comportamento em termos gerativos? A formalização das gramáticas, de suas potencialidades, não nos leva a resolução dos problemas clássicos da linguagem e da criatividade, tais como no problema de Descartes? Segundo Chomsky, com o advento da gramática gerativa, os problemas clássicos foram meramente reformulados sob uma nova luz. As novas perspectivas formais nos deram a oportunidade de entender *certos* aspectos da mente, no que diz respeito à percepção, assim como da base inata do conhecimento, porém, “sob muitos aspectos, não fizemos a primeira abordagem para uma resposta real dos problemas clássicos” (CHOMSKY, 2009, p. 170). O aspecto criador do uso da linguagem, por exemplo, “permanece tão inacessível quanto sempre foi”.

Mas afinal, que alcance apresentam os estudos gerativos em relação aos problemas clássicos? Os modernos estudos da linguagem ajudaram a elucidar alguns dos princípios formais que possibilitam o aspecto criativo do uso da linguagem, por exemplo, aspectos da forma fonética, do conteúdo semântico dos enunciados, etc. (como vimos no primeiro tópico). O entendimento desses mecanismos, embora seja fragmentário, ao ver de Chomsky, parece

⁷⁷ No original: “Human reason, in fact, ‘is a universal instrument which can serve for all contingencies’, whereas the organs of an animal or machine ‘have need of some special adaptation for any particular action’”. (CHOMSKY, 1966, p. 05).

“ter implicações reais para o estudo da psicologia humana, [...] podemos ser capazes de explicar com alguma minúcia os cálculos elaborados e abstratos que determinam, em parte, a natureza dos perceptos e o caráter do conhecimento que podemos adquirir” (CHOMSKY, 2009, p.170).

É importante chamar a atenção do leitor para o fato de Chomsky não ter imposto uma nova concepção de regras limitadoras do comportamento. Pelo contrário, alguns problemas da linguagem se tornaram acessíveis e explicam o *caráter* de algumas nossas intuições, mas a investigação das propriedades formais, isto é, a busca pelos processos de um sistema recursivo de regras, assim como das leis da geração das gramáticas, apesar de elucidar muitos processos, demonstra que “o escopo e a maneira específica em que são aplicadas permanecem totalmente não especificadas” (CHOMSKY, 2009, p.130). A teoria da aprendizagem, ao se deparar com modelos de competência, deve, em primeiro lugar, proceder pela busca não dos fatores ou condições que controlam o comportamento. Antes disso, torna-se imprescindível a investigação das características significativas dos repertórios de comportamento, dos “princípios sobre os quais são organizados”, o que é diferente de prever todo o comportamento possível:

com base nestas hipóteses podem-se explicar muitas coisas sobre os modos como as expressões lingüísticas são usadas e compreendidas, embora não possamos prever o que as pessoas vão dizer. O nosso comportamento não é «causado» pelo nosso conhecimento, nem pelas regras e princípios que o constituem. Com efeito, não sabemos como é que o nosso comportamento é causado, nem se é apropriado pensar nele como sendo causado, mas isso é uma outra questão” (CHOMSKY, 1994, p. 253).

Chomsky tem dito que o comportamento não está simplesmente reduzido às regras. Do ponto de vista clássico da lingüística cartesiana, o uso destas regras no discurso é livre e indeterminado (dado o princípio criador do uso da linguagem). Em termos modernos, diz-se que o sistema envolvido na língua é *cognitivamente penetrável*. Ou seja, nossos objetivos, crenças, expectativas, etc., intervêm decisivamente na forma como são utilizadas as regras, mas sua produção não é rígida. Para Chomsky, nesse caso, princípios de inferência racional e outros similares podem, ao mesmo tempo, desempenhar um papel livre em nossas decisões: “isto é verdade no que se refere não só àquilo que decidimos dizer, mas também ao modo como decidimos dizê-lo, e fatores semelhantes intervêm em algum nível na determinação do modo como compreendemos aquilo que ouvimos” (CHOMSKY, 1994, p. 254).

Há de se ressaltar que certos aspectos da linguagem surgem dentro da problemática filosófica geral da relação mente/corpo. A teoria física de Descartes demonstrava que quase tudo que tem lugar no universo de nossa experiência poderia ser explicado segundo as leis da mecânica. Descartes fazia alusão aos corpos que atuam diretamente por meio de contatos recíprocos. Na mecânica do contato não havia ação à distância, toda ação mútua deriva da natureza do impacto. Nestes termos, tratou de explicar do movimento dos corpos celestes à conduta dos animais. Mas a simples introspecção revela nos homens propriedades distintas daquelas que encontramos nas leis da mecânica. Caso queiramos assinalar a existência de outras mentes, certo “programa experimental” é necessário para que possamos realizar a tarefa de determinar se um organismo possui características humanas. Através da presença da linguagem, temos o exemplo mais notável da existência de uma substância pensante, distinta das determinações mecânicas que acometem outros seres. Em carta a Henry More, em 1646, Descartes dizia, em uma das suas raras passagens sobre a linguagem, que

nunca, porém foi observado que algum animal tenha chegado a um grau de perfeição que o torne capaz de fazer uso de uma verdadeira linguagem; isto é, seja capaz de indicar-nos pela voz ou por outros sinais, algo que possa ser unicamente relacionado com o pensamento e não apenas com um movimento da mera natureza; pois *a palavra é o único sinal e a única marca certa da presença do pensamento*, oculto e envolvido pelo corpo; ora, todos os homens, mesmo os mais estúpidos e loucos, ainda aqueles que são destituídos dos órgãos da fala, empregam sinais, enquanto os animais jamais fazem coisa semelhante; o que pode ser considerado a verdadeira distinção entre o homem e os animais. (DESCARTES 1936, *apud*, CHOMSKY, 1972, p. 16, grifo nosso.)⁷⁸

Mesmo que façamos uma descrição precisa da conduta humana, ainda assim não teríamos condições de determinar seus traços fundamentais, nem suas fontes imediatas de ação. Dessa maneira, para explicar os fatos da inteligência é necessário algum princípio extra-mecânico. Esse princípio, para Descartes, pertencente à mente, está totalmente separado do corpo e das leis que o regulam (*res extesa et cogitans*). Porém, as explicações metafísicas dos cartesianos para as faculdades humanas e suas realizações, e o que daí decorre, não são o núcleo do interesse de Chomsky. O que se pretende revelar no cartesianismo são as observações relacionadas ao aspecto criador do uso da linguagem. Interessa saber que a argumentação sobre o homem ser uma máquina complexa não nos dá razões suficientes para

⁷⁸ No original: “it has never yet been observed that any animal has arrived at such a degree of perfection as to make use of a true language; that is to say, as to be able to indicate to us by voice, or by other signs, anything which could be referred to thought alone, rather than to a movement of mere nature; for the word is the sole sign and the only certain mark of the presence of thought hidden and most foolish, those even who are deprived of the organs of speech, make use of signs, whereas the brutes never do anything of the kind; which may be taken for true distinction between man and brute”. (DESCARTES, 1936, *apud*, CHOMSKY, 1966, p. 06).

explicar indutivamente as faculdades em questão. Tentativas sérias de demonstração do controle externo total não foram realizadas com o sucesso pretendido.

Através da compreensão exposta pela tradição cartesiana é improvável que encontremos uma linguagem primitiva nos animais, semelhante à humana, como pretendia Wittgenstein, que considerava os jogos de linguagem humanos, em analogia, muito próximos da linguagem dos castores: “Em resumo, a ‘linguagem’ animal permanece completamente dentro dos limites da explicação mecânica, tal como foi compreendido por Descartes e Cordemoy” (CHOMSKY, 1972, p. 22)⁷⁹. Por essa razão, Chomsky adverte que o aspecto criador do uso da linguagem dificilmente poderia ser contestado, tornando-se assim um legítimo “problema do conhecimento” que deve ser levado em consideração. Temos:

o problema proposto pelo aspecto criador do uso da linguagem, pelo fato de que a linguagem humana, sendo livre do controle por estímulos identificáveis externos ou estados fisiológicos internos, pode servir como instrumento geral de pensamento e auto-expressão, em vez de ser meramente dispositivo para a comunicação de uma informação, uma exigência ou uma ordem. (CHOMSKY, 1972, p. 22).⁸⁰

O estudo da linguagem, dessa forma, deve investir na abordagem desses problemas de conhecimento, através de teorias explicativas, ao invés de abandoná-los ao “erro categorial”⁸¹. Podemos até mesmo ignorar estes problemas, porém, não foi apresentado nenhum argumento coerente que leve a crer que “são irreais ou se achem além das possibilidades de investigação” (CHOMSKY, 1972, p. 23). A lingüística da escola de Bloomfield, por exemplo, não pôde lidar com as observações mais elementares do clássico problema de Descartes. Chomsky se insurge precisamente contra o que chama de “anti-psicologismo militante”:

Bloomfield, por exemplo, observa que numa língua natural «as possibilidades de combinação são praticamente infinitas», de modo que não há esperança de explicar o uso da linguagem com base na repetição ou na elaboração de listas, mas não tem nada mais a dizer sobre o problema, além da nota de que o falante expressa

⁷⁹ No original: “In short, animal ‘language’ remains completely within the bounds of mechanical explanation as this was conceived by Descartes and Cordemoy”. (CHOMSKY, 1966, p. 11).

⁸⁰ No original: “the problem posed by the creative aspect of language use, by the fact that human language, being free from control by identifiable external stimuli or internal physiological states, can serve as a general instrument of thought and self-expression rather than merely as a communicative device of report, request, or command”. (*Ibid.*, p. 12).

⁸¹ Chomsky rejeita a idéia de que o dualismo cartesiano seja inválido, como faz Gilbert Ryle. Os aspectos subjacentes podem ser formalizados e uma série de questões referentes às intuições pode ser resgatada por teorias explicativas. O mentalismo, nesse caso, seria um aliado da pesquisa, não um dogma como afirma Ryle. (RYLE, 2005.)

verbalmente novas formas «por analogia com formas semelhantes que ouviu» (CHOMSKY, 1972, p. 23).⁸²

O rígido pressuposto metodológico empiricista⁸³, quando confrontado com os problemas de conhecimento, não consegue resolver questões tais como aquelas relativas ao aspecto criador do uso da linguagem. Os princípios de analogia ou condicionamento, apenas, não geram condições suficientes para a explicação das intuições lingüísticas mais elementares. Para Bloomfield, como vimos, a aquisição da linguagem era uma questão de treinamento e hábito. Para Chomsky:

Atribuir o aspecto criador do uso da linguagem à «analogia» ou a «padrões gramaticais» é usar esses termos de maneira completamente metafórica, sem sentido claro e sem relação com o uso técnico da teoria lingüística. Não é menos vazio do que a descrição do comportamento inteligente, feita por Ryle, como exercício de «poderes» e «disposições» de tipo misterioso, ou a tentativa de explicar o uso criador normal da linguagem em termos de «generalização», «hábito» ou «condicionamento» (CHOMSKY, 1972, p. 23).⁸⁴

O problema de Descartes relaciona-se, assim, àquela proposição sobre o conhecimento humano e suas habilidades. Segundo Chomsky há no dualismo cartesiano uma abordagem sintomática. Pode-se extrair de Descartes um procedimento científico coerente para a abordagem de certas questões relacionadas ao mental. Caso se excluam as implicações metafísicas para os temas relacionados à criatividade (projeção da alma, por exemplo), ainda teremos a persistência de um “problema de conhecimento”. Obviamente, não interessa a Chomsky a metafísica cartesiana e seus dogmas fundamentais, afinal de contas, para encontrar o problema que Descartes identifica:

não é necessário que aceitemos a metafísica cartesiana, que requer postular uma ‘segunda substância’, uma ‘substância pensante’ (*res cogitans*), indiferenciada, sem componentes ou sub partes que atuam entre si, a sede do consciente que explica a «unidade da consciência» e a imortalidade da alma. Tudo isso é totalmente

⁸² No original: “Bloomfield, for example, observes that in a natural language ‘the possibilities of combination are practically infinite’, so that there is no hope of accounting for language use on the basis of repetition or listing, but he has nothing further to say about the problem beyond the remark that the speaker utters new forms ‘on the analogy of similar forms which he has heard’”. (CHOMSKY, 1966, p. 12).

⁸³ Gostaríamos de citar a ressalva de Chomsky sobre essas e em outras referências críticas ao empirismo de Bloomfield e a base psicológica do EA em geral: “Na verdade, o que se chamam de ‘cientistas comportamentais’, ou até de ‘behavioristas’, variam muito quanto aos constructos teóricos que se dispõem a aceitar”. (*Id.*, 2008, p.386).

⁸⁴ No original: “To attribute the creative aspect of language use to ‘analogy’ or ‘grammatical patterns’ is to use these terms in a completely metaphorical way, with no clear sense and with no relation to the technical usage of linguistic theory. It is no less empty than Ryle’s description of intelligent behavior as an exercise of ‘powers’ and ‘dispositions’ of some mysterious sort, or the attempt to account for the normal, creative use of language in terms of ‘generalization’ or ‘habit’ or ‘conditioning’”. (*Ibid.*, p. 13).

insatisfatório e não proporciona uma resposta válida a nenhum dos problemas suscitados. Os problemas mesmos, sem embargo, são bastante sérios e, como manteve Descartes, seria absurdo negar os fatos que nos resultam claros simplesmente porque não podemos dar jeito de resolvê-los. (CHOMSKY, 1988, p. 142, tradução nossa).⁸⁵

Depois que a física Newtoniana refutou a mecânica dos contatos, aplicada por Descartes, o conceito cartesiano de corpo foi abandonado: “no marco newtoniano há uma ‘força’ que se exerce de um corpo sobre o outro, sem contato entre eles, uma espécie de ação à distância” (CHOMSKY, 1988, p. 143, tradução nossa)⁸⁶. Porém, se a idéia de uma segunda substância pôde ser rapidamente abandonada, o mesmo não pode ser dito em relação à “teoria da mente” e dos “problemas do conhecimento” existentes no cartesianismo.

A explicação de Newton para a gravitação dos corpos refutou a física cartesiana, mas, no entanto, mesmo Newton considerava sua resposta insatisfatória, pois qualificou a nova forma de explicação de “oculta” e “sugeriu que sua teoria somente dava uma descrição matemática dos acontecimentos do mundo físico, não uma verdadeira explicação ‘filosófica’ (na mais moderna terminologia, ‘científica’) desses acontecimentos” (CHOMSKY, 1988, p. 143, tradução nossa)⁸⁷.

Com o embate entre esses paradigmas, e depois, com a derrocada do conceito cartesiano de corpo, qual conceito de corpo emerge, afinal? A resposta de Chomsky é de que não existe um conceito de corpo claro ou definido desde então. A situação é, de fato, intrincada, pois, de um lado estão os problemas do conhecimento e, de outro, a indefinição sobre o conceito de corpo. Qual procedimento o estudioso da linguagem deveria adotar diante dessas questões? O que significa estudar uma categoria mental?

As propriedades mentais, segundo a convicção de Chomsky são, antes de tudo, propriedades do mundo físico e, mesmo que não possamos alcançá-las, “tiramos a conclusão de que estas são propriedades do mundo físico, do mundo do corpo” (CHOMSKY, 1988, p. 144, tradução nossa)⁸⁸. Mesmo que não haja um conceito definido de corpo, há ainda um mundo material, cujas propriedades têm que ser descobertas, sem nenhuma demarcação *a*

⁸⁵ No original: “We need not accept the Cartesian metaphysics, which required postulation of a ‘second substance’, a ‘thinking substance’ (*res cogitans*), undifferentiated, without components or interacting subparts, the seat of consciousness that accounts for the ‘unity of consciousnesses and the immortality of the soul. All of this entirely unsatisfying and provides no real answer to any of the problems raised. The problems themselves, however, are quite serious ones, and much as Descartes held, it would be absurd to deny the facts that are apparent to us merely because we can conceive of no way of solving them”. (CHOMSKY, 1988, p. 142).

⁸⁶ No original: “In the Newtonian framework there is a ‘force’ that one body exerts on another, without contact between them, a kind of ‘action at a distance’”. (*Ibid.*, p. 143).

⁸⁷ No original: “suggested that his theory gave only a mathematical description of events in the physical world, not a true ‘philosophical’ (in more terminology ‘scientific’) explanation of these events”.

⁸⁸ No original: “we conclude that these are properties of the physical world, the world of body”.

priori do que vai se contar como corpo. Dada a situação ímpar da investigação dessas propriedades e, na ausência de uma teoria definida de ‘corpo’, Chomsky propõe, para o âmbito mental, teorias explicativas, como hipóteses provisórias para os fenômenos. Assim, as

conclusões são provisórias, como convém a hipóteses empíricas, porém não são criticáveis porque transcendem qualquer conceito *a priori* de corpo. Não há um conceito definido de corpo. Trata-se mais de que o mundo material é o que descobriremos que é, com quaisquer propriedades que tenhamos que atribuir-lhe para chegar a uma teoria explicativa. (CHOMSKY, 1988, p. 144, tradução nossa).⁸⁹

A postura de Chomsky diante a investigação da linguagem resulta na proposição de que devemos construir teorias explicativas, dada a situação transitória do conceito de corpo. Adverte o lingüista - citando a história da ciência moderna - que esse é um procedimento científico ‘normal’. A investigação de uma “hipótese empírica” pode levar até a redução do modelo explicativo à explicação física. Cabe à lingüística, uma ciência ainda não unificada,

descobrir os mecanismos do cérebro que mostram estas propriedades e explicá-las em termos das ciências físicas – deixando em aberto a possibilidade de modificar os conceitos das ciências físicas – exatamente como teve de se mudar os conceitos cartesianos da mecânica do contato com o fim de explicar o movimento dos corpos celestes, tal como se passou repetidamente na evolução das ciências naturais desde os tempos de Newton. (CHOMSKY, 1988, p. 145, tradução nossa)⁹⁰.

O que se estuda, acentua Chomsky, são propriedades do mundo da matéria, ainda não reduzidas, deve existir, assim, um nível de abstração próprio de uma teoria explicativa para aspectos mentais não reduzidos. Essas teorias nos permitem penetrar na natureza dos fenômenos em análise ao invés de abandoná-los à irresolução. O horizonte de unificação de disciplinas, como a lingüística e a biologia, dessa maneira, não parece algo estranho para Chomsky, pois, em última instância, o que se espera é que as teorias explicativas (hipóteses empíricas) tenham fundamento físico:

em última instância esperamos que este estudo se incorporasse a corrente principal das ciências naturais, de forma parecida ao estudo dos genes, das valências e das

⁸⁹ No original: “The conclusions are tentative, as befits empirical hypotheses, but are not subject to criticism because they transcend some *a priori* conception of body. There is no longer any definite conception of body. Rather, the material world is whatever we discover it to be, with whatever properties it must be assumed to have for the purposes of explanatory theory”.

⁹⁰ No original: “to discover the mechanisms of the brain that exhibit these properties and to account for them in the terms of the physical sciences – keeping open the possibility that the concepts of the physical sciences might have to be modified, just as the concepts of Cartesian contact mechanics had to be modified to account for the motion of the heavenly bodies, and as has happened repeatedly in the evolution of the natural sciences since Newton’s day”.

propriedades dos elementos químicos chegando a assimilar-se às ciências mais fundamentais. (CHOMSKY, 1988, p. 145, tradução nossa).⁹¹

Segundo Carlos-Peregrín Otero, a metodologia de Chomsky gera, conforme se observa, uma categoria de elementos “psicofísicos”, isto é, elementos da física do cérebro, regidos por aspectos abstratos ainda não reduzidos. Por essa razão, o conceito de “psíquico” em Chomsky é de ordem peculiar, assim também o é para a própria natureza do conhecimento lingüístico. O psíquico convive com o físico na espera de uma redução futura:

resultaria equívoco chamá-la de ‘psicologia’ já que este termo só pode ser usado para denotar algo que não tem apenas nada em comum com o que consideramos por «psíquico» (ou algo que, no melhor dos casos, supriria algumas notas ao pé de página numa ciência intelectualmente comparável a física iniciada por Galileu). Se restringirmos o termo ‘física’ a física da matéria vivente e não vivente, regida por um princípio mecânico, a «ciência nova» poderia ser denominada «metafísica» (no sentido etimológico. Claro que, idealmente, a «física» do futuro teria que acabar incluindo também em seu todo o abarcado por esta «metafísica» ou «psíquica», porém no momento isso é sonhar acordado e, em todo caso, cabe sempre seguir distinguindo uma parte dessa «física» futura, a «psicofísica», do resto das ciências naturais (biológicas ou não biológicas). (OTERO, 1984, p. 220, tradução nossa)⁹².

Após a série de descobertas da biologia molecular, nos anos 50, simultaneamente às descobertas da gramática transformacional, o termo “físico” foi estendido a ponto de incluir a matéria vivente. Desde então a diferença entre a matéria inerte e a matéria vivente não é entendida como uma diferença de natureza, mas sim de complexidade. A emergência de aspectos inatos, próprios da linguagem, pode resultar conseqüentemente de leis físicas. Ao tratarmos da faculdade de linguagem voltaremos ao assunto do princípio da redução.

As leis envolvendo a linguagem resultam de um provável estado da evolução humana, que por alguma mutação nos dotou da capacidade de manusear sistemas de infinidade discreta por meio de sistemas de regras computacionais recursivas, de modo a gerar uma infinidade de expressões, com propriedades estruturais determinadas. O que nos permite, deste jeito, falar de um sistema conceitual primitivo, capaz de expressar o pensamento e

⁹¹ No original: “Ultimately, we hope to assimilate this study to the mainstream of the natural sciences, much as the study of genes or of valence and the properties of the chemical elements was assimilated to more fundamental sciences”.

⁹² No original: “Resultaría equívoco llamarle «psicología» ya que este término suele ser usado para denotar algo que no tiene apenas nada en común con lo que tenemos que entender por «psíquica» (o algo que, en el mejor de los casos, supliría algunas notas a pie de página en una ciencia intelectualmente comparable a la física iniciada por Galileo). Si restringimos el término «física» a la física de la materia viviente o no viviente regida por un principio mecánico, la «ciencia nueva» podría ser denominada «meta-física» (en sentido etimológico. Claro que, idealmente, la «física» del futuro tendría que acabar incluyendo también en su seno todo lo abarcado por esta «meta-física» o «psíquica», pero de momento eso es soñar despierto, y en todo caso cabe siempre seguir distinguendo una parte de esa «física» futura, la «psicofísica», del resto de las ciencias naturales (biológicas o no biológicas)”.

estabelecer a comunicação simbólica. Nesse sentido

a linguagem articulada não apenas tem permitido a evolução da cultura, como também tem contribuído de modo decisivo para a evolução física do homem. E não há paradoxo em supor que a capacidade lingüística que se revela no curso do desenvolvimento epigenético do cérebro é agora uma parte da natureza humana. (CHOMSKY, 2008a, p. 24).

Esse ponto de vista demonstra que a capacidade de simbolização é tão crucial quanto o papel da comunicação. A criação mental de mundos possíveis reside na possibilidade de combinação e articulação infinita de símbolos. No empreendimento gramatical de Chomsky esses princípios se projetam através do sistema *a priori* de princípios da mente/cérebro. Conseguimos, ao mesmo tempo, uma articulação crítica na medida em que “qualquer teoria de conceitos formados ou da base para a aquisição de um sistema de conceitos será inegavelmente sub determinada pela evidência” (CHOMSKY, 2008a, p. 31). Portanto, “não se trata de uma tarefa trivial”.

A proposição chomskiana de universais inatos, que impõe restrições à organização da inteligência humana, torna-se decisiva para a teoria do conhecimento e, nomeadamente, para a aquisição da linguagem. As propriedades alcançadas por esse estudo constituem atributos do sujeito e são, agora, respaldadas não pela metafísica tradicional, mas sim pela expectativa de constatação biológica: “até onde entendo, a idéia de que possa haver princípios inatos da mente que, por um lado, tornam possíveis a aquisição de conhecimento e de crenças e, por outro, determinam e limitam seu alcance, nada sugere que possa surpreender um biólogo” (CHOMSKY, 2008a, p. 24). Essa é aparentemente a maneira mais segura que Chomsky encontrou para lidar com a teoria da mente sugestionada por Descartes, sem cair, assim, em armadilhas metafísicas.

O programa de investigação de Chomsky retoma certa heurística científica clássica, como no exemplo da investigação Newtoniana. Newton elaborou, de início, um modelo para o sistema planetário que possuía um único planeta gravitando ao redor do sol. Tanto o sol quanto o planeta do modelo inicial foram considerados “pontos”. A partir desse modelo, conseguiu obter a lei do inverso do quadrado para a elipse de Kepler. Porém, a terceira lei da dinâmica comprometia esse modelo simples. Newton teve de substituí-lo por outro modelo em que o sol e o planeta em questão giravam ao redor de um centro de gravidade do sistema formado pelos dois pontos. Depois, Newton acrescentou mais planetas ao sistema, tendo por base forças heliocêntricas e não interplanetárias. Em seguida, admitiu a idéia de transformar os pontos em esferas. Essa idéia exigiu enormes adaptações matemáticas. Resolvendo esse

problema, Newton trabalhou com esferas rotativas em oscilação, incluindo aí forças interplanetárias e demais perturbações. Mais tarde, adotou esferas irregulares, buscando cada vez mais a aproximação dos sistemas planetários reais. (BORGES NETO, 2004, p. 96).

O que temos de comum na Gramática Gerativa em relação à investigação de Newton, segundo Borges Neto é a mesma lógica de pesquisa. Ou seja, assume-se como ponto de partida, um plano de desenvolvimento da pesquisa (programa de investigação). Na seqüência, busca-se aproximar as hipóteses da realidade empírica. No caso da GG, o núcleo da hipótese é da determinação parcial da linguagem por estados da mente/cérebro, que são *parcialmente* responsáveis pelo comportamento lingüístico. Esses estados são captados por sistemas computacionais que formam suas representações. Tais sistemas são modelos do conhecimento lingüístico dos falantes/ouvintes de uma língua.

Por meio dessa distinção é possível perceber que o objeto inicial do lingüista não reside apenas na natureza idiossincrática das diferentes línguas. O que intriga o lingüista é aquele conhecimento *a priori*, presente em qualquer criança, que a torna capaz de aprender qualquer língua do planeta. Ou seja, o interesse do lingüista está irremediavelmente ligado àquela capacidade de geração presente em diferentes línguas. A natureza interlingüística do objeto não implica que as diferenças entre as línguas não tenham importância. O lingüista deve, sem dúvida, determinar que aspectos do conhecimento do nativo foram adquiridos diretamente do entorno. Mas sua tarefa principal parece estar em descobrir o que pôde ser adquirido em relação àquela experiência fragmentária a que se expõem as crianças.

CAPÍTULO IV - O PROBLEMA DE PLATÃO

Depois de determinada a esfera dos problemas do conhecimento e da linguagem, algo precisa ser dito sobre o que não é aprendido. Notamos que as crianças constroem os sistemas lingüísticos de maneira espontânea, sem a necessidade de instrução metódica, sem esforço concentrado de sua parte. Entre os dois e três anos de idade, esse conhecimento da língua torna-se rápido e “explosivo”, entre os cinco e seis anos já é indistinguível em suas propriedades mais significativas em relação à prática lingüística dos adultos da comunidade. Ao chegarem à puberdade, consolida-se um sistema maduro e definitivo de conhecimentos. (CHOMSKY, 2008a). Essa peculiar dinâmica de aprendizagem envolve o chamado “problema de Platão”⁹³.

O índice dessa questão acentua limites essenciais ligados ao processo de aquisição da linguagem, demonstrando que o curso normal de aprendizagem de uma língua está além do puro treinamento e instrução. Resta-nos, agora, acentuar casos que possam exemplificar esse problema. É interessante notar que a capacidade de aprender qualquer língua de maneira tão acessível e inconsciente não é para a vida toda, visto que os sistemas neurais possuem uma “época limite” para o amadurecimento. Assim, a gramática que constroem inconscientemente, por suposto finita (já que finito é seu cérebro), permite ao púbere construir e entender um número infinito de expressões. Temos aí o axioma de Chomsky, de que “a gramática de uma língua humana gera um número infinito de sentenças”.

A língua humana possui a característica de gerar inúmeras frases arbitrárias, adequadas às diferentes situações de fala. Por essa razão, o uso da língua, como vimos, é essencialmente criativo. Tal apreciação é válida para todos os homens, independente dos gênios. O conhecimento revelado em diversas construções frasais ultrapassa os dados da experiência imediata. Nos exemplos ilustrativos do “Problema de Platão”, que citaremos em seguida, temos como base a língua espanhola, analisada por Chomsky durante as conferências de Manágua⁹⁴. Em lugar do complemento *a Pedro* (1), coloquemos um elemento reflexivo (comum ao espanhol), para nos referirmos a Juan. No espanhol, esse reflexivo pode ser *se* ou *sí mismo*. Fazendo a troca de *Pedro* por *se*, temos:

⁹³ “Como é possível que nós tenhamos o conhecimento que temos? O que é o conhecimento que nós temos e que base nos possibilita ter adquirido isso? [...] Como nós viemos saber o que sabemos?” (CHOMSKY, 2004, p. 207).

⁹⁴ Essas conferências, realizadas em Manágua, Nicarágua (1986) foram coligidas no livro *Language and Problems of Knowledge*, publicado em 1988 numa versão adaptada a língua inglesa.

(1) *Juan afeita a Pedro*

(2) *Juan afeita a se*

Obtemos, assim, uma oração inválida para o espanhol. Na realidade, o elemento *se* é chamado de ‘clítico’⁹⁵, uma forma que não pode aparecer só, precisando unir-se a um verbo. O exemplo, conforme se nota, não está distante da língua portuguesa. Há uma regra, no espanhol, que move a partícula *se* até a posição normal de objeto direto de *afeitar*, surgindo assim:

(3) *Juan se afeita*

O clítico permanece só e, então, há ainda a necessidade da presença de um verbo. Há também, nesse ponto, outras duas possibilidades teóricas: ou o clítico se une a *afeitar* e produz **4i** ou se junta a *hizo* e produz **4ii**, onde o clítico precede o verbo na forma simples de **3**:

(4i) *Juan hizo [afeitarse]*

(4ii) *Juan se hizo [afeitar]*

A forma **4ii** é a mais comum no espanhol e em outras línguas, como no italiano. Já a expressão **4i** é uma situação mais complexa (menos usual), porém, aceitável no espanhol latino. Temos aí uma propriedade peculiar. A regra que junta um clítico a um verbo tem dois parâmetros. Esta é uma propriedade que se aprende. Repetindo a sentença **4ii**:

(5) *Juan se hizo [afeitar]*

Nesta oração, o complemento subordinado do verbo causativo não possui sujeito em sua seqüência. Porém, como vemos, o sujeito do complemento pode aparecer de maneira explícita, como no caso do sintagma que leva *a*. Se colocarmos como sujeito do complemento *muchachos* teremos, então:

(6) *Juan se hizo [afeitar a los muchachos]*

⁹⁵ Em inglês o termo *clitic* indica um termo cuja pronúncia depende da junção de palavras, isto é, descreve uma palavra que é pronunciada como parte de uma palavra que se segue ou precede, por exemplo, "ve" em "I've".

Se **5** era aceitável, **6** agora não o é. A frase **6** não diz que Juan deixou que os rapazes (*muchachos*) o barbeassem. Já a frase **5** indica que alguém, cuja identidade não se especifica, fez com que Juan se barbeasse. A analogia entre **5** e **6**, dessa maneira, se perde. Nesse caso, não podemos apelar para a impossibilidade de ter sintagmas com *a* repetidos para explicar o motivo de **6** não ser aceitável. Outro princípio deve explicá-lo. Em italiano, **6** também é inaceitável, e devemos procurar outro princípio, excluída a analogia, que explique esse fato.

Assim, a oração causativa com o reflexivo *a los muchachos* altera de maneira essencial a oração, como *a quién*: “(7) ¿A quién se hizo Juan [afeitar]?”, que se torna inaceitável também em italiano. A frase (7) não indica a interpretação “¿a quién hizo Juan afeitado (Juan)?”, como outras frases análogas poderiam exprimir. Para Chomsky, “esses exemplos dão lugar, novamente, ao problema de Platão, agora de maneira ainda mais aguda e séria: como as crianças que aprendem o espanhol e o italiano sabem fatos como estes? (CHOMSKY, 1988, p. 20, tradução nossa).⁹⁶

Chomsky constata, diante desses exemplos, a impossibilidade de explicação dessas “habilidades” com base na analogia, treinamento, hábito, etc. O conhecimento em questão não é oriundo de uma perícia consciente, da mesma forma que os falantes do espanhol não interpretam por analogia ou repetição os exemplos citados:

assim também não interpretam *Juan se hizo afeitar a los muchachos* (como um sintagma sujeito que leva uma oração subordinada) ou *¿a quién se hizo Juan afeitar?* «por analogia» com *Juan se hizo afeitar* porque lhes falte perícia ou habilidade, a qual poderiam conseguir superar com mais treinamento ou prática. O que ocorre é que o sistema de conhecimento que se está desenvolvendo na mente/cérebro do falante de espanhol simplesmente não designa interpretação alguma a estas orações. (CHOMSKY, 1988, p. 20, tradução nossa).⁹⁷

Os falantes dos diversos dialetos em espanhol “sabem” desses eventos sem instrução prévia. Para Chomsky, a diferenciação dos dialetos e de seus parâmetros sugere a existência de possibilidades de variação permitidas por herança biológica, e o mesmo pode-se dizer na relação entre diferentes línguas. Nesse caso, “o conceito de analogia parece ser um conceito sem utilidade, que se invoca como expressão de ignorância no que diz respeito a quais são, de

⁹⁶ No original: “These examples again give rise to Plato’s problem, now in a still sharper and more serious form: How does the child learning Spanish and Italian know such facts as these?”

⁹⁷ No original: “so they do not fail to interpret *Juan se hizo afeitar a los muchachos* (with an *a*-phrase subject in the embedded clause) or *¿a quién se hizo Juan afeitar?* ‘by analogy’ to *Juan se hizo afeitar* because of some lack of skill or ability, which they could overcome by more training or practice. Rather, the system of knowledge that has developed in the mind/brain of the speaker of Spanish simply assigns no interpretation to these sentences”.

verdade, os princípios e os processos operatórios” (CHOMSKY, 1988, p. 24, tradução nossa).⁹⁸

Sabemos que a preocupação da lingüística está em trabalhar sobre esses princípios e processos operativos, descrevendo-os em relação à totalidade da GU. Também há uma possível conclusão (parcial) sobre esses fenômenos de que se compõe o Problema de Platão. Essa conclusão expõe algo que não é matéria específica da lingüística, diz respeito a um problema de conhecimento inerente à inteligência humana, a saber:

nesse momento, basta reconhecer que em casos como este surge um problema sério e bem mais misterioso, posto que, evidentemente, os falantes de espanhol têm um rico sistema de conhecimento, com complexas conseqüências, um sistema que vai além de qualquer instrução ou experiência. (CHOMSKY, 1988, p. 24, tradução nossa).⁹⁹

Se não há razão alguma para interpretarmos as questões por analogia, os elementos da linguagem, analisados por Chomsky, devem ter sua origem em aspectos da mente/cérebro, pois dizem respeito ao funcionamento cognitivo, cujos princípios entram em processos da operação mental. Esses fatos são parte do conhecimento que cresce na mente/cérebro de uma criança exposta ao espanhol, pois se esta “conhece”, é porque “essa é a forma que funciona a mente humana. As propriedades destas expressões refletem princípios de operação mental que formam parte da faculdade humana de linguagem. Não há nenhuma outra razão para que os fatos sejam como são” (CHOMSKY, 1988, p. 24, tradução nossa).¹⁰⁰

A constatação do problema de Platão é feita através de fatos presentes na complexidade estrutural das línguas, a descoberta e isolamento dessas intuições é resultado de um denso trabalho empírico/demonstrativo. No que diz respeito ao som das palavras, o problema de Platão não é menor. Há uma série de conhecimentos que transcendem a experiência e indicam, por exemplo, formas lexicais inexistentes, mas que são palavras possíveis, também há um saber implícito sobre formas lexicais inaceitáveis. Em inglês, as palavras (i) *strid* e (ii) *bnid* não são formas que tenham sido ouvidas pelos falantes, porém os falantes “sabem” que a palavra *strid* é possível. Talvez *strid* possa ser o nome de alguma fruta

⁹⁸ No original: “Analogy seems to be a useless concept, invoked simply as an expression of ignorance as to what the operative principles and processes really are”.

⁹⁹ No original: “For the moment it suffices to recognize that a serious and rather mysterious problem arises in such cases as these, since evidently the speakers of Spanish have a rich system of knowledge, with complex and curious consequences, a system that extends far beyond any specific instruction or experience more generally”.

¹⁰⁰ No original: “that is the way the human mind works. The properties of these expressions reflect principles of mental operation that forma part of the human language faculty. These is no further reason why the facts are the way they are”.

ou animal exótico jamais visto antes, porém, o termo *bnid* não é uma palavra possível em inglês. No entanto,

os falantes do árabe, sem embargo, sabem que a palavra *bnid* é possível, porém não *strid*, e, ainda, os falantes do espanhol sabem que nem (i) nem (ii) são possíveis em sua língua. Estes fatos podem se explicar em termos de regras de estrutura do som, que aquele que aprende a língua chega a conhecer no curso de sua aquisição. (CHOMSKY, 1988, p. 26, tradução nossa).¹⁰¹

No caso da fonologia, segundo Chomsky, o problema da organização prévia do conhecimento torna-se evidente. Manifesta-se a necessidade de existência de regras de estrutura para sons possíveis (audíveis). A aquisição das regras de estrutura dos sons, em diferentes línguas, depende de princípios fixos que governam os sistemas de sons realizáveis nas línguas humanas, ou seja, elementos em virtude dos quais se formem as possíveis combinações e alterações de som nos diferentes contextos. A idealização dessas estruturas, como objetos naturais, aponta para “princípios [que] são comuns no inglês, árabe, no espanhol e nas demais línguas humanas, e são empregados inconscientemente por uma pessoa que está em processo de aquisição de qualquer dessas línguas” (CHOMSKY, 1988, p. 26, tradução nossa).¹⁰²

O sentido das regras dos sons possíveis, no entanto, não é estritamente necessário ou lógico: “Os princípios, repito, não são necessariamente lógicos; poderíamos facilmente construir sistemas que os violem, porém, isso não seria língua humana” (CHOMSKY, 1988, p. 26, tradução nossa).¹⁰³ De acordo com a afirmação de Chomsky, as hipóteses naturais não deveriam causar estranhamento absoluto, pois o homem, enquanto objeto do mundo natural, obedece a certas condições deste. Uma postura científica coerente destaca os mecanismos em questão como objetos empíricos, fatos do mundo cuja ordem se estabelece por sua manifestação num dado processo de descoberta.

Em resumo, sob condições tais como nessas estruturas, envolvendo os sons e a formação das frases, o tema da aprendizagem não pode estar vinculado a uma generalização por analogia, e “a solução ao problema de Platão há de estar baseada na atribuição de

¹⁰¹ No original: “Speakers of Arabic, in contrast, know that *bnid* is a possible word and *strid* is not; speakers of Spanish know that that neither *strid* nor *bnid* is a possible word of their language. These facts can be explained in terms of rules of sound structure that the language learner comes to know in the course of acquiring the language”.

¹⁰² No original: “principles are common to English, Arabic, Spanish, and all other human languages and are used unconsciously by a person acquiring any of these languages”.

¹⁰³ No original: “These principles of the language faculty, again, are not logically necessary. We can easily construct systems that would violate them, but these would not be human languages”.

princípios fixos da faculdade de linguagem do organismo humano como parte da herança biológica” (CHOMSKY, 1988, p. 27, tradução nossa).¹⁰⁴ Princípios como estes revelam a forma de funcionamento da mente no processo de aquisição da linguagem.

A manifestação de princípios fixos também está presente na construção semântica do léxico. O amplo uso das palavras não é catalogado pelos dicionários (e certamente estes não precisam pressupor elementos da faculdade de linguagem). A velocidade e precisão da aquisição do vocabulário não indica, entretanto, que todos os significados estejam expostos num “aparato conceitual”¹⁰⁵, mas há, certamente, princípios no significado das palavras que são muito sutis. A palavra *libro*, por exemplo, pode receber uma interpretação concreta ou abstrata para os falantes do espanhol.

Na oração **8**, interpreta-se a palavra concretamente, referindo-se a um objeto físico específico. Já na oração **9**, temos uma interpretação intangível, que indica a presença de alguma entidade de ordem abstrata. Pode-se assumir aí uma ampla variedade de realizações físicas (não sem limites). Na frase **10**, podemos interpretar ambos os significados (CHOMSKY, 1988, p. 29):

(8) *El libro pesa dos kilos.*

(9) *Juan escribió un libro.*

(10) *Juan escribió un libro de política que pesa dos kilos.*

Os inúmeros exemplos citados por Chomsky não podem ser encarados simplesmente como objetos isolados de uma lista qualquer, ou seja, não se inclui aí um mero registro classificatório. Os exemplos se inscrevem sob um aparato conceitual que deve ser alvo de uma sutil investigação filosófica. Esse aparato se associa às palavras, rotulando-as, deste modo, os sons entram em estruturas sistemáticas baseadas em noções elementares. (CHOMSKY, 1988, p. 32). Chomsky argumenta que a criança que se depara com uma língua já possui algum conhecimento intuitivo de conceitos tais como: objeto físico, intenção e causa.

¹⁰⁴ No original: “The solution to Plato’s problem must be based on ascribing the fixed principles of the language faculty to human organism as part of its biological endowment”.

¹⁰⁵ Os exemplos de Chomsky para a competência gramatical não exaurem o amplo fenômeno da linguagem, estes são apontamentos que indicam as dificuldades inerentes à construção do conceito de “língua”. A maneira apropriada de utilização da linguagem certamente invoca uma “competência pragmática”: “Podemos entender a gramática como um instrumento que pode ser utilizado. A gramática da língua caracteriza o instrumento, determinando as propriedades físicas e semânticas intrínsecas de cada sentença. Dessa forma, a gramática expressa a competência gramatical. Um sistema de regras e princípios que constituem a competência pragmática determina o modo como o instrumento pode ser utilizado eficazmente”. (CHOMSKY, 1981, p. 169).

Esses conceitos são universais para o pensamento e a linguagem. Dessa forma, tornam-se comuns em qualquer língua. Sem essa baliza, o pensamento e a vivência da linguagem não seriam satisfatórios, certo grupo de situações reguladoras da experiência, que define o sistema conceitual, precisa estar latente, pois:

sem embargo, ainda que as palavras possam não coincidir exatamente ao passar de uma língua a outra, o marco conceitual em que encontram seu lugar é uma propriedade humana comum. O grau em que pode ser modificado pela experiência e pelos diversos contextos culturais é um assunto a debater, porém não há nenhuma dúvida de que a aquisição do vocabulário está guiada por um sistema conceitual rico e invariável, anterior a qualquer experiência. (CHOMSKY, 1988, p. 32, tradução nossa).¹⁰⁶

A caracterização desse sistema conceitual expõe uma importante particularidade do pensamento de Chomsky. O conceito em questão não é construído através da constatação empírica de entidades do cérebro, diz respeito a aspectos mentais. Se usarmos a palavra persuadir para convencer Juan a ir até a faculdade, pode-se dizer que persuadir causa aqui a decisão de Juan de ir. Temos uma verdade em razão do significado dos termos. Essa verdade é chamada de analítica. Por outro lado, para saber se a frase “Juan foi à universidade” é verdadeira, necessitamos de uma constatação baseada em fatos.

É neste ponto que Chomsky destoa da tradição filosófica anglo-americana moderna, dada sua proposta de distinção entre os tipos de significados, a tendências reducionista, em alguns casos, não se contenta com a distinção entre verdades analíticas e afirmações verdadeiras em virtude de fatos. A distinção de Chomsky enfatiza que a ‘estrutura conceitual’ de persuadir é independente da experiência: “A relação entre persuadir e ter intenção, ou decidir, é de estrutura conceitual, independente da experiência - ainda que seja necessária experiência para determinar que rótulos empregam uma língua particular - para os conceitos que entram em tais relações” (CHOMSKY, 1988, p. 33, tradução nossa).¹⁰⁷

Naturalmente, o Problema de Platão torna-se central para a lingüística gerativista. Os dados disponíveis por hábito são demasiadamente limitados para explicar o alcance da nossa inteligência lingüística. Em termos de “revolução de paradigmas”, encontramos na lingüística uma guinada cognitiva ou mentalista, inaugurada, principalmente, pela ressalva da pobreza do

¹⁰⁶ No original: “Nevertheless, though words may not match precisely across languages, the conceptual framework in which they find their place is a common human property. The extent to which this framework can be modified by experience and varying cultural contexts is a matter of debate, but it is beyond question that acquisition of vocabulary is guided by a rich and invariant conceptual system, which is prior to any experience”.

¹⁰⁷ No original: “The relation between *persuadir* (persuade) and *tener intención* (intend) is one of conceptual structure, independent of experience – though experience is necessary to determine which labels a particular language uses for the concepts that enter into such relations”.

estímulo: “Esta diferença de percepção no que respeita a onde reside o problema da sobre-aprendizagem ou pobreza da evidência - reflete muito claramente o efeito da mudança de foco que inaugurou o estudo da gramática gerativa” (CHOMSKY, 1994, p. 27).

Os exemplos da pobreza da evidência são freqüentemente citados por Chomsky. Podemos citar o caso da natureza das regras. Temos aí, o fato de ocorrer sem evidência ou instrução direta, a utilização de regras dependentes da estrutura. Geralmente, trata-se de regras computacionalmente discretas, que apenas envolvem o predicado «mais à esquerda» numa seqüência linear de palavras. Na seqüência de frases citadas por Chomsky (1994), encontramos uma perfeita ilustração do problema mencionado:

- | |
|---|
| (2) I wonder who [the men expected to see them]
(3) [the men expected to see them]
(4) John ate an apple
(5) John ate
(6) John is too stubborn to talk to Bill
(7) John is too stubborn to talk to |
|---|

Os exemplos 2 e 3 incluem orações limitadas por parêntesis retos. O pronome *them*, apenas na oração 2, é dependente do referencial antecedente *the men*; Na construção 3, entende-se que o pronome tem um antecedente indicado de algum modo pelo contexto situacional, ou do discurso, mas não se refere aos homens. Como uma criança sabe interpretar esses casos específicos, de modo diferente e sem equívoco? Chomsky pergunta “por que razão nenhuma gramática pedagógica tem de chamar a atenção do leitor para estes fenômenos (que, de fato, só foram notados muito recentemente, no decurso do estudo de sistemas de regras explícitas na gramática gerativa)?” (CHOMSKY, 1994, p. 27).

Voltando aos casos de 4 e 5: a frase 5, obviamente, indica que John come algo, fato indutivo dado pelo verbo *to eat*, que seleciona um objeto, como em 4 (maçã). Na frase 5, o objeto está omissa, por isso, é interpretado de maneira arbitrária. Mas se aplicamos esse mesmo processo indutivo aos exemplos de 6 e 7, deveríamos, então, concluir que John é tão teimoso que não irá falar a uma pessoa qualquer (arbitrária). Por analogia com 6, usando o mesmo processo indutivo, sobre 7, deveríamos concluir que 7 significa que John é tão teimoso que não irá falar a uma pessoa qualquer (arbitrária). Porém, o significado desta frase é bastante diferente para o falante de inglês: John é tão teimoso que uma pessoa qualquer (arbitrária) não vai lhe falar (ao John): “De novo, sabemos isto sem qualquer treino ou evidência relevante” (CHOMSKY, 1994, p. 27). O fundamental desses exemplos é que

as crianças não cometem erros na interpretação de frases como (6) -(7) após um certo período do desenvolvimento e, se cometessem, os erros não seriam em grande medida corrigíveis. É duvidoso que até as gramáticas tradicionais e escolares mais concisas notem fatos tão simples como os ilustrados em (2)-(7) e as mesmas observações estão muito para além do domínio das gramáticas estruturais. Assim que pensamos nas questões formuladas em (1), ocorre-nos uma grande variedade de exemplos do tipo dos referidos. (CHOMSKY, 1994, p. 28).

O que é, em resumo, o conhecimento da língua? Como pensá-lo a partir do Problema de Platão? A proposta de Chomsky é de que deveríamos pensar no conhecimento da língua como um “certo estado da mente/cérebro”, como um elemento relativamente estável em estados mentais transitórios. Além disso, o conhecimento da língua deve ser entendido como um estado direcionado pela chamada faculdade da linguagem, com propriedades, estrutura e organização específicas. Encontramos nessa faculdade uma espécie de “módulo” da mente. Na seqüência, veremos como abordar o problema de Platão através da proposição da Gramática Universal.

CAPÍTULO V - GRAMÁTICA UNIVERSAL E CONDIÇÕES SOBRE REGRAS

Desde a elaboração da Teoria Padrão, com seu marco racionalista, nos anos 60, o projeto de investigação da GG passou por diversas mudanças. A Teoria Padrão Ampliada, por exemplo, posterior ao modelo de ATS, deflagrou uma sofisticada disputa sobre a semântica gerativa. Não será possível ou desejável citar aqui as diversas etapas dessas fases, presentes nos mais de 50 anos de pesquisas realizadas por Chomsky e seus colaboradores. Pretendemos indicar apenas alguns pontos gerais alcançados pela GG, demonstrando que o passar dos anos acrescentou maior precisão à definição do seu objeto de estudo.

Como foi possível observar, na primeira e segunda divisão dessa seção, a resposta às críticas que surgiram ao empreendimento gerativo levaram Chomsky a diminuir o poder de expressão das transformações. As primeiras gramáticas se tornaram tão amplas a ponto de não poderem esclarecer a questão central do que é possível ou admissível para as línguas humanas. Para caracterizar com sucesso o desempenho lingüístico, se defrontou a necessidade de redução das tarefas da gramática. Essa mudança foi crítica, pois, através dela, deu-se início a busca por princípios que diminuíssem o conjunto de regras de base das gramáticas. A teoria da GU se insere de maneira fundamental nesse processo.

As transformações, antes generalizadas, passam pelo crivo de regras gerais. As operações elementares tiveram sua composição modificada e a classe de transformações possíveis foi substancialmente reduzida, criando-se assim *condições sobre regras*. As mudanças foram possíveis graças às descobertas que indicavam regras e operações essenciais reguladoras de transformações. A tese “mova alfa”, por exemplo, é característica dessa mudança. Ela indica que certas transformações podem ser reduzidas a uma única regra, donde qualquer categoria pode ser movida para qualquer lugar. As condições abstratas da GU, depois dos anos 60, tenderam a restringir severamente o poder de expressão das regras transformacionais, limitando, dessa forma, a classe de gramáticas transformacionais possíveis, Chomsky explica que esse processo foi desencadeado

para compensar o fato de as regras restritas dessa forma tenderem a gerar estruturas demais, foram propostos alguns princípios muito gerais, relativos às maneiras pelas quais as regras transformacionais devem ser aplicadas às estruturas apresentadas. Esses princípios gerais são de um tipo muito natural, em minha opinião, associados a restrições razoáveis sobre o processamento de informações, por meios provavelmente relacionados de forma estreita à faculdade da linguagem.

(CHOMSKY, 2007a, p. 184).¹⁰⁸

Na GU, esses princípios fornecem a estrutura básica para a "computação mental" que, em interação com regras de variedade e poder de expressão limitada, podem ser suficientes para explicar os curiosos arranjos de fenômenos, descobertos quando estudamos em detalhes como as sentenças são formadas, usadas e compreendidas: “duvido que isso chegue a funcionar inteiramente, mas eles [os princípios] estão no caminho certo” (CHOMSKY, 2007a, p. 185).¹⁰⁹ A mudança de perspectiva na investigação lingüística, do comportamento e seus produtos para os sistemas de representação mental (e sua computação), nos traz uma série de questões ligadas à legitimidade da pesquisa. A tarefa principal da lingüística está em encontrar os elementos essenciais da chamada língua-I¹¹⁰. Através dos mecanismos fornecidos pela GU, deve-se atentar para a coerência da tarefa descritiva, ou seja, devemos nos certificar se esses mecanismos são suficientemente ricos para dar conta da variedade das línguas. A segunda tarefa da lingüística, não menos importante, consiste em demonstrar que os mecanismos da GU são escassos, assim, poucas línguas se tornam acessíveis para aos aprendizes. (CHOMSKY, 1994).

As duas tarefas em questão, mencionadas acima, estão em conflito. A *adequação descritiva* exige, muitas vezes, o enriquecimento do sistema de mecanismos acessíveis, e a *adequação explicativa* ou *explanatória*, indica, por outro lado, que temos de restringir esses sistemas. Mas o que é uma língua humana possível, dada pela configuração da GU? A GU fornece-nos um certo formato para as línguas, uma especificação sobre os tipos de regras que satisfazem esse formato e qualificam uma língua humana possível. Qualquer sistema de regras emprega infinitas configurações, a mente humana, por conseguinte, aplica certas operações primitivas para interpretar os dados da experiência lingüística. Em seguida, são selecionadas as línguas consistentes com essa experiência, de acordo com uma avaliação métrica que atribui um valor abstrato para cada língua.

¹⁰⁸ No original: “To compensate for the fact that the rules, thus restricted, tend to generate far too many structures, several quite general principles have been proposed concerning the manner in which transformational rules must be applied to given structures. These general principles are of a very natural type, in my opinion, associated with quite reasonable constraints on information processing, in ways that are probably related quite closely to the language faculty”. (CHOMSKY, 1977, p. 182).

¹⁰⁹ No original: “I doubt that they will work entirely, but I believe that they are on the right track”. (*Ibid.*, p. 182).

¹¹⁰ Na conceituação técnica de Chomsky (1994) a GG deu passagem de um objeto de estudo, a língua-E, para outro, a língua-I. A língua-E representa a construção estruturalista, uma totalidade de enunciados externos. Já o conceito de língua-I, que se aproxima da tese mentalista, toma as línguas como estados mentais estáveis, atingidos pela faculdade de linguagem. A língua-I é abstraída diretamente, como um componente do estado atingido.

Dessa forma, um estado inicial (**E₀**) incorpora essas operações primitivas, isto é, o formato para possíveis sistemas de regras e de avaliação métrica. Em cada experiência, a faculdade de linguagem no **E₀** analisa a classe de línguas possíveis, avaliando as que têm valor mais alto, consistente com os dados. Num estado **E₁** se agrupam as regras da língua em questão. À medida que novos dados são apresentados, o sistema entra num estado **E₂**, e assim por diante, até atingir um estado **EE** (estável). Essa hipótese empírica não leva em consideração a ordem exata em que são apresentados os dados, a aprendizagem, diz-se, é como se “fosse instantânea”, como se **E₀** projetasse seus dados diretamente em **EE**.

Para ilustrar o processo, podemos considerar uma *função* simples, **E₀**, por exemplo, que projeta uma coleção de dados **D** num determinado estado atingido. Se **D** for a totalidade dos dados fornecidos ao aprendiz de uma língua, então, o estado estável (**EE**) atingido será a função **E₀(D)**, isto é, o resultado da aplicação dos princípios de **E₀** à **D**. A função em análise é um exemplo de modelo explicativo que se encontra, no caso, associado a uma teoria geral da aquisição da linguagem. A gramática gerativa é a teoria de uma língua, e essa teoria será *descritivamente adequada* à língua particular em descrição na medida em que a expõe corretamente. A teoria da gramática universal observa as condições de *adequação explicativa*, na medida em que estrutura as gramáticas descritivamente adequadas. Note-se que a “aprendizagem instantânea” é uma hipótese empírica, pois, afinal, é possível que alguns princípios de **E₀** só se tornem disponíveis para o sujeito num estado posterior da aquisição, ou seja, é possível que a faculdade de linguagem “amadureça”, tornando possíveis certos princípios em estados particulares do processo. (CHOMSKY, 1994).

A aprendizagem instantânea (representada pela função **E₀(D)**) envolve a possibilidade de uma opção da GU ser fixada em um estado precoce da aquisição, e de que a escolha seja, então, invertida num estado anterior. As possibilidades da função não são inconsistentes com a hipótese empírica “de que o estado atingido é, de fato, idêntico ao resultado da aplicação ‘instantânea’ dos princípios de **E₀**” (CHOMSKY, 1994, p. 69). As evidências disponíveis, tomadas no conjunto, apresentam-se num dado instante do tempo. A hipótese é uma aproximação razoável, assim, as questões de maturação, ordem de apresentação dos dados, ou acessibilidade, não alteram a aquisição como se fosse instantânea. Isto é, os estados intermediários atingidos não mudam os princípios disponíveis para a interpretação dos dados, que se revelam nos estados posteriores, não se afeta o estado atingido. Caso algum princípio opere em estados tardios da maturação, nem por isso fica provado que certos princípios não se relacionam ao **E₀**.

Tal modelo de aquisição e, consecutivamente, de explicação, foi inspirado basicamente na idéia de abdução de Charles Sanders Peirce. As limitações inatas produzem uma classe pequena de hipóteses admissíveis que são submetidas à correção. O problema da GU está na construção de uma classe de hipóteses admissíveis que sejam, afinal, limitadas, já que o problema essencial da aquisição está complexidade da língua e, na limitação dos dados disponíveis (pobreza do estímulo). Qualquer procedimento geral de indução, generalização, analogia, associação, etc., não dará conta, por completo, dos fatos ou fenômenos para os quais não há experiência relevante.

A gramática universal deve oferecer a variedade máxima de sistemas de regras, para tal, deve indicar um sistema de regras para cada conjunto de estruturas recursivamente numerável. Se a língua externa (a *langue* ou Língua-E) for identificada pelo conjunto de estruturas geradas, podemos ver a GU como máxima. Todavia a GU não se restringe às regras recursivamente geradas, não pode simplesmente se resumir ao conjunto dessas regras, pois é, antes disso, a proposta de regulamentação da forma dessas regras. A GU deve ser a variedade máxima dessas regras. Nesse ponto, vemos a referida *tensão* entre a necessidade de adequação descritiva e explicativa. Há de se enfrentar tais exigências conflituosas, para se conseguir adequação explicativa, “é necessário restringir os mecanismos descritivos disponíveis para que poucas línguas sejam acessíveis, na adequação descritiva os estratagemas disponíveis devem ser ricos e diversificados para tratar de fenômenos patentes em línguas humanas possíveis” (CHOMSKY, 1994, p. 71.).

De acordo com Chomsky, a referida tensão é essencial para o projeto de investigação da gramática gerativa. O dilema surgiu de maneira evidente logo que o projeto gerativo foi elaborado. As primeiras construções gramaticais revelaram (conforme vimos) o problema da inteligência do leitor através de inúmeros fenômenos. Para tratar desses elementos, a classe de mecanismos descritivos foi expandida, porém, essa exigência não poderia ser correta sem a adequação explicativa, que a acompanha. O poder descritivo das transformações precisava ser adequado a uma teoria que regesse a classe de transformações possíveis.

As mudanças na GG foram possíveis devido à coerência da investigação teórica exposta pela gramática universal. Nos anos 60 já se exigia um marco explicativo global para as transformações. As gramáticas particulares tratam daquele conhecimento internalizado pelo falante de uma língua, porém, conforme o caráter dos “universais formais profundos”, capazes de conferir globalidade às línguas em estudo. A necessidade de formalização de uma gramática universal já é descrita desde as primeiras elaborações da GG. Em 1968, por exemplo, no livro *Linguagem e Pensamento*, Chomsky explica as exigências das gramáticas

particulares e da GU. Na primeira, busca-se explicitar as regras que constituem o conhecimento de uma língua; na segunda, são analisados os princípios gerais que governam esses sistemas de regras particulares. Os dois modelos estão interligados, pois

na prática, o lingüista trata sempre do estudo tanto da gramática universal quanto da particular. Quando constrói uma gramática descritiva, particular de uma maneira e não de outra, tendo por base os dados de que dispõe, é guiado, conscientemente ou não, por certas suposições relativas à forma da gramática, e estas suposições pertencem à teoria da gramática universal. Inversamente, sua formulação de princípios da gramática universal deve ser justificada pelo estudo de suas conseqüências quando aplicada a gramáticas particulares. Assim, em vários níveis o lingüista está implicado na construção de teorias explicativas, e em cada nível existe uma clara interpretação psicológica de sua obra teórica descritiva. No nível da gramática particular, tenta caracterizar o conhecimento de uma língua, certo sistema cognoscitivo que foi desenvolvido, inconscientemente é claro, pelo locutor-ouvinte normal. No nível da gramática universal, tenta estabelecer certas propriedades gerais da inteligência humana. A lingüística, assim caracterizada, é simplesmente o subcampo da psicologia que trata destes aspectos do pensamento. (CHOMSKY, 1971, p. 44).¹¹¹

Como observamos, as estruturas profundas não são a expressão direta da gramática universal, pois profundo pode ser simplesmente aquele conhecimento internalizado, próprio a uma língua particular. Seria mais correto dizer que a GU se caracteriza por um trabalho de descoberta das *condições impostas sobre regras*¹¹², tais como as que configuram as estruturas profundas em questão. Se a organização proposta pela GU inclui as propriedades universais responsáveis pela classe de gramáticas possíveis, dessa forma, permite especificar como são organizadas gramáticas particulares, quais são os componentes que as arranjam e suas relações. Busca-se entender, nesse aspecto, como são construídas as diferentes regras dos componentes gramaticais e, como interagem as gramáticas particulares com esses elementos. (CHOMSKY, 2007a).

As gramáticas particulares incluem, conforme observamos, regras de reescrita, regras transformacionais, regras lexicais, regras de interpretação semântica e fonológica. Assim,

¹¹¹ No original: “In practice, the linguist is always involved in the study of both universal and particular grammar. When he constructs a descriptive, particular grammar in one way rather than another on the basis of what evidence he has available, he is guided, consciously or not, by certain assumptions as to the form of grammar, and these assumptions belong to the theory of universal grammar must be justified by the study of their consequences when applied in particular grammars. Thus, a several levels the linguist is involved in the construction of explanatory theories, and at each level there is a clear psychological interpretation for his theoretical and descriptive work. At the level of particular grammar, he is attempting to characterize knowledge of a language, a certain cognitive system that has been developed – unconsciously, of course – by the normal speaker-hearer. At the level of universal grammar, he is trying to establish certain general properties of human intelligence. Linguistics, so characterized, is simply the subfield of psychology that deals with these aspects of mind”. (CHOMSKY, 1968, p. 28).

¹¹² Antes dos anos 60 não havia distinção entre regras e condições sobre as regras. Essa distinção só apareceu em *Current Issues in Linguistic Theory*.

“parece que existem vários componentes em uma gramática, várias classes de regras, cada uma das quais com propriedades específicas, ligadas de uma maneira determinada pelos princípios da gramática universal” (CHOMSKY, 2007a, p. 184).¹¹³ Por isso a GU deve examinar aquelas condições primárias e reguladoras, presentes em todas as línguas. A questão, portanto, é: que condições iniciais de **E₀** se articulam com a experiência, refinando-a e produzindo gramáticas particulares (estados alcançados)? O conhecimento da língua, logo, deve ser formado por uma série de estados do cérebro, resultante da interação da GU com as experiências particulares.

A gramática universal constitui-se, assim, numa metateoria que, por meio de um conjunto de hipóteses empíricas, referentes a uma *faculdade da linguagem* biologicamente determinada, evidencia a tarefa de uma criança ao aprender uma língua. A criança encontra línguas particulares, que serão selecionadas em ajuste com os princípios subjacentes determinados pela GU. Isso demonstra que “a sutileza de nossa compreensão transcende de longe o que é apresentado pela experiência” (CHOMSKY, 2007a, p. 183).¹¹⁴

O projeto da GU torna preciso o contexto de discussão das idéias inatas. Afirmar que há uma “linguagem inata” ou, ainda, que a “gramática é inata” é, como vemos, no mínimo, um erro de interpretação. Ora, sabemos pelo que averiguamos até aqui, que o inatismo de Chomsky se refere unicamente àquelas condições universais e abstratas de aquisição de gramáticas particulares. Temos conhecimento ainda, de acordo com as passagens citadas, que tais considerações não são exaustivas (são hipóteses empíricas), pois respondem apenas parcialmente ao fenômeno. Da mesma forma, alguns especialistas interpretaram as estruturas profundas como pertencentes à GU, um erro perigoso, que pode comprometer a descrição empírica das línguas particulares:

alguns filósofos contestaram, afirmando que seres humanos não têm "gramáticas inatas" – como eles acham que eu propus. Isso é simplesmente confundir gramática universal com gramática. É importante ter em mente que a gramática universal não é uma gramática, mas sim uma teoria da gramática, uma espécie de metateoria ou esquematização para a gramática. (CHOMSKY, 2007a, p. 186).¹¹⁵

¹¹³ No original: “It seems that there are several components in a Grammar, several classes of rules, each having specific properties, linked in a manner determined by the principles of universal Grammar”. (CHOMSKY, 1977, p. 181.)

¹¹⁴ No original: “the subtlety of our understanding transcends by far what is presented in experience”. (*Ibid.*, p. 180).

¹¹⁵ No original: “some philosophers have objected that human beings do not have ‘innate grammars’ – as they think I have proposed. This is simply to confuse universal grammar with grammar. It is important to keep in mind that universal grammar is not a grammar, but rather a theory of grammars, a kind of metatheory or schematism for grammar”. (CHOMSKY, 1977, p. 183).

Referência que também costuma provocar mal entendido está na relação entre a GU e a biologia. Convém tornar precisa a questão. A mudança de paradigma trazida pela GG impôs, como já notamos, a abordagem dos enunciados como estados mentais. Tais estados são alcançadas através da interação do organismo humano com o meio lingüístico. Temos como resultado desse processo a apresentação de estágios mais ou menos regulares, que conhecemos por línguas. O que está em jogo na teoria da GU e da aquisição da linguagem é uma “faculdade de linguagem” comum à espécie humana, parcialmente responsável pela regulação dos estados, nesse sentido

a GU deve ser vista como uma caracterização da faculdade de linguagem geneticamente determinada. Pode-se encarar esta faculdade como um ‘mecanismo de aquisição da linguagem’, um componente inato da mente humana que origina uma língua particular pela interação com a experiência vivida, ou ainda como um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento atingido: conhecimento de uma ou de outra língua. (CHOMSKY, 1994, p. 23).

Se conhecer uma língua **L**, por exemplo, envolve uma propriedade de uma pessoa **H**, uma das tarefas das ciências do cérebro está em determinar aquilo que existe no cérebro de **H**, que é responsável pela existência de **L**. Quando dizemos que **H** *conhece* a língua **L**, isso significa que a mente/cérebro de **H** se encontra num certo estado. Cabe a ciência do cérebro a descoberta dos mecanismos que permitem a realização física do referido estado.

A assunção, portanto, é dupla. Chomsky nos diz que podemos tomar as propriedades de **L** por uma relação de estados cognitivos da mente/cérebro. Nesse processo, espera-se que a regularidade das propriedades possa ser explicada em termos do cérebro, e não apenas da mente. Temos aqui uma “teoria da mente” que *repassa* às “ciências do cérebro” a tarefa de explicá-la fisicamente. Dessa maneira, as afirmações acerca de **R** e **L** pertencem a uma teoria da mente, “uma das tarefas das ciências do cérebro será a de explicar o que é que no cérebro de **H** (em particular, a sua faculdade da linguagem) corresponde ao conhecimento que **H** tem de **L**, ou seja, a razão pela qual $R(H, L)$ se verifica e a asserção $R(H, L)$ é verdadeira” (CHOMSKY, 1994, p. 42).

Naturalmente, podemos chamar **L** de Língua-I, incorporada como um estado, no sentido que já expusemos. Chomsky julga **L** como uma entidade abstraída de um estado direcionado pela faculdade da linguagem, um componente da mente. Ao dizermos que **H** conhece **L**, pode-se afirmar que **H** possui **L** (Língua-I). O fundamental, nesse ponto, é que “as afirmações de uma gramática são afirmações da teoria da mente acerca da língua-I; são, portanto, afirmações acerca das estruturas do cérebro formuladas a um certo nível de

abstração dos mecanismos” (CHOMSKY, 1994, p. 42). Essas estruturas cerebrais de que se faz referência são “coisas do mundo” com propriedades específicas. Mas afinal, onde se sustenta o construto exposto em termos de uma “abstração de mecanismos?” Para Chomsky,

as asserções de uma gramática ou a asserção de existência de R(H, L) são semelhantes às asserções de uma teoria física que caracteriza certas entidades e as suas propriedades, fazendo abstração de todas as coisas que possam ser mecanismos que dêem conta dessas propriedades: é como uma teoria do século XIX acerca de valências ou de propriedades expressas na tabela periódica. As asserções acerca da língua -I ou a asserção de que R(H, L) (para várias opções de H e de L) se verifica são verdadeiras ou falsas de maneira muito semelhante àquela em que são verdadeiras ou falsas asserções acerca da estrutura química da benzina, acerca da valência do oxigênio ou acerca do fato de o cloro e o flúor pertencerem ao mesmo grupo da tabela periódica. A língua-I pode ser aquela que é usada por um falante, mas não a língua-I L, mesmo se as duas gerem a mesma classe de expressões (ou outros objetos formais), seja qual for o sentido preciso que damos a esta noção derivada. (CHOMSKY, 1994, p. 43).

Chomsky não reduz a lingüística à biologia, não é esta a intenção de sua teoria da faculdade de linguagem, mesmo depois de registrar uma infinidade de regularidades empíricas, sugerindo princípios para as construções lingüísticas. As línguas não devem ser concebidas apenas como objetos externos, por isso se visa o “estudo do conhecimento da língua atingido e internamente representado na mente/cérebro”. A gramática gerativa de uma língua, por conseqüência, não é um conjunto de asserções acerca de objetos exteriorizados construídos de uma determinada maneira. O que se pretende com a GG é representar exatamente aquilo que uma pessoa sabe quando usa uma língua, em outras palavras, busca-se indicar o que foi aprendido, “porque complementado por princípios inatos [...] a GU é uma caracterização destes princípios inatos e biologicamente determinados, que constituem uma componente da mente humana - a faculdade da linguagem” (CHOMSKY, 1994, p. 44).

A faculdade de linguagem é um sistema distinto da mente/cérebro, com um estado inicial **E₀** comum à espécie (numa primeira aproximação, com exceção de casos patológicos) e aparentemente particular dessa espécie no que diz respeito aos aspectos essenciais. Dada a experiência apropriada, essa faculdade nos leva gradativamente de um estado inicial **E₀** para um estado final, relativamente estável (**E_E**) que, então, sofre apenas mudanças periféricas, como por exemplo, na aquisição de um novo vocabulário. Nesse sentido, “o estado atingido incorpora uma língua-I, é o estado em que se tem ou se conhece uma língua particular” (CHOMSKY, 1994). A GU é a teoria desse estado **E₀**, as gramáticas gerativas particulares são teorias das várias línguas-I alcançáveis. O estado estável tem, assim, dois componentes que podemos distinguir analiticamente. Esses componentes estão

entrelaçados, há um componente que é específico da língua em questão e outro que é reflexo do estado inicial, aí contíguo. A primeira parte constitui aquilo que é «aprendido», “se é que este é o conceito a empregar quando se pretende dar conta da transição do estado inicial para o estado maduro da faculdade da linguagem; pode muito bem não o ser” (CHOMSKY, 1994, p. 45).

Como podemos notar, a categoria de língua-E sequer cabe nesse quadro disposto por Chomsky, afinal, tal noção não tem lugar nesse conjunto. Não se levantam, por exemplo, questões de correção relativas às línguas-E, embora estas se encontrem caracterizadas. As línguas-E são, nesse caso, meros artefatos: “Podemos definir «língua-E» de diferentes formas, ou mesmo não a definir, já que o conceito parece não desempenhar qualquer papel na teoria da linguagem” (CHOMSKY, 1994, p. 45). A GU prevê que um estado estável de conhecimento atingido e o estado inicial E_0 são elementos reais da mente/cérebro, aspectos do mundo físico. A língua-I é abstraída diretamente como um componente do estado atingido. As afirmações sobre a língua-I, o estado estável e o estado inicial, são asserções verdadeiras ou falsas sobre algo definido, sobre estados reais da mente/cérebro e de seus componentes (no âmbito das idealizações já discutidas). A relação entre a Lingüística e a Biologia é tomada da seguinte maneira:

a lingüística, concebida como o estudo da língua-I e do E_0 toma parte da psicologia e, em última análise, da biologia. A lingüística será incorporada nas ciências naturais à medida que forem descobertos mecanismos que tenham as propriedades reveladas nestes estudos mais abstratos. De fato, esperar-se-ia que estes estudos fossem um passo necessário para uma investigação séria dos mecanismos. (CHOMSKY, 1994, p. 46).

Diante desse quadro, podemos nos perguntar: o que significa conhecer uma língua? Ao dizer que uma pessoa conhece uma língua não pode-se dizer que se saiba um conjunto finito ou representativo de frases ou de pares som-significado, acumulados como uma coleção sistemática e aceita extensionalmente. Tampouco podemos nos referir a um conjunto de ações ou de comportamentos pré-determinados. Para Chomsky “a pessoa conhece aquilo que associa de uma forma específica o som ao significado, que os faz «estar juntos», uma caracterização particular de uma função, talvez. A pessoa tem uma «noção de estrutura» e conhece uma língua-I, tal como esta é caracterizada pela gramática do lingüista” (CHOMSKY, 1994, p. 46).

O que então - de acordo com o conceito de Língua-I - significa seguir uma regra? Trata-se de entender que, se existe uma regra no inglês, segundo a qual os verbos seguem os

objetos, e se no japonês esta regra é o contrário, isso indica que não estamos falando apenas de regras e normas de comportamento. As regras de uma língua não são regras de um certo conjunto infinito de objetos formais ou de ações potenciais esperadas, mas regras que formam ou constituem a língua, como os artigos da Constituição ou as regras de xadrez, “que não é um conjunto de movimentos das peças, mas um jogo, um sistema de regras particulares”. Por isso

assumimos, é claro, que as regras estão de algum modo representadas em mecanismos físicos, e, tal como a química do século XIX, esperamos ansiosamente pelo dia em que saberemos exatamente como é que isso acontece. Mas não há interesse numa busca em que damos respostas a perguntas que ainda ninguém percebe e que dizem respeito a algo cuja evidência relevante ainda ninguém imagina como será. (CHOMSKY, 1994, p. 250).

Ao conhecer uma língua não lidamos, simplesmente, com estruturas de conhecimento dadas. Segundo Chomsky, uma classe infinita de expressões associadas a significados, ou ainda, de condições de uso, de ações, “nunca é dado”. Temos como dado simplesmente um objeto finito qualquer, um conjunto finito de fenômenos observados. Com base em fenômenos observados, a mente da criança constrói uma língua-I: “a criança acaba por conhecer uma língua”. A tarefa do lingüista consiste em tentar descobrir a natureza deste processo, no esforço de especificar como a criança chega a uma língua-I.

Correntemente acusa-se Chomsky de “inatismo”, esse julgamento, contudo, não condiz com a proposta da faculdade de linguagem posta em questão. Chomsky pode até mesmo ser acusado por um “exagero formalizador” (certamente não concordaria com Bakhtin), contudo não recusa a idéia do estudo da língua como produto social: “Pelo contrário, é difícil imaginar de que modo tais estudos poderão progredir frutiferamente sem se ter em conta as propriedades reais da mente que estão envolvidas na aquisição de uma língua, especificamente, as propriedades do estado inicial da faculdade da linguagem caracterizadas pela GU” (CHOMSKY, 1994, p. 38). A língua-E, objeto de estudo da maior parte das gramáticas tradicionais ou estruturalistas, é simplesmente entendida como um epifenômeno.

É importante considerar o fato de que o estudo da linguagem, compreendido pela GU, que conduz a uma psicologia individual, não comete o equívoco de um subjetivismo dogmático, o estado de conhecimento atingido deve incluir - e sempre o faz - referências à natureza social da língua. A escolha de um tópico de pesquisa como o da GU pressupõe, dessa forma, o que Putnam, por exemplo, chamou de “divisão social do trabalho lingüístico”.

Exatamente, por essa via, podemos notar que os aspectos discutidos pela GU não eliminam outros estudos sobre a estrutura da linguagem, afinal:

outros aspectos sociais da língua podem ser vistos de maneira idêntica - embora com isto não se pretenda negar a possibilidade ou o valor de outros tipos de estudos sobre a língua que incorporem a estrutura social, bem como a interação social. Contrariamente ao que por vezes se pensa, nesta ligação não surgem conflitos nem quanto a princípios, nem na prática. (CHOMSKY, 1994, p. 38).

Divisamos, no projeto da GU, a articulação de uma estratégia de pesquisa para as ciências da mente. Esse procedimento, de um lado, demonstra ligação com a biologia, pois apresenta a linguagem como um sistema orgânico, capaz de se desenvolver de maneira delimitada. Nesse âmbito, também operam elementos psicofísicos, não reduzidos. Os casos particulares, de desenvolvimento das línguas, reforçam a idéia de gramáticas determinadas pelas informações encontradas no organismo. Pode-se, como base nessa argumentação, explicar a semelhança entre todas as línguas e, ao mesmo tempo, suas diferenças.

PARTE II

SOBRE LINGUAGEM, NATUREZA HUMANA E LIBERDADE

CAPÍTULO VI - A TEORIA DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Para Chomsky, uma teoria da aquisição da linguagem deve constar no escopo geral da investigação lingüística, sobretudo, se a lingüística for tomada como subcampo da psicologia. Em 1965, através de *Aspects of the Theory of Syntax*, advertia-se que sem a adoção de uma teoria da aquisição teríamos uma lingüística presa ao descritivismo, de cunho essencialmente antimentalista. A descoberta de propriedades profundas da linguagem, inexpressáveis no terreno estímulo-resposta, exigia uma teoria capaz de explicar os estados mentais alcançados a partir de uma função que restringisse as gramáticas possíveis, também chamadas gramáticas humanamente acessíveis.

O estudo da linguagem, nesses termos, considera a existência de uma capacidade de linguagem geneticamente determinada, que se firma como um componente do *espírito humano*. A teoria da aquisição encontra sua formulação justamente nesta proposição, em cujo âmbito se situa o “problema de desenvolver uma explicação da teoria lingüística inata que fornece a base para a aprendizagem da linguagem” (CHOMSKY, 1965, p. 108).¹¹⁶

Se a teoria da aquisição/aprendizagem, em questão, é alicerçada sobre a universalidade do espírito humano, e se esta não se refere simplesmente a uma realização particular das gramáticas, portanto falamos, obviamente, não da aquisição de uma língua isolada. A teoria em questão estende-se sobre a capacidade de aquisição das línguas em geral. Isto é, a teoria lingüística empenha-se em selecionar com êxito, uma gramática descritivamente adequada, com base nos dados lingüísticos primários, procurando “uma explicação para a intuição do falante nativo com base numa hipótese empírica acerca da predisposição inata da criança em desenvolver certo tipo de teoria para tratar as informações que lhe são apresentadas” (CHOMSKY, 1965, p. 108).¹¹⁷ Nessa medida, a teoria da aquisição é uma demanda conseqüente ao conjunto da teoria da GU.

Conforme observamos na primeira parte do trabalho, se a teoria lingüística trata, afinal, de predisposições inatas, ela o faz através de um esforço dedutivo, invocando a chamada adequação explicativa. Tal esforço concentra a energia crucial para o avanço da teoria lingüística para além da descrição de eventos isolados. Por conseguinte, o lingüista que se depara com a tarefa de construir uma gramática gerativa, de uma língua particular,

¹¹⁶ No original: “the problem of developing an account of this innate linguistic theory that provides the basis for the language learning”. (CHOMSKY, 1965, p. 25).

¹¹⁷ No original: “[an explanation for the intuition of the native speaker on the basis of an empirical hypothesis concerning the innate predisposition of the child to develop a certain kind of theory to deal with evidence presented to him”. (*Ibid.*, p. 26).

inicialmente, buscará aqueles elementos primários, com os quais todas as gramáticas são compatíveis. A base de elementos primários é o componente elementar dessa argumentação interna, a hipótese explicativa da teoria.

Mas os dados que compõem os elementos primários, como nos é sabido, ainda não constituem a gramática gerativa de uma língua. Essas informações são apenas parte de uma hipótese explicativa acerca da *forma da linguagem*. A forma da linguagem conduz ao que há de elementar na pesquisa gerativa de qualquer língua humanamente acessível. Caso não dispuséssemos dessa *forma*, a investigação e a construção de gramáticas gerativas partiria do zero a cada língua em análise. Estamos, enfim, lidando com uma capacidade de linguagem, própria do espírito humano. A teoria da aquisição da linguagem deve elaborar-se, exatamente, através da referência gerada pelas condições prévias e reguladoras da forma da linguagem.¹¹⁸

Em outras palavras, o desenvolvimento da linguagem ocorre a partir de um estado inicial comum à espécie, que podemos chamar S_0 ou E_0 , geneticamente determinado. Do estado inicial, passamos por uma seqüência de estados $S_1, S_2, (\dots)$, até que um estado estacionário seja alcançado (S_8 , por exemplo). O estudo do estado estacionário revela a gramática de uma língua, interiormente representada¹¹⁹. Ao mesmo tempo, se nos concentrarmos nos dados expressos em S_8 , podemos construir uma sub-hipótese sobre o caráter de S_0 , sempre satisfazendo, logicamente, condições empíricas.

Ao obtermos um inventário suficiente do estado alcançado em S_8 , temos então um *estado cognitivo*. A hipótese acerca de S_0 deve explicar-se pela passagem até S_8 , nos termos dados pelas diferentes estruturas cognitivas alcançadas. A hipótese em questão (S_0) é relativa à função que mapeia estados cognitivos em S_8 , desta forma:

para toda a escolha de S suficiente para dar lugar ao conhecimento de uma língua humana L , essa função deve atribuir um S_8 apropriado, no qual a gramática de L está representada. Poderíamos designar essa função sob o nome de 'teoria da aprendizagem humana no domínio da linguagem. (CHOMSKY, 1983, p. 53).

A teoria da aprendizagem humana no domínio da linguagem é chamada TA (H, L) e, com S_0 , abstraímos as diferenças individuais, especificando elementos do *caráter da espécie*. Estamos, assim, no ambiente da justificação interna – construção dos elementos primários –,

¹¹⁸ O conceito de forma da linguagem foi elaborado em sua forma primitiva na obra de Humboldt, que perguntava sobre a variedade das línguas “Com efeito, não é a presença de um sistema mais ou menos completo dessas formas, sua conveniência, sua clareza, sua brevidade, as que permitem reconhecer diferenças entre as línguas?”. (HUMBOLDT, s/d, p. 08).

¹¹⁹ Segundo Chomsky, na fase estacionária, pouco se muda na língua, que já amadurecida, encontra, sobretudo, apenas acréscimos no enriquecimento do vocabulário. Todas as estruturas essenciais capazes de gerar as frases da língua já estão disponíveis nesse estado. (CHOMSKY, 1983, p.56).

um problema relacionado basicamente à teoria da aquisição da linguagem. O pressuposto dessa teoria está presente na atribuição de universais de conhecimento tácitos à criança. A teoria da aquisição da linguagem realiza-se, dessa maneira, sob a tarefa de elencar os pressupostos iniciais acerca da natureza do conhecimento lingüístico. Essa explicação não pode ser falseada pela diversidade das línguas e, simultaneamente, deve ser satisfatoriamente rica e explícita a ponto de explicar a rapidez e uniformidade da aprendizagem da linguagem humana. (CHOMSKY, 1983).

Quando dizemos que os elementos primários gerais são responsáveis pela aprendizagem rica e uniforme, e que estão presentes em qualquer criança, afirmamos, assim, a existência de um dispositivo de aquisição da linguagem. Esse dispositivo põe-se em relação aos dados lingüísticos primários e estabelece a base empírica para a aprendizagem da linguagem. Conseqüentemente, “a criança que adquire a língua, deste modo, sabe, evidentemente, muito mais do que aquilo que ‘aprendeu’. (CHOMSKY, 1965, p. 116.)¹²⁰ Fundamentalmente, os dados exteriores ativam o dispositivo de aquisição da linguagem, porém, não alteram o funcionamento desse dispositivo. A descoberta de aspectos mais densos da forma lingüística insere-se, como é possível notar, no movimento entre o particular e o geral, pois não é possível estipular um dispositivo geral para a aprendizagem sem que tenhamos acesso à manifestação das línguas particulares.

Se os traços de determinadas línguas podem vir a se projetar por meio de propriedades universais da linguagem (GU), todavia, não há o imperativo de levantar todos os dados das gramáticas particulares para produzir questões no campo da adequação explicativa. Seria um contratempo inútil, visto a imensidão de informações necessárias para tal arrolamento¹²¹. O inatismo é hipotético, por essa razão. Somos levados a uma possibilidade lógica na adequação explicativa: “É dificilmente imaginável o modo como essa possibilidade lógica poderia ser realizada em detalhe, e todas as tentativas concretas para formular uma teoria lingüística empiricamente adequada deixam com certeza amplo lugar”¹²² (CHOMSKY, 1965, p. 119).¹²³

¹²⁰ No original: “The child who acquires a language in this way of course knows a great deal more than he has ‘learned’”. (CHOMSKY, 1965, p. 33).

¹²¹ Chomsky está consciente dos riscos que corre ao estipular “propriedades particulares do espírito humano” tendo como base exemplos uma única língua, a saber, o inglês. Mas, no seu modo de ver, “Tal inferência justifica-se em virtude da hipótese de que os seres humanos não estão especificamente adaptados para aprender tal língua humana e não outra, digamos, o inglês em lugar do japonês”. (*Id.*, 1983, p. 65).

¹²² Com base nessa afirmação não deveria causar-nos espanto o fato de que algumas propriedades não venham a se confirmar, ou seja, que sejam refutadas empiricamente ao longo da pesquisa. Segundo Chomsky, por se tratar de hipóteses de pesquisa, portanto falíveis, a teoria torna-se até mesmo “saudável”, pois tal característica mantém “viva a disciplina”. (CHOMSKY, 2007).

¹²³ No original: “It is rather difficult to imagine how in detail this logical possibility might be realized, and all

A constituição de uma teoria da aprendizagem, como possibilidade lógica, envolve, em primeiro lugar, a seleção de um organismo (**O**) e de um domínio do conhecimento (**D**). Assim, obtemos uma teoria da aprendizagem (**TA**) do organismo **O** no domínio **D**. A **TA** conta com mecanismos de entrada (*input*) e saída (*output*). A entrada (*input*) situa-se nos elementos de um domínio de conhecimento para um organismo selecionado, a saída (*output*) é representada internamente, não está exposta ou marcada. Para cada domínio da saída, temos *estruturas cognitivas*, elementos do *estado cognitivo* alcançado por **O**. Depois de estabelecida uma **TA**, podemos chegar a uma teoria da aprendizagem aplicada à linguagem. Dessa forma, teremos uma **TA** (**H, L**), onde **O** refere-se aos humanos e **D** ao domínio do conhecimento lingüístico:

Assim, **TA** (**H,L**) - a teoria da aprendizagem dos humanos no domínio da língua - será o sistema de princípios pelos quais os humanos chegam ao conhecimento de uma língua, a partir da experiência lingüística. Isto é, a partir da análise preliminar que são capazes de desenvolver, baseados nos elementos da linguagem. (CHOMSKY, 1975a, p. 20).¹²⁴

A estrutura interna postulada na **TA** (**H,L**), através de notações, não indica que essa se resolva na simplicidade gráfica adotada. As estruturas cognitivas e os seus respectivos estados cognitivos alcançados, de que as estruturas fazem parte, são bastante complexos. Além do mais, as dificuldades na elaboração da **TA** não são pequenas, pois há, especialmente, uma grande diferença de resultados obtidos na aprendizagem dos indivíduos. Chomsky admite que uma **TA** (**O, D**) pode não ser desenvolvida com uma margem temporal uniforme, o que resultará em dificuldades para apontar estados cognitivos constantes. Porém, mesmo sob tais dificuldades, idealiza-se a **TA** como *instantânea*.

Após afastar essa dificuldade inicial, outras logo se impõem, pois ainda é necessário saber: (questão 1º) O que será selecionado como domínio de conhecimento **D**; (questão 2º) a forma pela qual **O** determina dos elementos de **D**, para, então, constituir a experiência através da idealização de uma aprendizagem instantânea; (questão 3º) determinar a natureza da estrutura cognitiva obtida, ou seja, definir **O** da maneira mais correta possível, explicando o que **O** atrela ao domínio **D**; (questão 4º) depois de resolvidas as metas anteriores, finalmente

concrete attempts to formulate an empirically adequate linguistic theory certainly leave ample room". (*Id.*, 1965, p. 37).

¹²⁴ No original: "Then **LT**(**H,L**)- the learning theory for humans in the domain language - will be the system of principles by which humans arrive at knowledge of language, given linguistic experience, that is, given a preliminary analysis that they develop for the data of language". (*Id.*, 1975b, p. 14).

resta a tarefa de determinar uma **TA (O, D)** como um sistema que relaciona a experiência com o que é aprendido.

A TA, destarte, relaciona a experiência com um *estado do conhecimento*, constituindo um sistema **TA (O,D)_s**, onde **O** é fixo, e **D** um domínio qualquer. Cada **TA (O,D)** engloba uma *estrutura cognitiva*. Com as diversas estruturas obtidas de **TA (O, D)_s**, que funcionam em harmonia e de maneira conjunta para um **O** fixo, forma-se um *estado cognitivo*. O esquema abaixo representa graficamente o processo da aprendizagem:

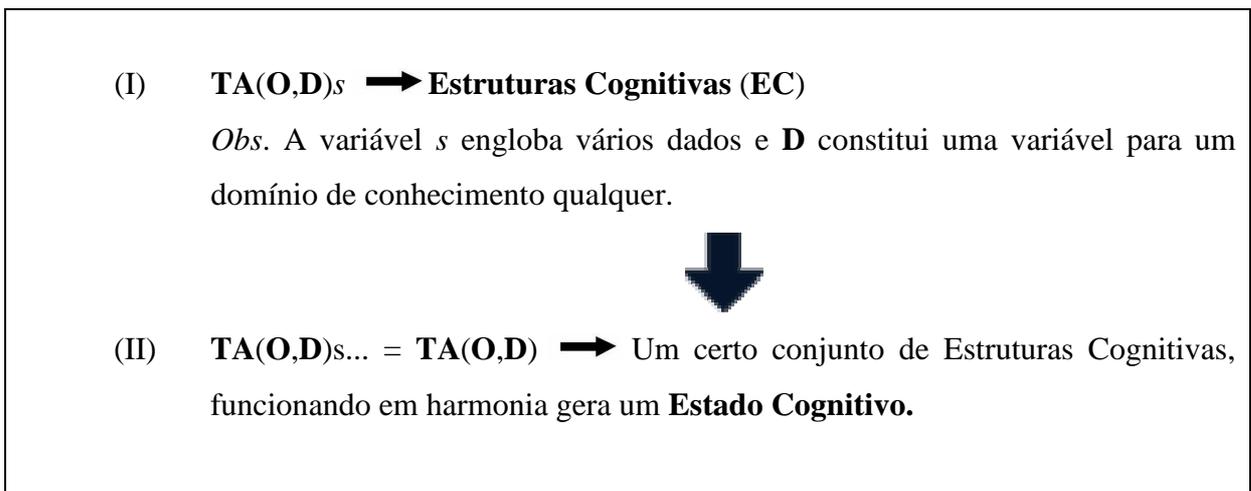


Fig. 06

É fundamental apontar que as fases do esquema exposto acima, na teoria da aprendizagem, indicam “uma espécie de reconstrução lógica da investigação racional”. Para Chomsky, não faz sentido tentar relacionar dois sistemas, como a experiência e o que se aprende, sem que tenhamos antecipadamente idéia do que se implica nestes (questão 1º). Só é possível determinar essa relação a partir do momento em que há a noção prévia do que sabemos (hipótese falseável). Geralmente, nas formulações da teoria psicológica, “aquilo que se aprende” não é apontado com clareza. Então, **D** será selecionado de acordo com as habilidades inexplicáveis frente ao treino; no domínio **L** são diversas habilidades, notamos algumas no tópico sobre o problema de Platão.

Chomsky identifica no organismo uma condição prévia, da natureza do conhecimento, que indica de maneira crucial as diretrizes da pergunta sobre a aprendizagem (o que se aprende?). Porquanto, antes de tudo, estamos falando de humanos, dotados de características únicas em relação à posse da linguagem. A condição prévia oferece ao indivíduo um mundo de possibilidades. Logo, no estudo do comportamento, admite-se explicitamente, na posição investigativa, um fator qualitativo inicial. Ou seja, a experiência

amadurece o organismo, obrigando-o a enfrentar condições exteriores, mas não altera dados essenciais como a *capacidade de linguagem*.

Através do histórico das condições de estímulo que um organismo recebe, probabilisticamente, alguns pesquisadores consideram a existência de um mecanismo **M** para o comportamento. Porém, predizer o comportamento através de um mecanismo **M**, com base em probabilidades, considerando a experiência passada e as condições de estímulo posteriores, definitivamente, não é central para Chomsky, pois,

não há dúvida de que aquilo que o organismo faz depende em parte da experiência, mas parece-me completamente inútil investigar diretamente a relação entre experiência e ação. Pelo contrário, se estamos interessados no 'problema das causas do comportamento' como problema científico, devemos, pelo menos, analisar a relação entre a experiência e o comportamento em duas partes distintas: primeiramente a **TA**, que relaciona a experiência com o estado do conhecimento, e seguidamente um mecanismo **Mcs**, que relaciona as condições de estímulo com comportamento, a partir do estado cognitivo **EC**. (CHOMSKY, 1975a, p. 23)¹²⁵

A proposta de investigação da teoria da aprendizagem, portanto, aponta como sem solução a investigação isolada de **M** (estímulo e experiência). A primazia está em investigar a natureza da **TA**, indicando que estados de conhecimento podem surgir do contato do estado inicial (**S₀**) com a experiência. A tentativa de estudar diretamente a relação do comportamento com a experiência levará à "trivialidade e insignificância científica" (CHOMSKY, 1975a). Para a investigação pretendida, surgem ainda questões cruciais: (1º) Será o caso de a **TA** (**O,D**) ser sempre a mesma, quaisquer que sejam os **O** e **D** que escolhermos? (2º) Haverá características significativas comuns a todas as (**O,D**)s? Para essas perguntas, a primeira rota de uma resposta nos aponta a condição física do objeto investigado. Temos de lembrar a postura biológica adotada no campo da linguagem:

gostaria de sugerir que as questões interessantes da «teoria da aprendizagem», essas questões que nos poderão conduzir a uma teoria elucidativa e que fundamentalmente se relacionam de modo mais vasto com o corpo da ciência natural, aquelas para as quais a nossa primeira suposição foi essencialmente correta. Isto é, as questões interessantes, aquelas que nos permitem esperar penetrar na natureza dos organismos,

¹²⁵ No original: "No doubt what the organism does depends in part on its experience, but it seems to me entirely hopeless to investigate directly the relation between experience and action. Rather, if we are interested in the problem of "causation of behavior" as a problem of science, we should at least analyze the relation of experience to behavior into two parts: first, **LT**, which relates experience to cognitive state, and second, a mechanism, **Mes**, which relates stimulus conditions to behavior, given the cognitive state **CS**". (CHOMSKY, 1975b, p.16).

serão as que surgem na investigação da aprendizagem nos domínios em que há uma estrutura não trivial uniforme para os membros de **O**. (CHOMSKY, 1975a, p.24).¹²⁶

A proposta de uma TA com mecanismos instantâneos envolve, dessa forma, um postulado biológico. Chomsky não vê razão para que não investiguemos estruturas cognitivas do mesmo modo que se estudam os demais órgãos físicos. O cientista natural deverá preocupar-se, necessariamente, com a estrutura básica desses órgãos, estrutura determinada geneticamente. Por essa ótica, deve haver uma estrutura comum a todas as espécies, abstraindo aqui das dimensões de variação e do ritmo de desenvolvimento.

O postulado biológico conduz à citada idealização, nesse sentido, abre-se caminho para a resposta da questão da variabilidade dos estados de aprendizagem (questão 2º). Se uma TA (**O,D**) é caracterizada pelo **O** que lhe é correspondente, assim, trata-se do domínio de uma espécie. Então, TA (**O, D**) pode ser sempre a mesma quaisquer que sejam os **O** e **D**? Para Chomsky, “evidentemente que a resposta deve continuar a ser um não bem firme”. A TA no organismo humano lida com a capacidade de linguagem, e não podemos transpor essa faculdade para qualquer modalidade de TA no mundo natural. Já que

falta-nos uma concepção interessante de TA (**O, D**) para as várias opções de **O** e **D**. Existem, segundo creio, alguns importantes passos possíveis para TA (**H,L**), mas nada comparável noutros domínios da aprendizagem humana. O que se conhece acerca dos outros animais - tanto quanto eu sei - não nos sugere qualquer resposta interessante para (2). (CHOMSKY, 1975a, p. 25).¹²⁷

Conseqüentemente, é difícil extrapolar as conclusões. A idéia de que uma língua se desenvolve baseada em capacidades gerais de aprendizagem, também pode não ser plausível, pois, até mesmo na produção sensorial parece haver adaptações ligadas exclusivamente ao organismo humano. É realmente difícil generalizar que o domínio cognitivo da linguagem é da mesma ordem de uma TA (**O, D**) de outro domínio, como para ratos, por exemplo. Não é possível afirmar que os organismos aprendem de modo semelhante através de diferentes domínios cognitivos. O domínio TA (**H,L**), até o momento, é exclusivo de nossa espécie. Só o organismo humano, portanto, atrela-se ao domínio cognitivo da linguagem (questão 3º):

¹²⁶ No original: “I would like to suggest that the interesting questions of "learning theory," those that might lead to a theory that is illuminating and that will ultimately relate to the body of natural science more generally, will be those for which our first assumption is essentially correct. That is, the interesting questions, those that offer some hope of leading to insight into the nature of organisms, will be those that arise in the investigation of learning in domains where there is a non trivial structure uniform for members of O”. (CHOMSKY, 1975b, p.18).

¹²⁷ No original: “We lack an interesting conception of LT(O,D) for various choices of O and D. There are, I believe, some substantive steps possible towards L T(H,L), but nothing comparable in other domains of human learning. What is known about other animals, to my knowledge, suggests no interesting answer to (2)”. (*Ibid.*, p.19).

de modo semelhante, pode-se estudar outros domínios cognitivos no homem e em outros organismos. [mas] não esperaríamos certamente encontrar propriedades interessantes que sejam comuns a **TA (O,D)** para quaisquer **O,D**. Por outras palavras, não esperaríamos por certo descobrir algo a que pudéssemos chamar uma ‘teoria geral da aprendizagem’. (CHOMSKY, 1983, p.53).

A linguagem humana, afinal, distingue-se de maneira crucial de qualquer domínio de conhecimento pertencente ao resto do mundo natural, mas, constatar propriedades como a dependência da estrutura - entre outras vinculadas ao Problema de Platão - pertencentes ao domínio de S_0 , pode nos levar a uma *resolução* a respeito dos elementos gerais da inteligência humana? Se a **TA (H,L)** versa sobre um domínio específico de habilidades, próprias da linguagem, é possível extrair algo mais geral desse componente?

Nota-se que graças à extensão da teoria da aquisição para o espírito humano, temos aí uma questão de fundamental interesse para o conceito de natureza humana. O caráter universal da aquisição agrega elementos gerais da natureza da inteligência humana, revelando, dessa forma, os produtos e realizações desta (mesmo que pontuais). Isto é, dentre as estruturas intelectuais humanas, inevitavelmente já distinguimos o dispositivo de aquisição da linguagem. Tal fato é de extrema relevância, pois, a lingüística aponta qualitativamente o modo de manifestação desse dispositivo. Mesmo que para outros ramos da inteligência, que não dizem respeito à capacidade de linguagem, não exista um discurso qualitativo satisfatório:

o dispositivo de aquisição da linguagem é apenas um componente do sistema total de estruturas intelectuais [...] a faculdade de linguagem é apenas uma das faculdades da mente. O que pode se esperar é que exista uma diferença qualitativa entre o modo como o organismo possuindo um sistema funcional de aquisição da linguagem enfrenta e trata sistemas que são semelhantes à linguagem e o modo como enfrenta e trata outros que não são. (CHOMSKY, 1978, p. 140).¹²⁸

Percebemos, no trecho citado, que o dispositivo de aquisição da linguagem é apenas um dos componentes presentes na estrutura intelectual humana (uma das faculdades da mente). Mas, afinal, como se configura esse *sistema total de estruturas* intelectuais? Chomsky indica, nesse texto escrito em 1965, que pouco sabemos sobre um sistema total, pois sequer aprendemos algo de definido sobre a linguagem, uma de suas peças essenciais.

Em 1975, no entanto, quando Chomsky amplia a discussão em torno da possibilidade de uma teoria da aprendizagem humana, que inclui a linguagem como um dos seus

¹²⁸ No original: “The language-acquisition device is only one component of the total system of intellectual structures [...] the *faculté de langage* is only one of the faculties of the mind. What one would expect, however, is that there should be qualitative difference in the way in which an organism with a functional language-acquisition system will approach and deal with systems that are language like and others that are not”. (CHOMSKY, 1965, p. 56).

componentes, retoma-se o tema das faculdades da mente. Surge a idéia de que através da análise da teoria da aprendizagem humana e sua condição geral, podemos *entender* algo dos aspectos gerais das estruturas intelectuais. Até aquele momento, somente a linguagem desfrutava do melhor detalhamento qualitativo. Chomsky enfrentará a questão propondo a pergunta: “existirá uma teoria da aprendizagem que possa ser considerada *a* teoria da aprendizagem?”.

A resposta à pergunta sobre tal generalização da teoria da aprendizagem, se bem-sucedida, pode nos indicar alguma luz sobre as questões que envolvem o caráter da inteligência humana e, como veremos, dessa resolução podemos extrair conseqüências imediatas para a elaboração de um conceito de natureza humana, entendido como um conjunto de esquematismos ou princípios de organização inatos, que refletem o comportamento social, intelectual e individual dos homens. (CHOMSKY, 2006a, p.72). Mas como a linguagem possibilitaria a construção de “uma teoria da aprendizagem” tão geral? Veremos no próximo tópico essa questão indispensável, afinal, através dela algo pode ser dito sobre a natureza humana, o que não quer dizer que *tudo* possa ser dito sobre o comportamento, que está apenas refletido sob a natureza humana.

CAPÍTULO VII – LINGUAGEM E NATUREZA HUMANA

O principal obstáculo para o estabelecimento de ligações entre a política e o estudo da linguagem está na dimensão da investigação encerrada pela lingüística, mais precisamente, em seu produto, a estrutura lingüística. Vimos até agora que a lingüística considera um objeto muito específico: a faculdade de linguagem. O conjunto das propriedades e demonstrações da gramática gerativa é de ordem técnica, refere-se à capacidade humana para a linguagem dentro de uma teoria da aprendizagem. As perguntas a que chegamos, por hora, são basicamente duas, interligadas: como poderíamos extrair desse tipo de estudo da linguagem alguma consideração sobre os aspectos gerais da natureza humana (em uma TA (H,L), por exemplo)? Como seria possível encontrar relações entre o estudo da linguagem e questões de ordem política?

Para Chomsky, inicialmente, pouco pode ser dito sobre os termos físicos das propriedades estipuladas para a linguagem. Para tais propriedades, constroem-se teorias explicativas da mente e de seus fenômenos, na expectativa de uma futura redução¹²⁹. O campo da lingüística dispõe dos melhores resultados em termos de teorias explicativas qualitativas, mas, segundo Chomsky, pouco desse conhecimento *técnico* produzido em lingüística pode ser alvo de reflexões que se transformem em temas políticos concretos. Afinal, a competência, por exemplo, apenas gesta a performance efetiva. As falhas de memória, a rapidez, entonação, entre outras questões que interferem na comunicação bem-sucedida e efetiva, são abstraídas na concepção de estrutura subjacente.

Como é óbvio, não pretendemos discordar de Chomsky e introduzir graças à força uma “ideologia da gramática transformacional”¹³⁰. A estrutura profunda não comporta tal interpretação, talvez uma teoria da performance o faça, mas Chomsky não se dedica ao tema. A relação entre política e linguagem, no entanto, não se reduz frente à incapacidade técnica de justificação da primeira. Veremos que, se a lingüística não pode oferecer uma “base profunda” para a política, pode, contudo, fornecer elementos para uma concepção de *natureza humana* capaz de soerguê-la com alguma sofisticação. Para Chomsky, tal recurso baseia-se na construção de um *modelo sugestivo*, mediado pelo conceito de natureza humana. As limitações da teoria política de Chomsky talvez estejam justamente sob esse ponto: na

¹²⁹ A redução física, aqui entendida, vincula-se aos mecanismos biológicos de causa e efeito.

¹³⁰ Augusto Ponzio tece a idéia de que há uma mentalidade “burguesa” na gramática transformacional, que encara a linguagem fora do âmbito cultural das ideologias. (PONZIO, 1972).

projeção de elementos da competência sob aspectos de um “modelo da ação comunicativa”, que envolve, por exemplo, o mundo da vida. Voltaremos a essa questão mais à frente.

É a partir do conceito de natureza humana que a reflexão política de Chomsky ganha sua melhor apresentação. Através desse tópico, buscaremos entender como se constrói tal concepção em relação à teoria da aquisição da linguagem. Depois de estabelecida a fundamentação da natureza humana, partiremos, então, para as repercussões propriamente políticas do chamado *modelo sugestivo*. Partimos, assim, do conceito de natureza humana, pois ele oferece, ao ver de Chomsky, o melhor caminho para a consolidação de uma visão estruturada daquilo que podemos esperar dos homens. Além do mais, se a relação entre política e linguagem existe, esta se encontra mediada justamente pelo conceito de natureza humana. Veremos que é através do estudo da linguagem que se extrai a fundamentação para a natureza humana e, dessa fundamentação, chega-se à política.

No trecho a seguir, Chomsky nos fala sobre a conexão entre lingüística e política, asseverando que a relação entre as matérias não pode ser alcançada fora da mediação estabelecida pelo conceito de natureza humana, afinal:

se há conexão é em nível abstrato. Não disponho de acesso a métodos incomuns de análise e qualquer conhecimento especial que tenha relativo à linguagem não tem correspondência imediata com temas sociais ou políticos [...] Não há ligações diretas entre minhas atividades políticas, nas quais incluo meus textos e outras ações, e o trabalho que faço referente à estrutura da linguagem, *embora de certa forma tudo talvez derive de concepções e atitudes comuns sobre aspectos básicos da natureza humana*. (CHOMSKY, 2007a, p. 13, grifo nosso.)¹³¹

Localizamos, nessa passagem, a mencionada contenção entre os estudos da estrutura da linguagem e os temas de natureza política e social. Graças a essa nuance, geralmente corre-se o risco de ver aí um fosso na obra chomskiana. Tal limitação, colocada no centro dos estudos da estrutura da linguagem, oferece aos desavisados, aparentemente, motivos suficientes para o abandono das reflexões em torno de uma teoria política relacionada ao campo da linguagem.

Todavia, não é esse o caminho escolhido por Chomsky. Mesmo com os impasses há um interstício, uma fresta para a reflexão política e social através da reflexão sobre a

¹³¹ No original: “If there a connection, it is on a rather abstract level. I don’t have access to any unusual methods of analysis, and what special knowledge I have concerning language has no immediate bearing on social and political issues. Everything I have written on these topics could have been written by someone else. There is no very direct connection between my political activities, writing and others, and the work bearing on language structure, though in some measure they perhaps derive from certain common assumptions and attitudes with regard to basic aspects of human nature”. (CHOMSKY, 1977, p.03).

linguagem. Esse desenvolvimento irrompe no mesmo trecho em questão e refere-se à possibilidade de que “tudo talvez derive” dos “aspectos básicos da natureza humana”. Ora, o conceito de natureza humana é consequência de um aprofundamento da leitura sobre as propriedades da linguagem (TA (H,L)). Portanto, fica-nos claro que, ao falar sobre linguagem e política, jamais poderíamos deixar de ressaltar a devida mediação. Falar de uma ideologia política da gramática transformacional ou gerativa é descartar a complexa mediação existente.¹³² A política no pensamento de Chomsky, como veremos, não parte da lingüística pura, antes disso, suas elaborações políticas são recriadas na natureza humana, um conceito intermediário às disciplinas em questão. Não há, assim, o acesso direto a uma “teoria política gerativa”, tal afirmação não encontraria respaldo.

Para avaliarmos a extensão da mediação, podemos recorrer, mais uma vez, ao livro *Reflexões sobre a Linguagem (Reflections on Language)*, publicado em 1975. No prefácio, Chomsky expõe: “estas considerações sobre o estudo da linguagem serão, na sua maioria, não técnicas e assumirão um caráter de certo modo especulativo e pessoal”¹³³ (CHOMSKY, 1975a, p. 09).¹³⁴ Abre-se um espaço inusitado aqui, referente à reflexão sobre a linguagem, cujo caráter principal está na natureza não técnica da argumentação. Chomsky, em *Reflections*, aspira um lugar para o estudo da linguagem que ultrapasse aquele consagrado ao estudo *técnico* encontrado na lingüística. Logo à frente, com mais detalhes, nos esclarece qual a intenção de um estudo da linguagem efetuado por meio de uma abordagem “não técnica”:

pelo contrário, prefiro analisar as características e os objetivos desse estudo, perguntar – e, segundo espero, explicar - até que ponto os resultados obtidos na lingüística técnica podem interessar alguém que não se sinta *a priori* atraído pela relação que existe entre a formação interrogativa e a anáfora. (CHOMSKY, 1975a, p. 09).¹³⁵

Com essas citações, já podemos notar que existem diferenças de abordagem no estudo dos fenômenos da linguagem. Devido ao grau técnico das análises, a linguagem estudada pela ótica lingüística oferece, aparentemente, pouco interesse àqueles que não sejam

¹³² O trabalho de Augusto Ponzio é citado pelo Dicionário do Pensamento Marxista como uma “refutação às teses inatistas de Chomsky” (BOTTOMORE, 1988.)

¹³³ É preciso acentuar que o tom pessoal não indica um campo trivial, pois tal estudo pode desenvolver-se de um “modo adequado” apesar de não técnico, ou seja, nem toda demonstração com validade guarda relações puramente técnicas em sua elaboração.

¹³⁴ No original: “These reflections on the study of language will be non-technical for the most part, and will have a somewhat speculative and personal character”. (CHOMSKY, 1975b, p.03).

¹³⁵ No original: “I want to consider, rather, the point and purpose of the enterprise, to ask – and I hope explain - why results obtained in technical linguistics might interest someone who is not initially enchanted by the relation between question formation and anaphora”. (*Ibid.*, p.03).

versados nessa disciplina científica. Pois, de fato, como a estrutura de formação de frases interrogativas ou a anáfora poderiam interessar a outros campos intelectuais? É por essa aparente dificuldade que Chomsky propõe explicar, em seu livro, “até que ponto” a leitura da lingüística pode interessar a outros ramos intelectuais.

Existe, desta forma, a possibilidade de aproximação dos temas da linguagem com os tópicos sociais e políticos, como existe, ao mesmo tempo, distância desses em relação à lingüística e seus estudos específicos sobre a estrutura da linguagem. As estruturas lingüísticas, assim dispostas pela formalização, explicam apenas parcialmente o uso infinito dos meios finitos: “um procedimento gerador incorporado na mente/cérebro pode fornecer os meios para este ‘uso finito’, mas isso nos deixa ainda distantes daquilo que os investigadores tradicionais tentavam entender: em última análise, o aspecto criativo do uso da linguagem” (CHOMSKY, 1998, p. 23). O conjunto dessas estruturas, em relação ao conhecimento humano, revela somente na arena epistemológica algo da natureza da espécie, que poderia ter relação com a política.

As diferenças entre a lingüística e as *reflexões sobre a linguagem*, dessa maneira, podem ser marcadas aqui através da idéia de “recinto”, o conhecimento produzido na lingüística refere-se a um recinto técnico e específico. É no recinto das reflexões sobre a linguagem que poderemos extrair o caráter intelectual mais vasto da temática lingüística: “uma gramática moderna geradora procura determinar os mecanismos que fundamentam o fato de que a sentença que estou agora propondo tem a forma e o significado que tem, mas nada tem a acrescentar sobre como eu a escolho e por quê” (CHOMSKY, 1998, p. 23).

A separação por recintos, dessa forma, caracteriza diferentes problemas e abordagens para a linguagem, cada recinto engloba um gênero de abordagem. Chomsky se refere ao conceito de natureza humana como parte de uma *teoria da acessibilidade*. Em outras palavras, o conceito de natureza humana pode ser estruturado e acessado sob um certo recinto, sem que se limite ao domínio técnico. Veremos, adiante, como se manifesta tal teoria da acessibilidade. Basta-nos ressaltar, até aqui, que para ultrapassarmos o recinto lingüístico só mesmo através de portas de acesso. Essa porta é o que visamos no pensamento de Chomsky e sua chave, por assim dizer, está sob a mediação do conceito de natureza humana.

Se formos capazes de entender a interação dos recintos e suas delimitações, teremos, então, adquirido alguma elucidação sobre a relação entre a política e os estudos da linguagem. Essa discussão, como se entrevê, é patente logo no prefácio de *Reflections*, onde o autor indica-nos a possibilidade de uma abordagem não técnica da linguagem, um recinto onde

podemos selecionar uma série de questões não triviais, referentes à linguagem, porém, de maneira não técnica, como na ciência lingüística.

A construção de um modelo sugestivo é possível devido ao processo de articulação de recintos balizado pela natureza humana. É nesse ponto que a observação sobre a linguagem converge com temas políticos e sociais. O livro *Reflections* dedica-se, justamente, a esse “quadro mais vasto”, onde encontramos um empreendimento filosófico sobre o objeto linguagem que ultrapassa os temas técnicos, nos levando a outras matérias mais abrangentes:

esboçarei o que me parece ser um esquema adequado no qual o estudo da linguagem possa provar ter um interesse intelectual mais vasto e considerarei as *possibilidades de construir uma teoria da natureza humana baseada num modelo deste gênero*. (CHOMSKY, 1975a, p. 09, grifo nosso).¹³⁶

Uma teoria da natureza humana, portanto, pode exceder o recinto do estudo técnico da linguagem, conferindo sentido para um arranjo de reflexões de ordem moral, política e estética. Uma abordagem genérica¹³⁷ das capacidades cognitivas humanas aponta para essa disposição. Ao mesmo tempo em que Chomsky seleciona capacidades criativas excepcionais, ao observar a linguagem humana, surgem indicações de intuições que estão além do controle da experiência imediata. É, pois, na linguagem que encontraremos a manifestação, de modo mais geral, de estruturas cognitivas complexas, as quais nos indicam que, “ao estudarmos as particularidades das línguas naturais, a sua estrutura, organização e utilização, podemos esperar obter algum conhecimento das características específicas da inteligência humana” (CHOMSKY, 1975a, p. 10).¹³⁸

A partir de características específicas, podemos chegar ao “interesse intelectual mais vasto”? Caso a resposta à pergunta não seja satisfatória, corremos o risco de apenas especular sobre a natureza humana e os aspectos gerais da inteligência. Mas Chomsky propõe que é justamente pela capacidade de falar que podemos levantar um modelo sugestivo para outros domínios:

podemos esperar aprender algo sobre a natureza humana; algo significativo, se de fato [a linguagem] é verdadeiramente representativa e a mais notável características das espécies. Notemos ainda que não é despropositado supor que o estudo desta

¹³⁶ No original: “I will sketch what seems to me an appropriate framework within which the study of language may prove to have more general intellectual interest, and will consider the possibilities for constructing a kind of theory of human nature on a model of this sort”. (CHOMSKY, 1975b, p.03).

¹³⁷ Chomsky também se refere ao modelo sugestivo como “abordagem genérica”.

¹³⁸ No original: “By studying the properties of natural languages, their structure, organization, and use, we may hope to gain some understanding of the specific characteristics of human intelligence”. (*Ibid.*, p.04).

realização humana – a capacidade de falar e compreender uma língua - pode servir de modelo sugestivo de investigação noutros domínios da intuição e ação humanas que não se apresentam tão convidativos à observação direta. (CHOMSKY, 1975a, p. 11).¹³⁹

Existe, portanto, um ‘modelo sugestivo’, extraído do estudo da linguagem, referente às realizações excepcionais da inteligência humana. É da apreciação da capacidade de linguagem que se espera extrair algo sobre a natureza humana, suas habilidades e potencialidades e, desse modo, investigar outros domínios de nossa ação, espelhando-se nessas características. Chomsky acentua, todavia, que a análise do modelo sugestivo não é da mesma ordem obtida na determinação de uma estrutura lingüística. Aquilo que se pode esperar do restante das capacidades cognitivas encontra-se, exatamente, através da observação da capacidade humana para a linguagem. Temos, dessa maneira, uma passagem genérica das observações sobre a linguagem para a *capacidade cognitiva humana geral*. Ou seja, a capacidade de linguagem revela certa “expressão do pensamento”, capaz de indicar a possível esfera da ação humana como manifestação de um universo “intelectual mais vasto”. Se

a faculdade de linguagem, ao ser estimulada adequadamente, construirá uma gramática; as pessoas conhecem a língua gerada pela gramática construída. Este conhecimento pode ser então usado na compreensão do que se ouve e na produção da fala como expressão do pensamento, dentro das limitações dos princípios interiorizados, de modo adequado às situações, sendo estas concebidas por outras faculdades mentais livre do controle de estímulos. *Problemas relacionados com a capacidade linguagem e a sua utilização são os que, pelo menos para mim, dão ao estudo técnico da linguagem um interesse intelectual mais vasto*. (CHOMSKY, 1975a, p. 19, grifo nosso).¹⁴⁰

Sabemos que a postulação de “princípios interiorizados” atribuídos ao espírito humano nos indica uma faculdade de linguagem. Conforme o estímulo recebido, tal faculdade gerará diferentes línguas (gramáticas particulares), que podem, a partir de então, ser assimiladas. A teoria da gramática universal (GU) corresponde a esse conhecimento geral utilizado para pensar e produzir a fala em diferentes línguas. Esse conhecimento, no entanto,

¹³⁹ No original: “We may hope to learn something about human nature; something significant, if it is true that human cognitive capacity is the truly distinctive and most remarkable characteristic of the species. Furthermore, it is not unreasonable to suppose that the study of this particular human achievement, the ability to speak and understand a human language, may serve as a suggestive model for inquiry into other domains of human competence and action that are not quite so amenable to direct investigation”. (*Ibid.*, p.09).

¹⁴⁰ No original: “The language faculty, given appropriate stimulation, will construct a grammar; the person knows the language generated by the constructed grammar. This knowledge can then be used to understand what is heard and to produce discourse as an expression of thought within the constraints of the internalized principles, in a manner appropriate to situations as these are conceived by other mental faculties, free of stimulus control. Questions related to the language faculty and its exercise are the ones that, for me at least, give a more general intellectual interest to the technical study of language”. (CHOMSKY, 1975b, p.13).

não é diretamente acessível à introspecção (como propunha o cartesianismo clássico), pois é inconsciente e involuntário, constituindo parte do esquematismo que carregamos enquanto espécie. O fundamental, no trecho, é a indicação de que, tanto a análise quanto a determinação das estruturas específicas da GU pode servir de apoio (modelo) para a reflexão dos problemas gerais relacionados à capacidade de linguagem.

Os elementos da capacidade de linguagem nos dão a perspectiva da existência de uma organização complexa reguladora da experiência lingüística, tal perspectiva, aponta a necessidade de uma “condição prévia”, arraigada ao espírito. Dessa maneira, temos a pressuposição geral da lingüística cartesiana: os princípios da linguagem e da lógica natural são conhecidos inconscientemente, sendo, em grande parte, condição prévia da aquisição da linguagem, mais do que uma questão de ‘instituição’ ou ‘treinamento’. (CHOMSKY, 1971, p. 79). O importante aqui é que Chomsky acredita poder utilizar as informações reguladoras da experiência lingüística para indicar uma predisposição geral do espírito, pois os mecanismos perceptivos compõem-se da mesma uniformidade encontrada na produção da linguagem:

a percepção e a produção da fala compõem-se numa uniformidade, podemos atribuir a tal uniformidade a esfera de uma visão geral sobre natureza humana, com ela, uma reflexão do lugar do homem no mundo e do que se espera desse, dadas suas características essenciais de produção e desenvolvimento através do conhecimento da linguagem. Segue-se, pois, que tanto os mecanismos perceptivos quanto os mecanismos de produção da palavra devem empregar o sistema subjacente de regras gerativas. É por causa da virtual identidade deste sistema subjacente na pessoa que fala e na que ouve, que pode se dar a comunicação, sendo a participação em um sistema gerativo subjacente atribuível, em última instância, à uniformidade da natureza humana. (CHOMSKY, 1972, p. 86)¹⁴¹.

Uma teoria da aprendizagem humana (TA), dessa forma, deve levar em consideração, justamente, aqueles conhecimentos reguladores da experiência lingüística presentes na faculdade de linguagem. Tal ‘conhecimento’ exprime-se por respostas inconscientes obtidas por diferentes intuições. A verificação de uma intuição qualquer - que transcende o treinamento lingüístico - envolve o que é chamado *domínio de conhecimento (D)* dos humanos (**H**). Uma Teoria da aprendizagem humana abarca vários desses domínios **TA(H,Ds)**, que correspondem a faculdades do espírito, inatas. Entre os vários domínios do “conhecimento” humano, encontramos aquele vinculado à linguagem. A teorização do conjunto desses domínios, na linguagem, envolve a elaboração da Gramática Universal (GU),

¹⁴¹ No original: “It follows, then, that both the perceptual mechanisms and the mechanisms of speech production must make use of the underlying system of generative rules. It is because of the virtual identity of this underlying system in speaker and hearer that communication can take place, the sharing of an underlying generative system being traceable, ultimately, to the uniformity of human nature”. (CHOMSKY, 1966, p. 71).

que é um subproduto da Teoria da aprendizagem humana, ou seja, uma teoria da aprendizagem humana para o domínio da linguagem, que corresponde a **TA(H,L)**:

definamos 'gramática universal' GU com o sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. Assim, a GU pode ser considerada como exprimindo a 'essência da linguagem humana'. A GU será invariável para todos os seres humanos. A GU especificará o que a aprendizagem numa língua deve realizar, se for bem-sucedida. A GU será, pois, um componente significativo de TA (H,L). O que se aprende, a estrutura cognitiva alcançada, deverá ter as características da GU, embora possua também outras características, que constituirão as características accidentais. Toda a linguagem humana deverá submeter-se a GU; as línguas diferem umas das outras pelas características accidentais. Se construíssemos uma língua a violando a GU chegaríamos à conclusão de que não poderia ser a aprendida a TA(H,L); isto é, não poderia ser aprendida em condições normais de acesso e contato com os elementos da experiência. (CHOMSKY, 1975a, p. 36).¹⁴²

A essência da linguagem, como já observamos, é estruturada por uma hipótese inatista para a capacidade de linguagem. De outro lado, o salto para um “quadro mais vasto”, referente às realizações do espírito humano, segundo nos diz Chomsky, pode ser concebido se tornarmos a ‘hipótese das idéias inatas’ mais completa:

uma interpretação mais completa da hipótese das idéias inatas dos seres humanos especificará vários domínios pertencentes à capacidade cognitiva, a faculdade do espírito TA (H,D) para cada um desses domínios D, as relações entre essas faculdades, os seus modos de maturação e as suas interações através do tempo. (CHOMSKY, 1975a, p. 43, grifo nosso).¹⁴³

A GU é uma abordagem relacionada à ‘hipótese das idéias inatas’, onde a teoria lingüística é elaborada a partir do *princípio de intervenção de conceitos básicos na experiência*. Os teoremas da GU são sua teoria, essa teoria é incorporada em uma **TA(H,D)** geral. Na **TA(H,D)**, encontramos outras “faculdades do espírito” capazes de construir, por exemplo, relações com as crenças em geral, o que não quer dizer, por exemplo, que a natureza de certas propriedades rebaixe os contextos. Há um limite: “as propriedades intrínsecas são

¹⁴² No original: “Let us define “universal grammar” (UG) as the system of principles, conditions, and rules that are elements or properties of all human languages not merely by accident but by necessity - of course, I mean biological, not logical, necessity. Thus UG can be taken as expressing “the essence of human language” UG will be invariant among humans. UG will specify what language learning must achieve, if it takes place successfully. Thus DC will be a significant component of LT(H,L). What is learned, the cognitive structure attained, must have the properties of UG, though it will have other properties as well, accidental properties. Each human language will conform to DC; languages will differ in other, accidental properties. If we were to construct a language violating UG, we would find that it could not be learned by LT(H,L). That is, it would not be learnable under normal conditions of access and exposure to data”. (CHOMSKY, 1975b, p.29).

¹⁴³ No original: “A fuller version of the “innateness hypothesis” for humans will specify the various domains belonging to cognitive capacity, the faculty of mind LT(H,D) for each such domain D, the relations between these faculties, their modes of maturation, and the interactions among them through time”. (*Ibid.*, p.35).

suficientes para estabelecer certas relações formais entre as expressões, interpretadas como rima, vínculo e de outros modos, pelos sistemas de desempenho associados à faculdade de linguagem” (CHOMSKY, 1998, p. 65). As palavras, aparentemente, têm propriedades relativas ao som, formato e significação, mas também possuem uma “textura aberta”, ou seja, os significados são estendidos por relações do desempenho, o que permite que sejam caracterizados e determinados de diferentes maneiras.

A teoria lingüística apresenta várias especificações e regras formais para o conhecimento da linguagem e a **TA(H,D)** é apenas um campo de abstração geral de onde retiramos os pressupostos para a investigação técnica da lingüística. Uma abordagem mais completa da hipótese das idéias inatas pode incluir vários domínios originados na capacidade cognitiva humana. Assim, *por princípio*, podemos estabelecer uma faculdade cognitiva para cada domínio **D** somente se uma **TA(H,D)** for estipulada. Essa *forma* geral da aprendizagem segue pressupostos inatistas.

Paralelo à faculdade da linguagem, por exemplo, pode-se projetar princípios próprios desse sistema, como um gênero natural de organização intelectual. É por aí que podemos encontrar espaço para a teoria social e política, pois, segundo Chomsky,

uma hipótese genérica de ‘idéias inatas’ incluirá também princípios que se baseiam no lugar e papel das pessoas num mundo social, natureza e condições de trabalho, estrutura e ação humana, vontade e opção, etc. Estes sistemas serão, na sua maior parte, inconscientes e nem mesmo uma introspecção consciente os tornaria perceptíveis. Para um estudo mais específico, poder-se-ia também tentar isolar as características envolvidas na resolução de problemas, formação do conhecimento científico, criação e expressão artísticas, distrações e tudo a que se apresente como constituindo as categorias adequadas são estudo da capacidade cognitiva e, conseqüentemente, da atividade humana. (CHOMSKY, 1975a, p. 42).¹⁴⁴

Uma das propriedades essenciais da linguagem, o aspecto criativo do uso da linguagem, exprime a liberdade de elaboração de pensamentos frente ao controle dos estímulos, presentes na fala. A “noção de estrutura”, que cresce na mente humana, de algum modo, fornece meios para a utilização infinita e para a habilidade de formar e compreender expressões livres. Genericamente, então, não somos simplesmente alvo do condicionamento verbal, como uma “ordem” ou “exigência” puramente exterior. Possuímos

¹⁴⁴ No original: “A general “innateness hypothesis” will also include principles that bear on the place and role of people in a social world, the nature and conditions of work, the structure of human action, will and choice, and so on. These systems may be unconscious for the most part and even beyond the reach of conscious introspection. One might also want to isolate for special study the faculties involved in problem solving, construction of scientific knowledge, artistic creation and expression, play, or whatever prove to be the appropriate categories for the study of cognitive capacity, and derivatively, human action”. (CHOMSKY, 1975b, p. 35).

a capacidade de pensar criadoramente e falar criadoramente, de construir expressões novas, que tem significados novos que alguém mais vai entender de uma maneira muito concreta, e de ter pensamentos novos que não tínhamos anteriormente. (CHOMSKY, 1988, p.184, tradução nossa).¹⁴⁵

As propriedades estipuladas para a capacidade cognitiva humana são produto de uma *abstração racional generalizada* da **TA(H,D)**, enquanto as regras lingüísticas específicas como, por exemplo, a dependência estrutural (DE)¹⁴⁶, incluem-se numa constatação técnica, expressa em **TA(H,L)**. Os fatos da lingüística, assim como quaisquer regras da gramática de esquema inicial, apresentam capacidades específicas do domínio cognitivo humano. As estruturas cognitivas (**ECs**) do domínio específico da **TA (H,L)** são criadas dentro de uma capacidade cognitiva, porém, só a investigação “poderá, pois, conduzir-nos a **TA (H, D)**s não triviais para **D** assim selecionado” (CHOMSKY, 1988, p. 28).

Em outros termos, a lingüística avança em um domínio específico do conhecimento humano, revelando elementos pontuais desse domínio. Qualquer **TA(H,D)** deverá avançar somente se submetida a uma investigação rigorosa. A **TA (H,L)** é uma dessas investigações com *status* demonstrativo rigoroso. A reflexão social que surge da abstração geral da **TA(H,D)** não possui o mesmo aprofundamento de uma estrutura lingüística presente na **TA(H,L)**.

A construção de uma abstração racional generalizada possibilita a realização de uma Teoria da aprendizagem humana. Através da abstração estrutura-se a própria teoria da linguagem (em sua composição fundamental), com a diferença de que os recintos a que chegamos são separados por uma divisão qualitativa. Isto é, a teoria da linguagem possui elementos formais e técnicos suficientes para sustentar uma disciplina independente (a lingüística) enquanto o domínio da abstração é mais um caso de busca por inteligibilidade. Portanto, a **TA** dos humanos pode ganhar elementos qualitativos, caso

suponhamos que para um determinado organismo O, conseguíamos aprender algo da sua capacidade cognitiva, desenvolvendo um sistema de TA (O,D)s para várias escolhas de D com as características gerais esquematizadas anteriormente. Teríamos, então, chegado a uma teoria do espírito de O. [...] como a capacidade inata que O tem de construir estruturas cognitivas, isto é, de aprender. (CHOMSKY, 1975a, p. 28).¹⁴⁷

¹⁴⁵ No original “the capacity to think creatively and to speak creatively, to construct new expressions that have new meanings that someone else will understand in a very specific way, and to have new thoughts that nobody ever had before”.

¹⁴⁶ A dependência da estrutura é uma típica variedade da gramática sintagmática, indica uma regra de reescrita fundamental, SV - V + SN (verbo + sintagma nominal), o sintagma nominal (SN) só poderá ser reescrito depois de V, pois essa é uma regra fixa de *constituição do sintagma verbal*.

¹⁴⁷ No original: “Suppose that for a particular organism O, we manage to learn something about its cognitive

O que temos diante da especificidade das estruturas cognitivas lingüísticas não pode ser generalizado para outros recintos. Há, neste lugar, uma constatação técnica. Porém, a análise que podemos tomar dos elementos da **TA(H,L)** indica um campo *geral* da ação da **TA(H,D)**. Percebemos, através da análise indireta das características da linguagem, a possível relação com outros temas da esfera humana. Só podemos chegar a um domínio específico de conhecimento se este pressupõe uma teoria geral da aprendizagem. A tese de Chomsky, nesse caso, é de que a capacidade de linguagem revela algo a mais sobre a inteligência humana. Logo, se Chomsky também nos diz que há de se complicar a ‘hipótese das idéias inatas’, tomando-a de maneira mais completa, de tal modo, o estudo da linguagem motivará repercussão na constituição do conceito de ‘caráter da espécie’ ou da ‘natureza humana’. Esse conceito não pode ser negligenciado pelos leitores da obra chomskiana, pois além de estar presente nas reflexões epistemológicas, contribui também, decisivamente, para a política.

O conceito de ‘natureza humana’ pode ser espelhado, por exemplo, na análise do comportamento humano pela **TA(H,D)**, cuja realização específica inclui o domínio da linguagem **TA(H,L)**. A linguagem, como um ramo distintamente ligado ao conhecimento humano, também espelha “propriedades essenciais do espírito”. A reflexão epistemológica suscitada na análise da linguagem, apesar de seus contrapontos técnicos, - a exemplo da ciência lingüística - pode alimentar uma abrangência filosófica que se ramifica nos campos da ética, da filosofia política, da estética, etc., chegando, até mesmo, a uma teoria social.

Em contrapartida o conceito de natureza humana localiza-se sob uma posição peculiar no pensamento de Chomsky. Ao estruturá-lo não dispomos de uma abordagem técnica e formalizada, temos apenas um procedimento de “espelhamento” ligado às características gerais da capacidade cognitiva humana. Logo, resta a pergunta pela inteligibilidade do conceito, pois como poderia manter-se? Para responder a isso Chomsky estabelece um o *valor de verdade* produzido em cada recinto. A gradação desse valor assume diferentes tonalidades a cada recinto ultrapassado.

Se não contamos com uma teoria científica para a natureza humana, ou seja, se temos nela apenas um modelo sugestivo ou genérico, a construção desse modelo espelhado, no entanto, não emerge do acaso completo, porque pode sustentar-se sobre a chamada teoria da *acessibilidade*: o conhecimento da linguagem coloca-nos frente a um aparente paradoxo, tratando-se de um conhecimento rico e complexo, que é construído de maneira uniforme (no

capacity, developing a system of LT(O,D)'s for various choices of D with the rough properties sketched above. We would then have arrived at a theory of the mind of O [...] as the innate capacity of O to construct cognitive structures, that is, to learn”. (CHOMSKY, 1975b, p.22).

sentido da GU). Dessa maneira, espera-se que devam existir “restrições, limitações impostas pelo ambiente biológico aos sistemas cognitivos que podem ser desenvolvidos pela mente. O âmbito do conhecimento alcançável é ligado de forma fundamental aos seus limites” (CHOMSKY, 2007a, p. 70).¹⁴⁸

O conceito de restrição do conhecimento está presente, por exemplo, no dispositivo de aquisição da linguagem, um regulador da linguagem em sua própria possibilidade. Assim, se alguém desenvolveu uma gramática rica, apesar da limitação das evidências disponíveis, seria correto perguntar qual é o processo geral que permitiu a passagem da experiência para o conhecimento e qual o sistema de restrições tornou possível esse salto intelectual. (CHOMSKY, 2007a, p. 70). Em “princípio”, é possível acessar a questão sobre as restrições gerais, pois essa é uma pressuposição “ligada de alguma forma à natureza da inteligência humana”. Na mesma medida, “podemos tentar descobrir as restrições iniciais que caracterizam essas teorias. Isso nos leva a apresentar, outra vez, a questão: qual é a ‘gramática universal’ das teorias inteligíveis, qual é o conjunto de restrições recebidas biologicamente?” (CHOMSKY, 2007a, p. 71).¹⁴⁹

A teoria da natureza humana torna-se uma *teoria acessível*, como qualquer teoria sobre o conhecimento e suas restrições, sendo investigada aqui quanto a sua condição de possibilidade, desse modo supõem-se:

que é possível responder a essa questão - em princípio, deve ser possível. Então, de posse das restrições, pode-se inquirir sobre os tipos de teoria a ser obtidos em princípio. Isso equivale à mesma coisa que fazemos quando perguntamos, no caso da linguagem: diante de uma teoria de gramática universal, quais são os tipos de linguagem possíveis? Vamos referir-nos à classe de teorias tornadas possíveis pelas restrições biológicas como as *teorias acessíveis*. Em outras palavras, a *teoria da acessibilidade pode ser mais ou menos estruturada*. (CHOMSKY, 2007a, p. 71, grifo nosso).¹⁵⁰

O crucial para qualquer teoria acessível é sua condição de verdade. Se considerarmos a classe das teorias verdadeiras, - Chomsky imagina que esse tipo de classe exista – essa se

¹⁴⁸ No original: “There must exist constraints, limitations imposed by biological endowment on the cognitive systems that can be constructed in a uniform way with its limits”. (CHOMSKY, 1977, p.64).

¹⁴⁹ No original: “we might try to discover the initial constraints that characterize these theories. That leads us back to posing the question: What is the ‘universal grammar’ for the intelligible theories; what is the set of biologically given constraints?”. (CHOMSKY, 1977, p. 65).

¹⁵⁰ No original: “Suppose we can answer this question - in principle that might be possible. Then, the constraints being given, we can inquire into the kinds of theories that can in principle be attained. This amounts to the same thing as when we ask, in the case of language: given a theory of universal grammar, what types of languages are in principle possible? Let us refer to the class of theories made available by the biological constraints as accessible theories. It may be that this class will not be homogeneous, that there will be degrees of accessibility, accessibility relative to other theories, etc. In other words, the theory of accessibility may be more or less, structured”. (*Ibid.*, p. 65).

expressa em algumas notações às quais temos acesso. Podemos perguntar, deste modo, qual é a interseção entre a classe de teorias acessíveis com a classe de teorias verdadeiras. Ou seja, quais teorias cabem, ao mesmo tempo, na classe de teorias acessíveis e na classe das teorias verdadeiras? Onde existir uma interseção de classes, o ser humano poderá obter conhecimento real sobre o tema. Ao mesmo tempo, não se pode obter conhecimento real além dessa interseção.

O fator em questão é que podemos, da mesma forma, isolar, pela acessibilidade, uma teoria ininteligível ou uma teoria inacessível da natureza humana, apesar de não dominarmos seu conteúdo real. Ou seja, não é qualquer argumento sobre a natureza humana que se tornará inteligível ou acessível, já que definir seu conteúdo não é uma questão de vontade pessoal. Qual gênero de teoria seria, por conseguinte, inacessível? Para responder a questão podemos elencar as propriedades que envolvem o uso linguagem, propriedades abstratas que se projetam na linguagem. Em primeiro lugar, caso tenhamos tais propriedades em reflexão, não há de ser aceita a idéia da mente como a expressão da *tabula rasa*, no sentido estrito, pois,

essas hipóteses empiricistas, em minha opinião, não são muito plausíveis. Não parece ser possível prestar contas do desenvolvimento da compreensão de senso comum do mundo físico e social, da ciência em termos de processos de indução, generalização abstração e assim por diante. Não existe um caminho direto desse tipo, a partir dos dados fornecidos para teorias inteligíveis. (CHOMSKY, 2007a, p. 74).¹⁵¹

Nesse sentido certas hipóteses sobre a mente se tornam falhas logo de início, temos empreendimentos inúteis, que não são sequer acessíveis: “É a mesma coisa que tentar ensinar um macaco a gostar de Bach” (CHOMSKY, 2007a, p.74). Finalmente, no mesmo caminho, podemos colocar em consideração aqueles aspectos sociais que poderiam ser explicados, também, por uma teoria inteligível:

outro caso, análogo ao da linguagem, talvez, é nossa compreensão das estruturas sociais nas quais vivemos. Temos todos os tipos de conhecimento tácito e complexo no que se refere às nossas relações com outras pessoas. *Talvez tenhamos uma espécie de "gramática universal" de formas possíveis de interação social, [...]* Se temos sucesso em encontrar nosso lugar na sociedade na qual vivemos, é talvez porque essas sociedades têm estruturas que estamos preparados para seguir. Com um pouco de imaginação, podemos projetar uma sociedade artificial na qual ninguém

¹⁵¹ No original: “These empiricist hypotheses have very little plausibility, in my opinion; it does not seem possible to account for the development of common sense understanding of the physical and social world, or science, in terms of processes of Induction, generalization, abstraction, and so on. There is no such direct path from data that are given to intelligible theories”. (CHOMSKY, 1977, p.64).

encontraria seu lugar” (CHOMSKY, 2007a, p. 75).¹⁵²

A verificação de teorias acessíveis pode nos levar, assim, a um importante aspecto de reflexão. Podemos imaginar uma sociedade na qual não conseguiríamos viver como seres sociais realizados, uma sociedade que não corresponde às necessidades humanas. Por razões históricas, as sociedades podem ter propriedades de “clausura”, levando a diversas formas de patologia. Pela mesma fórmula, a teoria social, como qualquer teoria do âmbito cognitivo humano, pode surgir dessas observações aproximadas, recorre-se ao que não pode ser intuído e, de tal modo, se estabelecem sociedades artificiais, para inferir negativamente quais são perniciosas. Há uma série de observações sobre a natureza humana, observações que são reflexo da análise da linguagem e que permitem o abandono de um ceticismo absoluto. Porém, é válido lembrar: a *acessibilidade* da natureza humana não é um domínio da ciência técnica, pois

a natureza humana ainda não está no âmbito da ciência. Até o momento, ela escapou do alcance da inquirição científica, mas acredito que em domínios específicos, como o estudo da linguagem, podemos começar a formular um conceito significativo da "natureza humana", em seus aspectos intelectuais e cognitivos. De qualquer maneira, não hesitaria em considerar a faculdade da linguagem como parte da natureza humana. (CHOMSKY, 2007a, p. 82).¹⁵³

O conceito de natureza humana, enquanto não passa pelo crivo da análise técnica rigorosa, torna-se “solto” e à espera de um enraizamento lingüístico (*seria preciso uma gramática gerativa para esses fatos*, lembra Chomsky). É importante notar que as soluções de Chomsky (na acessibilidade) partem sempre do realismo inicial, presente na lingüística. O recurso para a abordagem política é enviesado por essa ordem (valor de verdade). O que não quer dizer que a política esteja determinada pela mesma, no sentido realista.

A análise “genérica” ou do “modelo sugestivo”, assim como a posição negativa acerca da natureza humana, são frutos da expressão teórica articulada pelo *locus* realista. O conceito de natureza humana, nesse sentido, não está simplesmente num campo metafísico ou da ordem da substância cartesiana. Além do mais, esse conceito toma como medida de

¹⁵² No original: “Another analogue to the case of language, perhaps, is our comprehension of the social structures in which we live. We have all sorts of tacit and complex knowledge concerning our relations to other people. Perhaps we have a sort of ‘universal grammar’ [...] If we succeed in finding our place within our society, that is perhaps because these societies have a structure that we are prepared to seek out. With a little imagination we could devise an artificial society in which no one could ever find his place”. (*Ibid.*, p. 70).

¹⁵³ No original: “human nature is not as yet within the range of science. Up to the present, it has escaped the reach of scientific inquiry; but I believe that in specific domains such as the study of language, we can begin to formulate a significant concept of ‘human nature,’ in its intellectual and cognitive aspects. In any case, I would not hesitate to consider the faculty of language as part of human nature”. (CHOMSKY, 1977, p. 77).

arrazoamento questões lingüísticas, “espelha-se”, por assim dizer, em considerações oriundas da linguagem. Por essa razão, Chomsky não é dogmático em considerações dessa espécie, pois não são ainda, propriamente científicas; entram na etapa de uma elaboração científica - mas de fato ainda não o são.

A acessibilidade, com efeito, é introduzida com o intento de atingir certa configuração para o conceito de natureza humana. São justamente as considerações libertárias de Chomsky que conservam determinado “espelhamento” na natureza humana, inferida através das propriedades da linguagem e da cognição. Por essa razão, não temos simplesmente um conceito passageiro, mas sim, uma peça fundamental pertencente ao arsenal filosófico de Chomsky. Um conceito não técnico e “inacabado”, diga-se de passagem, porém, não um conceito simplesmente trivial, já que pode ser acessado como valor de verdade. A demonstração sugestiva se fortalece, portanto, nesse constituinte imediato da natureza humana, dado pela linguagem.

Através de uma primeira aproximação, a “sugestão” fundamental do estudo da linguagem para a natureza humana indica-nos que a ação humana está vinculada à capacidade intrínseca de entender e produzir a fala (faculdade de linguagem). Tal uso é entendido como uma atividade criadora, que não se restringe à mera reprodução mecânica do que é ensinado. Essa capacidade, própria da faculdade de linguagem, se dissemina sugestivamente noutros domínios:

Este conhecimento instintivo ou, se quiser, este esquematismo que permite derivar um sistema complexo e intrincado a partir de informações muito fragmentárias, é um constituinte fundamental da natureza humana. Nesse caso, acredito que se trata de um constituinte essencial por causa do papel que a linguagem desempenha não só na comunicação, mas também na expressão do pensamento e na interação entre as pessoas; e suponho isso em outros domínios da inteligência humana, em outros domínios da cognição humana e do comportamento, alguma coisa do mesmo tipo deve ser verdade. Bem, essa coleção, essa massa de esquematismos, princípios de organização inatos, que orientam nosso comportamento social, intelectual e individual ao que me refiro ser o conceito de natureza humana. (CHOMSKY, 2006a, p. 05).¹⁵⁴

¹⁵⁴ No original: “this instinctive knowledge, if you like, this schematism that makes it possible to derive complex and intricate knowledge on the basis of very partial data, is one fundamental constituent of human nature. In this case I think a fundamental constituent because of the role that language plays, not merely in communication, but also in expression of thought and interaction between persons; and I assume that in other domains of human intelligence, in other domains of human cognition and behavior, something of the same sort must be true. Well, this is collection, this mass of shematisms, innate organizing principles, which guides our social and intellectual and individual behavior, that’s what I mean to refer to by the concept of human nature”.

Chomsky defende, nesse trecho¹⁵⁵ e em outros diversos, que o conceito de natureza humana pode, de bom grado, ampliar-se numa suposição geral, entendida através da observação do comportamento lingüístico e seus esquemas. Em princípio, seríamos capazes de especificar a natureza desses esquemas na cognição humana, em termos de redes neurais, porém, obviamente, essa tarefa é um desafio reservado ao futuro. O esquematismo ou “conhecimento instintivo” elencado (central para a natureza humana) não dispõe de demonstrações em termos de mecanismos físicos.

Para responder à questão da dificuldade em estruturar conceitos referentes à **TA (H,D)**, recorre-se à história da ciência. Durante certos períodos, a ciência não pôde contar com esclarecimentos para os fenômenos que se explicam em termos de “força eletromagnética”, ou seja, fenômenos que não se explicam por termos mecânicos. Para que a física pudesse avançar foi necessária a adoção de “conceitos organizadores” para os fenômenos. A mesma conduta está presente no estabelecimento de conceitos internalizados (tais como **TA (H,D)**):

penso, então, que isso nos coloca a tarefa de continuar e desenvolver esta chamemos, teoria matemática da mente; refiro-me a uma teoria abstrata, articulada de maneira precisa, formulada com clareza e com conseqüências empíricas que nos permitam determinar se a teoria é correta ou não, ou se está bem encaminhada ou não e que, por sua vez, tenha as propriedades da ciência matemática, isto é, as propriedades de rigor e precisão, e uma estrutura que nos permita deduzir conclusões à base de suposições, etc. (CHOMSKY, 2006a, tradução nossa).¹⁵⁶

A postura teórica de Chomsky, de “antecipação” através de conceitos organizadores encontra, assim, respaldo na tradição científica. Segundo Apel (2000), a presença da iniciativa pessoal do cientista é um fato importante para entender o viés da análise chomskiana. Apel afirma que Chomsky extrapolou os limites do empirismo lógico, pois seus conceitos teóricos apresentam-se em função da teoria como um todo, o que não está, dessa forma,

¹⁵⁵ O presente diálogo foi extraído de um encontro entre Chomsky e Michel Foucault, realizado na Holanda em Novembro de 1971, cuja transcrição apareceu em 2006, numa publicação em língua inglesa intitulada *The Chomsky-Foucault debate on human nature*. Michel Foucault posicionou-se contrariamente ao conceito de natureza humana, que a seu ver é legitimado somente pelo otimismo científico que ascendeu à certa época histórica. Chomsky redarguiu, no presente debate, que sem tal presunção (da natureza humana) ficaríamos sem eixo para julgar o “círculo” criado pelas relações de poder.

¹⁵⁶ No original: “But then that poses for us, I think, the task of carrying on and developing this, if you like, mathematical theory of mind; by that I simply mean a precisely articulated, clearly formulated, abstract theory which will have empirical consequences, which will let us know whether the theory is right or wrong, or on the wrong track or the right track, and at the same time will have the properties of mathematical science, that is, the properties of rigor and precision and a structure that makes it possible for us to deduce conclusions from assumptions and so on”.

diretamente ligado aos dados da experiência. Apel descreve o empreendimento de Chomsky como a expressão do “racionalismo crítico”:

o ‘racionalismo crítico’ vem situar o traço característico da formação teórica clássica da física matemática da era moderna justamente na formulação de hipóteses elucidativas ‘carregadas de teoria’, que não podem ser confundidas com ‘generalizações de sintomas’ meramente descritivas, mas que ousam supor uma realidade por trás dos assim chamados ‘dados da observação’. Em suma, o ‘racionalismo crítico’ vê o fundamento da ciência não nos dados empíricos e da lógica, em primeiro lugar, mas sim na *formação teórica criativa*, em cujo contexto a lógica e os dados só então se tornam relevantes – e relevantes no sentido de uma formação teórica da física ou da lingüística. (APEL, 2000, p. 304).

Segundo Apel, por conta dessa posição, Chomsky está, em certo sentido, de acordo com a revolução copernicana de Kant, porém, “além dela”, pois há “o reconhecimento da função ‘heurística’, ‘explicativa’ e ‘científico-crítica’ de uma metafísica racionalista em estilo pré-kantiano” (APEL, 2000, p. 304). A metafísica racionalista, dessa forma, será parte crucial da estratégia metodológica a ser adotada nas ciências explicativas, como a lingüística, cujas formações teóricas devem, necessariamente, passar pelo crivo do teste empírico. Ou seja, que precisam ser falsificadas. Por essa razão, não parece estranho que se suponha a possibilidade de explicação das abstrações em termos físicos, pois somente quando tivermos sorte de que um aspecto da realidade possua o caráter de uma dessas “estruturas mentais, então, possuímos uma ciência” (CHOMSKY, 2004, p.145). No mesmo sentido, seria válido conjecturar sobre a natureza humana e sua possível fundação biológica:

a não ser que os seres humanos sejam anjos, fora do mundo biológico, nós podemos ter certeza que haverá um componente genético relevante em cada aspecto do seu crescimento, desenvolvimento, pensamento e ação. O problema é descobrir qual é e usar este conhecimento para adicionar ao pensamento sobre programas e políticas que afetam a vida humana. (CHOMSKY, 2004, p.148).

Nesse sentido, é possível perceber a abrangência a que nos leva a lingüística cartesiana, revelamos uma tipologia de conhecimentos entre os quais estão a reflexão genérica e a científica/técnica, específica da lingüística. O entendimento dessa razoabilidade envolvida na epistemologia da linguagem parece-nos, afinal, um ponto decisivo para o esclarecimento de uma parcela das obscuridades que envolvem a filosofia da linguagem e a política de Chomsky. Antes de passarmos ao próximo tópico, é conveniente aproveitar a referência de Apel à Kant para nos perguntarmos sobre o papel deste na metodologia de Chomsky.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que Chomsky cita com pouca frequência a filosofia de Kant, apesar de deixar em aberto a possibilidade de referências mais profundas. Por exemplo, ao final de uma exposição sobre a lingüística cartesiana, declara: “é importante ter em mente que a visão geral aqui apresentada é muito fragmentária, sendo, portanto, em certo sentido, enganadora. Algumas grandes figuras, (Kant, por exemplo) não foram mencionadas ou foram discutidas inadequadamente” (CHOMSKY, 1972b, p. 90). Conforme Apel, Chomsky estaria além da filosofia transcendental de Kant, mais precisamente, a metodologia da lingüística cartesiana é dependente de uma ‘heurística metafísica’ pré-kantiana.

Jürgen Habermas apresentou um breve delineamento da questão em *On the Pragmatics of Communication*, onde expôs algumas idéias e interpretações sobre a filosofia de Chomsky. Gostaríamos de citar essa avaliação, pois ela oferece uma concepção mais ou menos próxima daquela posição defendida por Apel sobre o lingüista.

Habermas cita Chomsky pois está interessado na construção de uma pragmática universal relativa às condições gerais da compreensão mútua. Para tanto, pretende articular a discussão em nível do desempenho. Habermas reconhece que para se chegar ao discurso, enquanto performance, é necessário adotar uma abordagem reconstrutiva da competência lingüística dos falantes/ouvintes. O objetivo final é o de transcender esse horizonte em busca de fundamentos pragmáticos do processo de comunicação. Para levar a cabo essa tarefa, Habermas reconhece que

tal como sucede com a lingüística estruturalista, delimita o seu domínio do objeto abstraindo-se antes de mais das propriedades pragmáticas da linguagem, introduzindo subseqüentemente a dimensão pragmática de tal forma que a ligação constitutiva entre os avanços gerativos dos indivíduos capazes de falar e agir, por um lado, e as estruturas gerais do discurso, por outro, não se torna visível. É certamente legítimo estabelecer uma distinção abstrativa entre a língua enquanto estrutura e a fala como processo. Uma língua será assim definida como um sistema de regras para gerar expressões, de forma que todas as expressões corretamente formuladas (por exemplo, as frases) possam contar como elementos desta língua. (HABERMAS, 1996, p. 17).

Ora, Habermas atribui à Chomsky uma importante distinção abstrativa, que conhecemos por competência e performance. Em boa medida os aspectos de uma teoria do desempenho ou performance respondem pela aceitabilidade das expressões. A gramaticalidade, por seu lado, é função da competência. Por exemplo, na frase (1), temos um baixo grau de aceitabilidade e uma boa *descrição estrutural*; já em (2), temos uma frase com

melhor aceitabilidade. A gramaticalidade é apenas um dos muitos fatores que determinam a aceitabilidade:

(1) *I called the man who wrote the book that you told me about up.*

(2) *I called up the man who wrote the book that you told me about.*

Os indivíduos capazes de falar “aplicam” as descrições estruturais, esses traços são responsáveis pela gramaticalidade das expressões. Isso significa que podemos, não só produzir criativamente, como também compreender ou perceber essas expressões de forma a lhes corresponder adequadamente. Habermas adverte que a análise formal dessa abstração entre estrutura e expressão (ou língua e fala) não deve se restringir às ciências empíricas, pois deve-se proceder a uma análise formal também no campo da expressão. Esse projeto encerra a tentativa de se chegar a uma pragmática universal, capaz de reconstruir de forma adequada o momento específico de reciprocidade na compreensão de significados similares, ou ainda, no reconhecimento de pretensões de validade intersubjetivas.

O projeto em questão firma-se sob a atitude metodológica de uma ciência reconstrutiva e não sob o paradigma das ciências empírico-analíticas, pois, afinal, “os processos reconstrutivos não são característicos das ciências que desenvolvem hipóteses nomológicas sobre domínios de objetos e acontecimentos observáveis. Pelo contrário, estes processos são característicos das ciências que *reconstroem sistematicamente o conhecimento intuitivo dos indivíduos competentes*” (HABERMAS, 1996, p. 22, grifo do autor). Habermas adota tal modelo tendo em vista a relação existente entre observação e compreensão. A competência comunicativa pressupõe a habilidade de um intérprete que compreende o significado enquanto alguém que teve acesso a um processo comunicativo intersubjetivo. A realidade de um observador que se encontra só, mesmo sob uma experiência organizada, é estranha a Habermas, pois há uma diferença salutar entre a realidade perceptível e o “significado compreensível de uma formação simbólica”:

A diferença em termos de nível entre a realidade perceptível e a realidade simbolicamente pré-estruturada traduz-se na diferença entre o acesso *direto* através da observação *da* realidade e o acesso comunicativamente mediado através da compreensão de uma expressão *relativa* a essa mesma realidade. Estes dois pares de conceitos (‘realidade perceptível’ *versus* ‘realidade simbolicamente pré-estruturada’ e ‘observação’ *versus* ‘compreensão’) podem ser correlacionados com um outro par, o de ‘descrição’ *versus* ‘explicação’: com a ajuda de uma frase que represente uma observação, podemos descrever o aspecto observado da realidade. (HABERMAS, 1994, p. 24).

Dessa maneira, através de frases, que assumem a interpretação do significado de uma formação simbólica, podemos explicar o significado da expressão. Isso não significa a eliminação dos elementos descritivos, mas revela diferentes alcances. As explicações teóricas das ciências naturais, por exemplo, serão “mais naturais” quanto melhor forem suas descrições. Isto porque, para essas ciências, o alcance da explicação depende não somente da estrutura externa acessível, mas, sobretudo, do conhecimento de estruturas profundas que se tornam acessíveis à compreensão: “a explicação dos fenômenos naturais empurra-nos numa direção oposta à da explicação do significado das expressões” (HABERMAS, 1996, p. 25).

No caso de uma obra de arte, da ação, do gesto, etc., a explicação está sujeita à orientação dos conteúdos semânticos da formação simbólica. Em outras palavras, a compreensão do conteúdo, nessas situações, lida com um emaranhado de estruturas superficiais, através de recorrentes paráfrases. Podemos vislumbrar que o conceito de natureza humana de Chomsky, ao se aproximar da descrição natural das disposições, apela para a competência, projetando a almejada vida política não nas estruturas de superfície (de conteúdo intersubjetivo). Afinal, a possibilidade de emancipação está vinculada à busca consciente de uma regra latente.

Sobre a noção de consciência das regras, Habermas adverte que as propostas reconstrutivas são orientadas para domínios pré-teóricos e não para opiniões implícitas, pois busca-se um conhecimento intuitivo já comprovado: “a consciência da regra dos falantes competentes funciona como um tribunal de avaliação, por exemplo, no que se refere à gramaticalidade das frases” (HABERMAS, 1994, p. 29). Habermas se interessa pelo método reconstrutivo de Chomsky na medida em que a teoria sintática, a ética, a teoria da ciência etc., começam por frases bem construídas. Afinal, o suporte da performance deve estar vinculado à categoria primária de expressões simbólicas bem produzidas. Fora dessa condição as pretensões de validade universal não poderiam ser estabelecidas¹⁵⁷. Dessa forma, as pretensões de validade universal encontram-se ligadas de forma subjacente ao conhecimento pré-teórico que Chomsky descreve com “grande mérito”, segundo as palavras de Habermas. Até aqui, não haveria problema, desde que tenhamos em conta o paradigma da análise subjacente como uma contribuição lingüística e não política.

¹⁵⁷ Habermas demonstra que um sistema de regras gramaticais é necessário, no sentido lingüístico de que fala Chomsky, porém, a capacidade lingüística deve ser analisada do ponto de vista da pragmática da comunicação humana, que a completa. Não se trata de focar a análise sobre a competência lingüística, mas de descrever sua importância em relação à competência comunicativa, que regula àquela capacidade dos falantes, orientada ao entendimento. Dessa forma, enquanto discurso (social e político), uma frase sempre é formulada em relação à performance. (HABERMAS, 1992).

Sobre um possível viés Kantiano, no paradigma reconstrutivo de Chomsky, Habermas nos diz que, se identificarmos a necessidade de condições *a priori* de possibilidades de experiência, temos em jogo a chamada “análise transcendental” de Kant. Isso significa que deve existir um conhecimento transcendental dos conceitos que, em geral, antecedem a experiência. Ou seja, deve-se buscar o que está além do conhecimento empírico, como condição de estruturação dos objetos da experiência. Segundo Habermas

a idéia subjacente à filosofia transcendental é (para simplificarmos ao máximo) a de que constituímos experiências através da objetivação da realidade a partir de pontos de vista invariáveis. Esta objetivação revela-se nos objetos de um modo geral que são necessariamente pressupostos em todas as experiências coerentes. Por sua vez, estes objetos podem ser analisados enquanto constituintes de um sistema de conceitos básicos. (1996, p. 44).

Como é possível através da citação, sobre Kant, conforme acentua Habermas, o termo “transcendental”, se utilizado para descrever as categorias de Chomsky, poderia esconder a novidade da ruptura deste, frente ao apriorismo tradicional. No gerativismo o amparo num conhecimento *a priori* ou *a posteriori* perde sentido, pois se, por um lado, a consciência da regra para o falante é um *a priori*, por outro lado, é inevitável que a reconstrução desse conhecimento da regra (efetuada pelo lingüista) determine-se pela utilização das estruturas superficiais dos sujeitos empíricos.

A busca do conhecimento *a posteriori*, portanto, é inevitável para construção das hipóteses, sem essa lógica não existiriam propostas reconstrutivas concorrentes, afinal “o conhecimento implícito dos falantes é tão diferente da forma explícita da descrição lingüística que o lingüista não pode confiar na reflexão sobre suas próprias intuições de discurso” (HABERMAS, 1996, p. 44). Em resumo, a conclusão a que se chega é que os paradigmas introduzidos tanto por Chomsky, como por Jean Piaget, por exemplo, “despertaram um tipo de investigação marcado por uma ligação característica entre a análise empírica e formal, mais do que pela sua separação clássica” (HABERMAS, 1996, p. 45).

CAPÍTULO VIII - LINGUAGEM E LIBERDADE.

Depois de estruturarmos uma teoria da aprendizagem humana - **TA (H, D)** - que designa a disposição geral das estruturas mentais, demonstramos a base efetiva do conceito de natureza humana. Nesse sentido, tal como podemos compreender algo sobre línguas intoleráveis para os humanos, no esquema da **TA**, por afinidade é “possível conceber sistemas de organização social com sistemas de moralidade que são humanamente intoleráveis” (OTERO, 1984, p. 153). Diante desse quadro resta-nos, não obstante, detalhar o conteúdo sugestivo expresso pelo conceito de natureza humana. Isto é, precisamos compreender quais são os “instintos e necessidades humanas fundamentais” que podem ligar mais diretamente os trabalhos de Chomsky em teoria da linguagem aos de política.

Logo notaremos que se alguns conceitos são fundamentais para interpretar o conjunto da obra política chomskiana, estes, por sua vez, não figuram num campo teórico alheio a reflexão sobre a linguagem. Na crítica ao poder centralizado, por exemplo, são evocadas as necessidades humanas fundamentais que implicam o citado modelo sugestivo. Por isso acreditamos que ao se demarcar a obra política de Chomsky pelos conceitos de natureza humana e liberdade pode-se encontrar sintonia com temas oriundos da linguagem. Macgilvray (2006), por exemplo, entende que a obra política de Chomsky dispõe de uma singular maneira de justificar racionalmente as afirmações morais e políticas em geral: é necessário ter em vista uma visão da natureza humana e de suas necessidades através de uma ciência objetiva.¹⁵⁸

Justificamos esse diagnóstico pelo fato de haver um projeto intelectual em Chomsky que demarca certos limites para sua teoria social, que não está solta em relação ao restante da obra.¹⁵⁹ Sua posição a respeito da natureza humana e sobre a necessidade de liberdade oferece, portanto, sentido ao ativismo - nas mais diversas circunstâncias. Pode-se dizer que seu pensamento, ao constatar um princípio norteador para a natureza humana, indica um marco para a análise do plano concreto da vida, assim como para a compreensão da história. Destarte, sob o eixo desses dois conceitos a obra política de Chomsky revela, de um lado, o quadro geral de um projeto de teoria social (*visões e objetivos*) e, de outro, o diagnóstico crítico da sociedade presente (*perspectivas práticas*). Dessa maneira, lemos:

¹⁵⁸ Convém notar que o termo “objetivo” não indica uma redução literal entre campos. O modelo sugestivo, baseado numa concepção acessível de natureza humana, por exemplo, é uma espécie de “estratégia provisória”. Serve-se de seus elementos e de sua acessibilidade sabendo da necessidade de melhor fundamentá-los.

¹⁵⁹ Para Carlos P. Otero, por exemplo: “Paralelamente, as estruturas e relações sociais que trata de construir o ativista social (tanto se aspira reformar ou revolucionar) estão sempre baseadas em um conceito de natureza humana, por mais vago e difuso que seja” (OTERO, 1984, p. 154).

por visões, quero dizer a concepção de uma sociedade futura que anima o que realmente fazemos, uma sociedade na qual o ser humano decente pode querer viver. Por objetivos, refiro-me às escolhas e tarefas que estão ao alcance, que perseguiremos, de um modo ou de outro, guiados por uma visão que pode estar distante e obscura. Uma visão animadora deve se apoiar em alguma noção da natureza humana, do que é bom para as pessoas, de suas necessidades e direitos, dos aspectos de sua natureza que deveriam ser alimentados, encorajados e autorizados a florescerem para o benefício próprio e dos outros. A concepção de natureza humana que fundamenta nossas visões é, em geral, tácita e incipiente, mas está sempre presente, talvez de modo implícito, se escolhemos deixar as coisas como estão e cultivar nosso próprio jardim ou trabalhar por pequenas, ou revolucionárias, mudanças. (CHOMSKY, 1996, p. 85).

As chamadas *visões* sobre a sociedade futura vinculam-se, em grande medida, aos ideais da ilustração, juntamente, com certa postura racionalista e romântica.¹⁶⁰ A confluência dessas perspectivas diz respeito a possibilidade da razão recorrer positivamente às propriedades da natureza humana, capazes de direcionar caminhos para resoluções de ordem política. Tal busca da razão não se deixa mostrar facilmente, mas, certamente, há uma fundamentação que não se furta de um vínculo racionalmente justificado. Uma “sociedade decente” diz Chomsky, deve satisfazer certas necessidades humanas fundamentais (*fundamental human need*), próprias da concepção racionalista da mente (CHOMSKY, 2004a, p. 364). Num segundo plano, a própria revolução deverá ser animada por tal vínculo justificado, mesmo que de maneira simplesmente sugestiva ou provisória.

A concepção de que aspectos da inteligência conservam certa independência em relação aos estímulos nos oferece indicações, sobre as limitações das formas de poder, adotadas nas sociedades humanas. Através de uma primeira aproximação, a sugestão fundamental que nos lega o estudo da linguagem para a natureza humana e o emprego do poder é: nossas ações estão vinculadas à capacidade intrínseca de entender e produzir a fala livremente, capacidade entendida como uma atividade criadora única do homem. Além do mais, demonstra-se aí que a aprendizagem não se restringe à mera reprodução mecânica do que é ensinado (CHOMSKY, 2006b). Logo, através da linguagem, temos uma base favorável ao processo de universalização das condições morais e políticas do sujeito:

Considere a linguagem, uma das poucas capacidades humanas distintivas, sobre a qual é muito conhecido. Nós temos razões fortes para acreditar que todas as possíveis linguagens humanas são muito similares [...] A razão é que o aspecto particular da natureza humana que sustenta o crescimento da linguagem permite opções muito restritas. Isso é limitante? Claro. Isso é libertador? Também, é claro. São essas restrições reais que tornam possível para um sistema de expressão do pensamento intrincado e brilhante desenvolver-se de modos similares sobre a base

de uma experiência muito rudimentar, dispersa e variada. (CHOMSKY, 2004b, p. 86).

Chomsky defende que a massa dos princípios intrínsecos próprios da linguagem deve incidir de alguma maneira sobre o comportamento social e intelectual dos indivíduos. Afinal, graças à capacidade de produção infinita de sentenças obtemos a união de diferentes perspectivas cognitivas. O conceito de natureza humana pode, de bom grado, basear-se numa suposição geral alocada através da observação do comportamento lingüístico. A análise do impacto político e social do chamado trabalho criativo ou da criação livre depende da apreciação genérica postulada no conceito de natureza humana, conceito, por sua vez, alçado pela centralidade da linguagem na vida humana. Segundo Carlos P. Otero a ênfase nessa realização do sujeito através da linguagem, na relação estímulo e liberdade é “a chave que podem utilizar os que seguem tendo dificuldade em ver a *unidade de propósito* do ativista e do descobridor da gramática gerativa. Suas idéias políticas e científicas são o resultado de ter-se perguntado, não só pelo que é a linguagem, senão também pelo que é ser humano” (OTERO, 1984, p. 213, grifo nosso).¹⁶¹ O trecho a seguir esclarece melhor essa unidade de propósito:

Se isso for correto, como creio, que um componente fundamental da natureza humana é a necessidade de trabalho criativo, da investigação criativa, de criação livre sem as limitações arbitrarias das instituições coercitivas, se desprende que uma sociedade decente deveria elevar ao máximo as possibilidades de realização desta característica humana fundamental. Isto significa tentar a superação dos elementos repressivos, opressivos, destrutivos e coercitivos que se encontram em toda sociedade real – na nossa, por exemplo – como resíduo histórico. (CHOMSKY, 2006a, p. 38).¹⁶²

Desse ponto de vista qualquer pessoa é perfeitamente competente para abordar assuntos, argumentos ou decisões de ordem política. O universalismo lingüístico, nessa estrita acepção, quando projetado sobre a política revela a necessidade de combater as barreiras sociais que se interpõem à expressão criativa dos sujeitos. Para termos um modo social defensável, a organização social deve estimular a liberdade humana, entendida como expressão autônoma das mentes, já que nas relações estabelecidas pelo sujeito com o mundo,

¹⁶¹ No mesmo sentido Macgilvray enfatiza que, por conta dessa perspectiva filosófica “a obra política e lingüística de Chomsky parece formar parte de um projeto unificado”

¹⁶² No original: “If it is correct, as I believe it is, that a fundamental element of human nature is the need for creative work, for creative inquiry, for free creation without the arbitrary limiting effect of coercitive institutions, then, of course, it will follow that a decent society should maximize the possibilities for this fundamental human characteristic to be realized. That means trying to overcome the elements of repression and oppression and destruction and coercion that exist in any existing society, ours for example, as a historical residue”

mediante o uso da linguagem, se revela o poder de produção de orações sem o controle absoluto de estímulos específicos.

Em 1970 Chomsky publica um importante artigo em torno desse assunto, intitulado justamente de *Linguagem e Liberdade*¹⁶³. Nesse texto o lingüista esclarece que o estudo da Gramática Universal já havia fixado uma faculdade essencial da mente, logo, seria de extremo interesse saber como poderíamos construir a partir daí explicações bem fundamentadas para uma série de outros fenômenos humanos. Esse salto para “outros problemas humanos” seria “natural e apropriado, desde que guardemos em mente a advertência de Schelling de que homem não nasceu apenas para especular, mas também para agir” (CHOMSKY, 2008b, p. 451).

O convite de Chomsky em *Linguagem e Liberdade* é aberto: há pouco proveito em apontar os mecanismos da criatividade lingüística e suas possibilidades sem que analisemos a condição de liberdade ligada à realização desses mecanismos. Retomam-se diferentes leituras apoiadas em Rousseau, Descartes, Stuart Mill, entre outros, através das quais o autor oferece um interessante histórico das idéias em torno da liberdade e da natureza humana. Segundo Chomsky, Rousseau já teria estabelecido a origem e o progresso da desigualdade entre os homens através da dedução da natureza destes. Para o lingüista é a partir desse procedimento que Rousseau fornecerá elementos para a crítica de “praticamente todas as instituições sociais”, entre elas, da propriedade. Se as revoluções deveriam combater aquele poder ilegítimo por natureza, o que interessa precisamente é “o caminho seguido por Rousseau para chegar a essas conclusões, ‘apenas à luz da razão’, a começar por suas idéias sobre a natureza humana. Ele queria ver o homem ‘tal qual a natureza o criou’. É da natureza humana que devem ser deduzidos os princípios do direito natural e os fundamentos da vida social” (CHOMSKY, 2008a, p. 452).

Rousseau, segundo a leitura de Chomsky, compreende a natureza do homem através da inteligência e da liberdade, pois se trata “do único animal dotado de razão”, o restante do mundo animal é destituído de luz e de liberdade, “Portanto, a essência da natureza humana é a liberdade do homem e sua consciência dessa liberdade” (CHOMSKY, 2008a, p. 453). Jamais poderia haver uma tendência natural à servidão, e sendo a liberdade a mais nobre das faculdades do homem, pergunta Rousseau: “ ‘não equivale a degradar sua natureza, a ele se colocar no nível dos animais escravos do instinto, e até ofender o autor de seu ser, renunciar sem reserva ao mais precioso de todos os seus dons [e] submeter-se a cometer todos os crimes

¹⁶³ CHOMSKY, 2008a.

que nos são proibidos por ele, para comprazer a um senhor feroz ou insensato?” (ROUSSEAU, 1964, *apud* CHOMSKY, 2008a, p. 454).

A argumentação de Rousseau segundo Chomsky é notável, pois segue nesse ponto “o modelo cartesiano conhecido”. Modelo segundo o qual o homem está além dos limites da máquina engenhosa que submete os animais. A linguagem, para Descartes, está fora da explicação mecânica, o seu uso normal é criativo e livre do controle por estímulos identificáveis, também é inédita e inovadora. Os pressupostos acerca dos limites da explicação mecânica, e sua incapacidade de explicar a liberdade humana, também levaram Rousseau a elaborar suas críticas às instituições autoritárias. A combinação das especulações citadas poderia desenvolver uma interessante ligação entre a linguagem e a liberdade, afinal

a linguagem, em suas propriedades essenciais e na forma de seu uso, fornece o critério básico para determinar que outro organismo é um ser dotado de uma mente humana e da capacidade humana de liberdade de pensamento e expressão, e que tem a necessidade humana essencial de estar livre das restrições externas da autoridade repressora. (CHOMSKY, 2008a, p. 456).

Apesar das comparações entre Rousseau e Descartes, Chomsky não deixa de comentar as diferenças existentes entre os pensamentos em questão, lembrando que a “faculdade de se aperfeiçoar” - que para Rousseau também é característica do gênero humano - não é discutida, ao que parece, por Descartes. No entanto, mesmo com as diferenças, Chomsky acredita que as observações de Rousseau podem “ser interpretadas como um desdobramento da tradição cartesiana numa direção inexplorada, e não como uma negação e rejeição dela” (CHOMSKY, 2008a, p. 456).

A direção inexplorada surge com o argumento de que os atributos restritivos da mente podem ser o alicerce da natureza humana, evoluindo dentro dos limites estipulados pelas restrições, pois os atributos mentais oferecem exatamente a possibilidade de auto-aperfeiçoamento. Ou melhor, se tais atributos trazem à tona a consciência de liberdade, então eles dão ao homem a “oportunidade de criar condições sociais e formas sociais que maximizem as possibilidades de liberdade, diversidade e auto-realização pessoal” (CHOMSKY, 2008a, p. 457).

Sobre a capacidade de auto-aperfeiçoamento a partir de uma natureza dada, Chomsky propõe uma analogia com a aritmética: os inteiros não deixam de ser um conjunto infinito meramente por não esgotarem os números racionais, assim, o auto-aperfeiçoamento infinito em princípio não nega aquelas propriedades mentais intrínsecas que regulam (que não é o mesmo que determinar) o desenvolvimento do homem. Sua perspectiva para o conhecimento

humano aponta que a manifestação de regras não esgota a realização infinita destas. A criatividade, como vimos, surge pressuposta num sistema de regras e formas determinadas¹⁶⁴, em parte, por capacidades humanas intrínsecas e, sem tais imposições, o nosso comportamento seria arbitrário e casual, não seríamos capazes de atos criadores: “Minha impressão pessoal é que a capacidade humana fundamental é a necessidade de auto-expressão criadora, a necessidade de livre controle da própria vida e do pensamento em todos os aspectos. Uma projeção particularmente importante dessa faculdade é a utilização criadora da linguagem enquanto livre instrumento de pensamento e expressão” (CHOMSKY, 1969, p. 37).

Se a analogia para o funcionamento do sistema de regras é de ordem matemática e se uma série finita pode gerar infinitas realizações nos números reais, nesse sentido, aparece uma interessante possibilidade para o desenvolvimento da capacidade cognitiva: o seu livre desenvolvimento suscita o florescimento de potencialidades. A criação livre desponta-se como possibilidade infinita, realizável sob a auto-organização descentralizada e democrática do poder, da economia, e das instituições humanas em geral, assim

suponhamos que deixam de existir as condições sociais e materiais que impedem o livre desenvolvimento intelectual, pelo menos para um determinado número substancial de pessoas. Assim, a ciência, a matemática e a arte floresceriam fazendo pressão sobre os limites da capacidade cognitiva. (CHOMSKY, 1975a, p. 137).¹⁶⁵

Ao mesmo tempo Chomsky adverte que não há nesse campo fundamentação científica rígida que exponha, por exemplo, a natureza humana em si através de uma regra formal, como na gramática gerativa. A objetividade a ser alcançada para a natureza humana é de outro nível. Temos aqui simplesmente uma categoria peculiar ou uma projeção, extraída da análise geral da linguagem como um produto do conhecimento (TA). Esse procedimento de justificação indireta da natureza humana - tocado pela teoria da acessibilidade - é também chamado de *análise negativa*. Através desse procedimento poderíamos estipular elementos para a “política e os programas sociais”, constituindo uma argumentação razoável já que

o estudo das propriedades formais da linguagem revela algo da natureza do homem de uma maneira negativa: sublinha, com grande claridade, os limites de

¹⁶⁴ Para Chomsky a verdadeira criatividade “equivale a ação livre dentro do marco de um sistema de regras”. Sem estruturas mentais inatas “os humanos são organismos puramente plásticos e informes, então são objetos ideais para o modelamento da conduta. Se os humanos só chegam a ser o que são mediante mudanças controladas, porque não controlar então sua sorte através da autoridade estatal, ou pelo tecnólogo behaviorista, ou por outro meio qualquer?”.(CHOMSKY, 1969, p. 39).

¹⁶⁵ No original: “Suppose that the social and material conditions that prevent free intellectual development were relieved, at least for some substantial number of people. Then, science, mathematics, and art would flourish, pressing on towards the limits of cognitive capacity” (CHOMSKY, 1975b, p. 125).

nossa compreensão daquelas qualidades da mente que são, ao que parece, exclusivas do homem e que devem imprimir seu selo em suas realizações culturais de uma maneira íntima, [mas] completamente obscura. (CHOMSKY, 2008a, p. 556).

Se para Chomsky não temos uma teoria social científica comparável à gramática gerativa, obviamente, como vimos, não quer dizer que não tenhamos nada. Algo pode ser feito *negativamente*, pode-se provar que um conjunto de princípios determinados torna-se insustentável, isso “não justifica diretamente uma filosofia social, porém a apóia indiretamente, eliminando algumas das alternativas propostas” (OTERO, 1984, p. 195). Ou seja, não temos o desvelamento filosófico de incompatibilidade entre dois princípios de um sistema, porém, temos a demonstração da plausibilidade de certas teorias inteligíveis.¹⁶⁶

A refutação do conceito de natureza humana, behaviorista, por exemplo, é pautada pela análise da impossibilidade (ou inacessibilidade) deste, como já notamos. Não há necessidade de construir um conceito de natureza humana científico para, então, refutar outros modelos (apesar desse projeto ser altamente desejável). Não se trata da contraposição de um sistema a outro. A doutrina de um organismo vazio ou de uma natureza humana plástica pode ser descartada peremptoriamente devido a sua “inabilidade fundamental”. Da mesma forma, as especulações sobre os limites da capacidade cognitiva ganham espaço por sua demonstrada razoabilidade.

Além do mais, ao ver de Chomsky, com o uso da tese radical da *tabula rasa* para o espírito humano (o que não é tangível sequer em David Hume), advém o risco de justificação de formas coercitivas de poder. Tanto os Estados “democráticos” capitalistas, quanto os chamados socialistas de Estado podem interferir na esfera crucial da natureza humana (ação/criação livre) quando adotam a doutrina do “organismo vazio” como suporte para o uso do poder, uma vez que

o princípio de que a natureza humana, nos seus aspectos psicológicos, não é mais do que um produto da história e de determinadas relações sociais retira todas as barreiras à imposição e manipulação por parte dos poderosos. Também este fato pode - a meu ver - bastar para a adesão dos ideologistas intelectuais qualquer que seja a sua convicção política. Já pus à discussão a semelhança impressionante das doutrinas desenvolvidas por socialistas partidários da autoridade e ideologistas do capitalismo de estado, que constituem um sacerdócio secular reclamando autoridade absoluta, tanto espiritual como laica, em nome dum conhecimento

¹⁶⁶ Um caso clássico dessa refutação negativa está no polêmico artigo contra Skinner “A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior”. Nota-se que Chomsky não está interessado em substituir uma concepção de natureza humana por outra, simplesmente infere que a concepção de Skinner não é plausível ou logicamente acessível. (*Id.*, 2008b).

científico laico da natureza dos homens e das coisas. (CHOMSKY, 1975a, p. 145).¹⁶⁷

A capacidade cognitiva imprime um *selo* sobre as realizações humanas nas suas várias formas de expressão intelectual e, indica-nos também, os limites do uso do poder. Propõe-se então que os espíritos criadores se aproximem dos limites dessa capacidade aperfeiçoando-a. A capacidade cognitiva em questão, referente à natureza humana, é genericamente comparável ao processo de desenvolvimento da linguagem. Manifesta-se a necessidade de um ambiente rico e aberto para seu desenvolvimento, pois, em último caso, o organismo preserva consigo as potencialidades não estimuladas pelo mundo. Se o entorno não é favorável ao desenvolvimento das capacidades cognitivas haverá uma situação basicamente inibidora. O conceito de *Bildung*, segundo Carlos P. Otero, pode esclarecer a função libertadora dessa filosofia:

As duas condições fundamentais dessa liberdade são a maximização do desenvolvimento do indivíduo e a diversificação das situações. Básico nesta filosofia é o conceito de *Bildung*, que tem sido interpretado como «o desenvolvimento mais completo, mais rico e mais harmonioso de todas as potencialidades do indivíduo, da comunidade, ou do gênero humano». Isto leva naturalmente a mais variada «diversidade», outro conceito chave de sua filosofia. (OTERO, 1984, p. 162).¹⁶⁸

Com base nas restrições que aviltam nosso caráter, o diagnóstico político de Chomsky assinala a existência de uma “crise de modernismo”. Tal crise se configura pelo declínio acentuado do acesso aos produtos dos espíritos criadores, circunstância que se manifesta, por exemplo, na imprecisão da distinção entre “arte e quebra-cabeças”. Ao lado dessa questão temos o exacerbado profissionalismo da vida intelectual, tanto naqueles que produzem trabalho criador¹⁶⁹, quanto no público em geral. Dessa forma

¹⁶⁷ No original: “The principle that human nature, in its psychological aspects, is nothing more than a product of history and given social relations removes all barriers to coercion and manipulation by the powerful. This too, I think, may be a reason for its appeal to intellectual ideologists, of whatever political persuasion. I have discussed elsewhere the striking similarity in the doctrines evolved by authoritarian socialists and ideologists of state capitalism, those who constitute “a secular priesthood is claiming absolute authority, both spiritual and lay, in the name of unique scientific knowledge of the nature of men and things” (CHOMSKY, 1975b, p. 133).

¹⁶⁸ No original: “Las dos condiciones fundamentales de este libertarismo son la maximización del desarrollo del individuo y la diversificación de las situaciones. Básico en esta filosofía es el concepto de *Bildung*, que há sido interpretado como «el desarrollo más completo, más rico y más armonioso de todas las potencialidades del individuo, la comunidad o el género humano». Esto lleva naturalmente a la más variada «diversidad», otro concepto clave de su filosofía” (OTERO, 1984, p.162).

¹⁶⁹ Cabe dizer que a “maior liberdade” neste caso não consiste na abertura dos mercados para o capital, a natureza humana para Chomsky não é caracterizada como utilitarista ou egoísta em essência, para Otero, por exemplo, Chomsky está mais próximo de Humboldt: “la propensión más definitoria del ser humano (que para Smith es por naturaleza egoísta y tiene una aversión innata al trabajo), es de carácter comercial y utilitario (el afán de lucro), idea que tiene no poco de absurda. Por el contrario, para Humboldt la propensión humana más definitoria es de carácter eminentemente creativo, a saber, la autorrealización personal” (*Ibid.*, p. 161).

seria de esperar que, nesta fase da evolução cultural o desrespeito pelas convenções baseadas fundamentalmente na capacidade cognitiva humana se transformasse virtualmente numa forma de arte. Pode ser que algo deste gênero tenha vindo a acontecer na história dos últimos tempos. Mesmo que estejam corretas, estas considerações não levariam a negar que existe certamente um vasto potencial criador até agora por explorar, nem a ignorar o fato de que, para a maioria da raça humana, a privação material e as estruturas sociais opressivas tornam estes problemas acadêmicos, para não dizer obscenos. (CHOMSKY, 1975a, p.137).¹⁷⁰

A comparação genérica que Chomsky admite na relação entre os domínios cognitivos e a esfera de ação humana leva-o a uma interessante análise da produção intelectual moderna. A presença de certas condições (materiais e sociais) torna-se necessária para que se exerça pressão sobre os limites da capacidade cognitiva que, desse modo, poderia desenvolver o trabalho criador, a arte e outros produtos latentes ao espírito. Presenciamos a existência de um vasto potencial a espera de um desenvolvimento pleno. Trata-se de questionar as estruturas sociais que atuam como barreiras ao processo de desenvolvimento humano. A tirania privada das corporações do capital, em contraposição à autogestão da produção por parte dos próprios trabalhadores, é um dos exemplos das barreiras constantemente mencionadas por Chomsky. O fundo comum dessas críticas está no sentido das transformações necessárias, inclui-se como imperativo que toda cultura moral brote

única e imediatamente da vida interior da alma e só pode ser estimulada a partir da natureza humana, e nunca produzida por maquinações externas e artificiais [...] O que quer que não brote da livre escolha do homem, ou que seja apenas o resultado de instrução e orientação, não penetra em seu ser mais profundo, mas ainda permanece estranho à sua verdadeira natureza. Nesse caso, o homem não atua movido com energias verdadeiramente humanas, mas apenas com exatidão mecânica. (CHOMSKY, 2008b, p. 83).

O estabelecimento de um potencial criativo e a justaposição de limites para seu desenvolvimento, como vemos, estipulam um núcleo ético para a ação almejada pelos homens, e, ao mesmo tempo, estrutura um campo para o julgamento político das instituições que, não cumprindo o que é potencialmente ético, se tornam entraves diretos ao desenvolvimento livre do potencial criativo¹⁷¹. Contra o embrutecimento da vida produtiva, Chomsky nos alerta que

¹⁷⁰ No original: “Mockery of conventions that are, ultimately, grounded in human cognitive capacity might be expected to become virtually an art form in itself, at this stage of cultural evolution. It may be that something of the sort has been happening in recent history. Even if correct, such speculations would not lead us to deny that there is surely a vast creative potential as yet unexplored, or to overlook the fact that for most of the human race, material deprivation and oppressive social structures make these questions academic, if not obscene” (CHOMSKY, 1975b, p. 125).

¹⁷¹ Segundo Otero “Independente do que a ciência possa ou não oferecer no futuro, a questão da natureza humana (a questão da estrutura da mente/cérebro) tem um grande interesse social.

os animais apenas produzem pela imposição de necessidades físicas diretas, enquanto o homem produz quando livre de necessidades físicas e só produz verdadeiramente quando completamente alheio a tal necessidade. De acordo com este critério, a história humana mal começou para a maioria da humanidade. (CHOMSKY, 2008b, p. 138).

A crítica social de Chomsky, articulada pelo conceito de natureza humana, com claro viés epistemológico, já se manifestava nas divergências entre a doutrina empiricista e racionalista que, além de aspectos conceituais, revelaram em suas disputas um candente contexto político. Chomsky acentua que o empirismo de Locke, por exemplo, se caracterizou pelo enfrentamento nos debates morais e religiosos do século XVII. O empirismo, então, esteve associado ao combate do obscurantismo religioso, opondo-se àquela doutrina pessimista, segundo a qual os seres humanos estão escravizados por uma natureza inalterável que os condena a servidão intelectual, como também à privação material perpetrada por instituições eternamente consolidadas. Frente a isso o empirismo pôde, portanto, ser entendido como uma doutrina de progresso e esclarecimento. Por outro lado, a adesão ao empiricismo extremado esteve ligada ao sistema colonial e sua ideologia exploratória. Com o cartesianismo, todavia, a natureza humana ganha outro sentido:

O anti-abstracionismo e o anti-empirismo da filosofia cartesiana estão ligados à preocupação com a liberdade humana. Mais genericamente, o modelo racionalista de homem é concebido para defender um espírito ativo e criador que não é pressionado nem do exterior, para o interior, nem considerado adaptável [...] O pensamento cartesiano constitui um vigoroso esforço para afirmar a dignidade da pessoa humana [...] [em contraste] a concepção empirista de tábua rasa da aprendizagem é um modelo manipulador (BRACKEN 1974, p.16 apud CHOMSKY, 1975a, p. 128).¹⁷²

A observação de Bracken parece exata para Chomsky, tanto do ponto de vista conceitual, quanto histórico. Graças à análise negativa é possível recusar certos caminhos da configuração moral. Se afirmarmos que o organismo humano é plástico e não estruturado, se admitirá também certa direção natural para o poder:

“Em definitivo, o conceito de natureza humana é a noção básica de toda possível teoria da sociedade. Parece razoável assumir que uma sociedade justa e decente leva a satisfação das necessidades humanas intrínsecas, a que permitam as condições materiais da época” (OTERO, 1984, p. 154).

¹⁷² No original: “the anti-abstractionism and anti-empiricism of cartesianism are connected with concern for human freedom. More generally, the rationalist model of man is taken to support an active and creative mind which is neither impressed from ‘outside’ to ‘inside’ nor considered to be malleable...Cartesian thought constitutes a vigorous effort to assert the dignity of the person... [in contrast] the empiricist blank tablet account of learning is a manipulative model”. (BRACKEN, 1976, p.16 *apud* CHOMSKY, 1975b, p.131).

A doutrina empirista pode ser facilmente moldada numa ideologia do partido de vanguarda que reclama para si autoridade de conduzir as massas a uma sociedade que será governada por uma ‘burocracia vermelha’ contra a qual Bakunin nos preveniu. E será assim facilitada a tarefa dos tecnocratas liberais ou diretores coletivos que monopolizam ‘O vital tomar de decisões’ em instituições duma democracia capitalista de estado, espancando as pessoas com o seu próprio pau, no dizer enérgico de Bakunin (CHOMSKY, 1975a, p. 145).¹⁷³

Logo, a doutrina empiricista da natureza humana pode servir de esteio para a manutenção centralizadora do poder capital de tomar decisões - fator válido tanto para a vanguarda socialista quanto para as tecnocracias liberais. O homem sem direções torna-se um objeto, moldado pelo direcionamento político do mais forte. A posição epistemológica de que o organismo humano é puramente plástico e adaptável, deste modo, levanta precedentes para diferentes convicções políticas interessadas na justificação de atos escusos. Dessa maneira a crítica da concepção de natureza humana, bem como a própria explicitação desse debate, tornam-se cruciais para o ativista. Mesmo que a compreensão da natureza humana seja precária (do ponto de vista científico), os indícios da análise genérica, chamada também de análise negativa, são suficientes para denegar o ponto de vista de uma natureza humana plástica e maleável.

Na crítica da utilização das prerrogativas do homem plástico, encontra-se sob análise a justificação do poder, assim como seu lugar na sociedade almejada. É o poder, portanto, um dos esforços interpretativos centrais da reflexão suscitada pelo conceito de natureza humana: “é necessário entender cabalmente a natureza do poder” Quem exerce o poder deve ter por finalidade a justiça segundo as necessidades humanas fundamentais. Há como obrigação a exposição de argumentos ou abandono da luta, ou seja, há de se justificar que a revolução social tem por finalidade a justiça, que tem por finalidade satisfazer necessidades humanas fundamentais e, não somente, recolocar no poder algum outro grupo com ênfase centralizadora. (CHOMSKY, 2006a, p.83).

O exercício do poder obtém a salvaguarda da justiça¹⁷⁴ se for praticado nas circunstâncias de respeito ao que se categoriza pelo caráter da espécie e seu melhor destino. A

¹⁷³ No original: “Empiricist doctrine can easily be molded into an ideology for the vanguard party that claims authority to lead the masses to a society that will be governed by the “red bureaucracy” of which Bakunin warned. And just as easily for the liberal technocrats or corporate managers who monopolize “vital decision-making” in the institutions of state capitalist democracy, beating the people with the people’s stick, in Bakunin’s trenchant phrase” (*Ibid.*, p. 132).

¹⁷⁴ Chomsky gradua a questão da “sociedade futura” da seguinte forma: haverá legalidade parcial ou total das instituições na medida em que estas se aproximam da realização da natureza humana, para tanto, deve-se postular uma justiça ideal, que se delinea através de uma “sociedade ideal em nossas mentes”. Para Chomsky estamos em condições de imaginar e avançar rumo a tal sociedade com um melhor sistema de justiça. (Cf.

análise do exercício do poder (se é justo ou não) é indicada pela aproximação deste na realização do caráter da espécie. Por essa articulação Chomsky chega à necessidade de crítica da vanguarda socialista, como também, por consequência, da tecnocracia capitalista. Trata-se de modelos incapazes de justificar o uso do poder pelos meios do caráter da espécie:

Já pus a discussão à semelhança impressionante das doutrinas desenvolvidas por socialistas partidários da autoridade e ideologistas do capitalismo de estado, que constituem um sacerdócio secular reclamando autoridade absoluta, tanto espiritual como laica, em nome dum conhecimento científico único da natureza dos homens e das coisas. (CHOMSKY, 2008b, p. 145).

Seja como for, o reclame do poder e seu exercício devem estar amparados pelo princípio de justiça, forjado pela ótica criativa da natureza humana. O exercício do poder quando não se expõem à luz da natureza humana torna-se injusto, portanto, passível de ser colocado em questão.¹⁷⁵ Temos aí, conseqüentemente, a estruturação de uma teoria da libertação social. O conceito de natureza humana deve fundamentar e guiar esse processo. Chomsky separa como tarefas dessa teoria as prioridades radicais e as futuras ou, de longo prazo. As prioridades radicais impõem-se como aquelas ações urgentes, reformadoras e de progresso temporário, das quais não devemos nos furtar. A oposição à guerra do Vietnã foi um exemplo de prioridade radical (pragmática) que compunha o rol de responsabilidades do intelectual. Já as tarefas de longo prazo são aquelas reguladas conceitualmente, visam-se sociedades onde vigore o melhor modelo para a natureza humana (potencialmente latente) através, por exemplo, da prática ampla do poder descentralizado.¹⁷⁶

Há nessa tarefa conceitual uma estrutura a ser seguida pela análise política, essa composição vincula-se, de modo especial, à epistemologia da linguagem. As estruturas intrínsecas do espírito estão subjacentes ao desenvolvimento de estruturas cognitivas, o caráter da espécie regula o esquema de crescimento da consciência normal, da realização cultural e até mesmo a participação numa comunidade livre e justa. As tarefas de prioridade

CHOMSKY, 2006.)

¹⁷⁵ Não basta, porém, que um grupo político encarne o uso justificado do poder, nesse ponto reside a natureza libertária/anarquista da filosofia de Chomsky, a centralização do poder na figura de organismos de mando/obediência não atende à realização criadora dos espíritos: “A visão de uma futura ordem social, por sua vez, baseia-se num conceito de natureza humana. Se de fato o homem é um ser infinitamente maleável, completamente flexível, sem estruturas mentais inatas e sem necessidades intrínsecas de caráter cultural ou social, ele é um objeto adequado à ‘moldagem do comportamento’ pela autoridade do Estado, pelo dirigente da empresa, pelo tecnocrata ou pelo comitê central. Os que têm alguma confiança na espécie humana hão de esperar que não seja assim e tentarão determinar as características humanas intrínsecas que proporcionam o arcabouço para o desenvolvimento intelectual, o crescimento da consciência moral, as realizações culturais e a participação numa comunidade livre” (CHOMSKY, 2008b, p. 466).

¹⁷⁶ Dessa maneira “A reconstrução radical da sociedade precisa procurar meios para liberar o impulso criativo e não para estabelecer novas formas de autoridade” (*Ibid.*, p. 82).

radical devem, então, enquadrar-se num modelo maior, aquele correspondente à sociedade almejada. Na busca em questão

por outro lado, resultados positivos deste esforço podem revelar que estas paixões e instintos talvez consigam por termo aquilo a que Marx chamou a 'pré-história' da sociedade humana. Ao deixarem de ser reprimidas e deformadas pelas estruturas sociais competitivas e autoritárias, essas paixões e instintos podem preparar uma nova civilização científica onde a 'natureza animal' é ultrapassada e uma natureza humana pode verdadeiramente florescer. (CHOMSKY, 2008b, p. 147).

Ao mesmo tempo é necessário esclarecer que não existiria um florescimento dependente do despertar da natureza humana em si, para Chomsky a linguagem superficial ou ordinária (do orador ativista) é vital para o esclarecimento dos benefícios da autogestão criativa da vida. A mesma linguagem ordinária capaz de conduzir as mentalidades de forma desastrosa, é um instrumento moral do ativista, responsável pela clareza e coerência que os homens possam vir a despertar a respeito das potencialidades e demandas de sua natureza intrínseca. A linguagem ordinária é capaz de persuadir os homens sobre condições mais ricas e amplas da existência:

Se os homens puderem ser persuadidos do valor inerente da autogestão e da vida criativa, eles também poderão avançar na direção de uma sociedade mais humana, sem passar pela violência revolucionária que 'numa democracia é infinitamente perigosa', já que pode destruir o delicado tecido da vida civilizada. (CHOMSKY, 2008a, p. 89).

Temos aqui um paradoxo curioso, aparentemente não tratado por Chomsky. A crítica da vanguarda leninista, cujo *locus* recorre à natureza humana e suas relações com o poder institucional, reintroduz sorratamente a necessidade do intelectual como porta-voz do esclarecimento possível ou desejável da "autogestão e da vida criativa. Os processos de propaganda e educação tornam-se imprescindíveis, nesse caso, para o esclarecimento da verdade revolucionária. É fato que Chomsky tenta atenuar a questão ao propor uma análise entre os interesses funcionais que alimentam a política do império e, refletem-se no seu aparato ideológico, mas "é verdade que as pessoas não estão no meio da rua se revoltado – é só olhar pela porta e constatar isso" (CHOMSKY, 2005, p. 100). Por isso o papel do intelectual torna-se central, de qualquer ponto que se olhe - talvez não mais para persuadir sobre a necessidade de um novo controle centralizador, mas, justamente para esclarecer sobre a potencialidade criativa da gestão livre da vida.

Em posse dos conceitos de natureza humana e liberdade, podemos passar rapidamente a uma descrição das tarefas do intelectual concebidas por Chomsky. O campo dessas tarefas

empreende-se numa investigação através de vários centros do poder. Portanto, convém delimitar as questões políticas aqui trabalhadas. É importante lembrar ao leitor da vastidão da obra política de Chomsky. Tal obra, nesse campo, cobre uma vasta gama de assuntos que envolvem desde a política externa dos EUA, até o exame da mídia de massas naquele país. Boa parte desses textos, conseqüentemente, se caracteriza por análises conjunturais. É claro que Chomsky não trabalha com todos os problemas sociais e políticos que transcorrem em nossa época. Seu trabalho centra-se nas discussões sobre certos Estados e suas clientelas, situadas geralmente em áreas estratégicas (tal como na relação entre os EUA e Israel). O conjunto desse temário constitui-se pela variedade de informações relativas às “Razões de Estado”.

Das análises conjunturais em questão surgem algumas formulações gerais, encontradas, por exemplo, no chamado Problema de Orwell, ao qual nos dedicamos brevemente. Esse problema consiste em explicar por que motivo se sabe tão pouco sobre nossas sociedades, mesmo que a evidência contrária (que em muitos casos nos é acessível) seja tão rica. George Orwell, tal como muito dos intelectuais do século XX, ficou impressionado com a capacidade dos sistemas totalitários para infundir crenças, que são defendidas com certa estabilidade e vastamente aceitas, mesmo que não tenham qualquer fundamento. Em muitos casos essas crenças são simplesmente contraditadas por fatos óbvios do mundo que nos cerca. Para elucidar o problema de Orwell, deve-se buscar pelos fatores institucionais que bloqueiam o discernimento e a apreensão em áreas cruciais da nossa vida. Ou seja, deve-se identificar aquela forma de persuasão (e seu centro de poder) contrária ao livre desenvolvimento humano.

Milhares de páginas de documentação pormenorizada demonstraram que nas sociedades democráticas liberais também surgem doutrinas de “religião de Estado”. Essas doutrinas estão firmemente arraigadas nas mentes e são largamente aceitas. Em muitos casos a retórica produzida pela religião do Estado desafia fatos óbvios, com evidentes provas contrárias para o senso comum. A construção e propagação de doutrinas desse gênero estão em muitos casos associadas à *intelligentsia*, responsável pelo trabalho da manufatura do consentimento (Walter Lippman) ou da engenharia do consentimento (Edward Bernays). Essa engenharia é considerada essencial em sociedades que já não podem impor o conformismo e a obediência através da violência pura. Onde a linguagem tornou-se “livre” por assim dizer, é indispensável uma nova configuração para aprisioná-la.

A revelação contrária aos dogmas reproduzidos pela *intelligentsia* independente de qual for a sua força, tem em geral, um efeito praticamente nulo sob os núcleos principais da vida intelectual respeitável. A religião do Estado afasta naturalmente a investigação e a

compreensão do funcionamento autêntico das instituições dominantes. Um novo mandarinato constituído por intelectuais a serviço do poder do império se constitui. Como base no princípio orwelliano, temos nesse sentido a divisa: “ignorância é força”.

Chomsky nos lembra que as decisões políticas em tal cenário de manipulação, em geral, também são tomadas sobre julgamentos que têm por fundo alguma concepção de natureza humana. No mundo da manufatura do consentimento transparece o ponto de vista do mito de um “homem econômico”, como um agente absolutamente livre. Para Chomsky as sociedades contemporâneas “democráticas” - o caso paradigmático em análise centra-se nos EUA, exportador desse modelo - desenvolvem sofisticadas práticas de controle dos seus cidadãos. As grandes organizações do capital, através das corporações privadas, que controlam a economia e o Estado, refreiam simultaneamente o pensamento ou questionamento possível sobre o desmensurado poder privado. Há nessas circunstâncias um deliberado controle da compreensão, exercido pela propaganda, que comporta as dimensões da vida em âmbitos restritos aos interesses de pequenos grupos. A proclamada economia de livre mercado, por exemplo, esconde em sua legenda situações evidentes de excessivo controle privado. As grandes corporações do capital, nesse caso, são nitidamente subsidiadas pelo Estado através de políticas protecionistas, temos uma espécie de “Estado de bem-estar para os ricos” que é aceito de bom grado:

Mas é um simples truísmo dizer que o Estado representa apenas um segmento do eixo de poder. O controle dos investimentos, da produção, do comércio, das finanças, das condições de trabalho e de outros aspectos cruciais da política social está nas mãos de particulares [...] a expressão bem-falante é moldada pelas mesmas forças privadas que controlam a economia. É predominantemente dominada por grandes empresas, que vendem índices de audiência aos anunciantes e, naturalmente, refletem os interesses dos proprietários e de seu mercado. Portanto, a capacidade de articular e transmitir as próprias idéias, preocupações e interesses – ou até de descobri-los – fica também estreitamente limitada. (CHOMSKY, 2003, p. 462).

A política exterior dos EUA, em consonância a essa estrutura, se caracterizou (e ainda o faz) sistematicamente pela intervenção, direta ou indireta de diversos territórios, a fim de lograr fracassos em movimentos populares ou nacionais que se desenvolvessem de maneira autônoma. Buscou-se refrear a ação daqueles Estados que podiam vir a quebrar a lógica dos “ideais” de uma economia de mercado. O desenvolvimento independente ou mais ou menos separado da esfera de influência doutrinária é a ameaça real ao “mundo livre” que, nesses termos, podemos entender como o mundo dos negócios. As posições “idealistas” dos EUA foram e continuam a ser a obtenção do máximo de controle para que as estruturas de interesse

sigam da maneira mais estável possível. Entendendo-se por estabilidade o que for necessário ao controle e acesso livre aos mercados, tanto pelos EUA quanto para seus Estados clientes.

Chomsky graceja do interesse por liberdade manifesto pelos “desinteressados pacificadores de Washington”. Aqui a expressão liberdade de mercado significa, ao seu ver, simplesmente “a liberdade dos ricos para atuar conforme seus desejos”. As campanhas intervencionistas renovam seus estoques de argumentos, mas o fundo estratégico permanece o mesmo pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.¹⁷⁷ Desse ponto de vista seria mais preciso dizer que nos EUA, essencialmente “existe um único partido político – o partido empresarial – com duas facções. As coalizões mutáveis dos investidores respondem por grande parte da história política [...] o sistema ideológico é limitado pelo consenso dos privilegiados. As eleições são, basicamente, uma forma de ritual” (CHOMSKY, 2003, p. 463).

Para Chomsky o tratamento especializado dos comentadores (ou mandarins) sobre os acontecimentos relevantes ao público, tal como sobre as guerras travadas pelos EUA, carrega freqüentemente uma suposta aura de complexidade e profundidade, típicas da ilusão do sistema doutrinário.¹⁷⁸ A distância e estranhamento provocados pela linguagem especializada acabam por apresentar os problemas coletivos como alheios ao interesse da população, o efeito desejado é o de convencê-la de sua incapacidade para organizar seus próprios assuntos sem a tutela de intermediários. Uma das tarefas do intelectual responsável, segundo Chomsky, está em oferecer informação fidedigna e animar os indivíduos a superar a apatia: “Essas informações estão acessíveis, mas somente para fanáticos: para desenterrá-las é preciso gastar boa parte da vida na procura. Nesse sentido, as informações estão acessíveis. Mas essa ‘acessibilidade’ é pouco significativa na prática” (CHOMSKY, 2007a, p.38). A impassibilidade e falta de vontade são os produtos esperados da propaganda.

A diferença a que se refere Chomsky entre as sociedades totalitárias e as ditas democráticas, no campo da propaganda, é que o controle ideológico dá a impressão de que

¹⁷⁷ Para exemplos explícitos da política externa dos EUA conferir, por exemplo, *Contendo a Democracia e Towards a New Cold War*. Nesses e em outros textos encontram-se análises detalhadas que se reportam diretamente aos documentos oficiais do governo.

¹⁷⁸ Colocar a questão tão diretamente merece no mínimo alguma referência. A argumentação de Chomsky jamais se desenvolve sem que se retire da própria *intelligentsia* seus argumentos: “A imprensa oficial do governo dos Estados Unidos é uma fonte inesgotável para a exploração do padrão moral e intelectual desse aconselhamento especializado. Em suas publicações, podemos ler, por exemplo, o depoimento do professor David N. Rowe, diretor de estudos de pós-graduação em relações internacionais da Universidade de Yale, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. O professor Rowe propõe que os Estados Unidos comprem todo o excedente da produção canadense e australiana de trigo, para que haja um surto de fome em massa na China. Eis suas palavras: ‘Naturalmente, não estou falando disso como uma arma contra o povo chinês. Ela será. Mas só incidentalmente. Será uma arma contra o governo, pois a estabilidade interna do país não pode ser mantida por um governo inamistoso ante uma situação de fome generalizada.’ O professor Rowe não se atrapalha com essa espécie de moralismo sentimental que nos poderia levar a comparar sua proposta, por exemplo, com a Ostpolitik de Hitler na Alemanha” (CHOMSKY, 2006, p. 386).

não há censura, o que é correto num sentido estritamente técnico. Chomsky lembra que mesmo após todos seus anos de ativismo não chegou a ir para a cadeia por revelar fatos ou mesmo por proclamá-los para todos com quem fosse possível se comunicar. Quando foi preso durante a guerra do Vietnã, o motivo estava no fato de ter incitado a desobediência civil, em defesa daqueles jovens que recusaram o alistamento militar. Apesar da relativa “liberdade” de expressão, contudo, os resultados do controle em sociedades democráticas “são muito semelhantes aos que existiriam se houvesse censura de verdade. A realidade social, em termos gerais, é escondida pela *intelligentsia*” (CHOMSKY, 2007a, p. 39).

Em *O Poder Americano e os Novos Mandarins*, livro publicado em 1967, Chomsky constata a incrível uniformidade (ou manufatura) de opiniões existentes nos EUA durante a guerra do Vietnã. Através da análise dos comentários da imprensa, de historiadores e políticos, ressalta-se o papel crucial exercido pela *intelligentsia* na construção de valores padronizados, cuja inclinação ideológica se centra sob a verdade oficial do governo. Em 1961, por exemplo, a Força Aérea dos Estados Unidos deu início a ataques diretos contra a população rural do Vietnã do Sul, por meio de bombardeamentos pesados e desfolhação de grandes áreas. Deslindava-se então um programa que ambicionava “conduzir milhões de pessoas para acampamentos’ seguros. Cercados de arame farpado e de guardas armados, essas pessoas ali seriam “protegidas” da influência dos guerrilheiros, os chamados “Vietcongues”, uma divisão sulista da antiga resistência anti-francesa (Vietminh)¹⁷⁹.

O pretendido programa é o que se chama de agressão ou invasão, quando empregado por inimigos dos EUA, “mas que se aplicado por nós”, torna-se imediatamente legítimo, uma verdadeira Razão de Estado. Vários oficiais e analistas americanos chegaram a reconhecer que o governo instalado no Sul, pelos EUA, não era legítimo, pois tinha um precário apoio popular. A chefia desse governo foi derrubada regularmente por golpes apoiados pelos Estados Unidos, principalmente nos momentos em que se temia a recusa da intensificação da agressão americana, ou ainda, quando as negociações de um acordo com o inimigo sul-vietnamita começavam a se estabelecer. Antes da invasão americana em larga escala, em 1962, já haviam sido mortos aproximadamente 70.000 vietcongues, numa campanha literalmente “terrorista dirigida pelos Estados Unidos”.

Logo depois, por volta de 1965, o número de mortos elevou-se para o dobro, segundo estimativas oficiais. Após 1962 os americanos continuaram a dificultar as tentativas de acordo

¹⁷⁹ Vietminh foi uma organização política (Liga para a Independência do Vietnã) formada em 1941 por nacionalistas que apoiaram o movimento comunista da Indochina até 1951.

político. A “diplomacia” americana tornou impossível a neutralização do Vietnã do Sul. Em 1964 iniciaram-se os preparativos para intensificar a guerra contra o Sul. Já no começo de 1965 sucederam-se ataques em simultâneo contra o Vietnã do Norte, Laos, e mais tarde, até mesmo contra o Camboja. A visão unilateral desses eventos tem sido sistematicamente abordada por Chomsky:

Durante os últimos 22 anos, tenho procurado, em vão, encontrar nos principais jornais e trabalhos de investigação americanos, *uma única* referência a uma «invasão americana do Vietnam do Sul ou a uma «agressão» americana ao Vietnã do Sul. No sistema doutrinal dos Estados Unidos não existe tal acontecimento (CHOMSKY, 1994, p. 269).

No auge da objeção à guerra, apenas uma ínfima parte dos intelectuais americanos podia reconhecer, por uma questão de princípios, a ilegitimidade da guerra. Chomsky notou, com profunda surpresa, um largo espectro de uniformidade nas opiniões da maioria dos “críticos”, que só se opuseram à guerra, “muito depois de os círculos principais de negócios o terem feito, com base na questão ‘pragmática’ de que os custos eram demasiado elevados” (CHOMSKY, 1994, p. 269). A pergunta de Chomsky persistia, afinal, fatos como esse deveriam fazer-nos refletir seriamente: “Como se conseguiu esta subserviência surpreendente ao sistema doutrinal?”.

Curiosamente, o desdém não se estabeleceu por ocultação dos fatos, as fontes citadas sobre os eventos, em muitos casos, são do próprio governo. A questão era o quadro geral por onde esses “fatos” eram apresentados. Um grande número de teses, manuais escolares e meios de comunicação - com raras exceções - adotaram a assunção de que a postura americana era *a priori* defensiva, talvez fosse uma reação exagerada, até mesmo imprudente. Mas a legitimidade da invasão em si mesma jamais foi confrontada. Os mecanismos de doutrinação transparecem no debate que opunha os falcões às pombas. Os falcões eram aqueles que, como o jornalista Joseph Alsop, apostavam que a guerra podia ser ganha, desde que houvesse dedicação suficiente. Na alegação das chamadas pombas, concordava-se com a opinião de Arthur Schlesinger de que, possivelmente, a guerra não podia ser ganha, embora, tal como Schlesinger, admitisse que “todos nos rezamos para que o Sr. Alsop tenha razão”. Em resumo:

todos rezamos para que os Estados Unidos tenham êxito na agressão e no massacre; e se assim acontecer, de acordo com o que Schlesinger disse num livro que o consagrou como um ‘líder antiguerra’ (Leslie Gelb) aos olhos dos comentaristas mais importantes, ‘podemos todos saudar a prudência e a diplomacia do governo americano’, por ter conduzido uma guerra que estava transformando Vietnam numa ‘terra de ruína e de destruição’ (CHOMSKY, 1994, p. 270).

Na tese padrão, aceita pelos aparatos doutrinários, a guerra foi uma cruzada falha, empreendida por motivos nobres, ainda que ilusórios. A posição adotada pelos pombos *versus* falcões esboça uma importante tese de Chomsky sobre o caráter dos sistemas democráticos de controle do pensamento. Nas sociedades democráticas, que não podem apelar à estrutura de violência desvelada, forja-se, na prática, uma espécie de religião de Estado:

Os sistemas democráticos de controle do pensamento têm um caráter radicalmente diferente. A violência é rara, pelo menos contra os sectores mais privilegiados, mas exige-se uma forma de obediência muito mais profunda. Não basta obedecer à doutrina estatal. Mas, considera-se necessário assumir o espectro total de discussão - nada pode ser imaginado para além da Linha do Partido. As doutrinas da religião oficial são, muitas vezes, omitidas, sendo antes pressupostas como enquadramento da discussão entre os indivíduos bem intencionados, o que é uma técnica de controle do pensamento muito mais eficaz. O debate deve travar-se, pois, entre as «pombas» e os «falcões», os Schlesingers e os Alsops. A idéia de que os Estados Unidos estão envolvidos numa agressão e de que essa agressão é ilegítima deve continuar a ser impensável e omitida, com referência ao Santo Estado. Os «críticos responsáveis» dão um contributo apreciável a esta causa, pelo que são tolerados e mesmo respeitados. Se até os críticos adotam tacitamente as doutrinas da religião oficial, quem pode questioná-la? (CHOMSKY, 1994, p. 271).

Chomsky verifica que o espaço para a dissidência real também está limitado nas sociedades “democráticas”. Noam passa então a produzir um longo e denso trabalho de crítica à doutrina de estado. No caso, a política externa americana é o foco das buscas. Nesse caminho, através de comentários enviesados e fragmentários (pois em geral seu trabalho político centra-se na análise da argumentação oficial do império americano, em seus diversos modos de manifestação) Chomsky chega a algumas conclusões gerais de um projeto político para nossa época, que possa nos livrar das tiranias privadas de toda espécie, tal como da “lavagem cerebral”.

Dessa maneira Chomsky combate o conceito de *homem econômico*, característico da doutrina liberal contemporânea, que visa a maximização do poder individual, representada por formas autocráticas de gerenciamento da vida por parte do capital. Essa concepção gera a distorção do conceito de liberdade como utilização livre e criativa das próprias capacidades. A acumulação e dominação, nessas práticas, impedem o florescimento do trabalho livre e criativo. Com o individualismo possessivo no padrão proposto pela noção de homem econômico levanta-se uma barreira ao consumo orientado ao bem comum. Na esteira dessa concepção, “Em 1690, Locke sustentou que a busca da fortuna (propriedade) é um dos direitos básicos dos seres humanos, junto com a vida e a liberdade. Em 1776, Smith pensava que a natureza humana mostra certa ‘propensão’ a ‘permutar, trocar e intercambiar algumas

coisas por outras” (MACGILVRAY, 2006, p. 251). Smith acreditava que essa propensão, junto da fala e da razão, distinguiria radialmente os homens dos animais.

Com David Ricardo e Malthus a acumulação e a dominação não eram, pelos menos visivelmente, parte dos objetivos essenciais dos valores econômicos. Para que houvesse satisfação no trabalho valorizava-se a liberdade de oportunidades. O conceito de homem econômico só é concebido em função da acumulação e dominação, e de maneira mais precisa, com a paradigmática política dos EUA, desde os seus primeiros tempos. James Madison, quarto presidente americano, chegou a definir o direito de propriedade como acima das pessoas. Pois, afinal, corria-se o risco da “vontade da maioria” ameaçar os direitos de propriedade de uma “minoridade opulenta”. O novo escravismo salarial em conjunção com as invioláveis leis do mercado, no entanto, não podem controlar as crescentes tensões entre as classes sociais. As medidas que formaram parte do *New Deal*, já no século XX, são um exemplo da incorporação das demandas sociais com o intuito de arrefecer as ameaças causadas pela vontade da maioria.

Desde a Grande Depressão, segundo Chomsky, a elite econômica e administrativa americana compreendeu que “qualquer coisa semelhante a capitalismo de livre mercado é um desastre total”. A rígida intervenção governamental na economia se faz necessária para protegê-la de forças hostis, geradas principalmente pela competição excessiva. Sem o suporte do Estado as empresas privadas tendem a uma queda de rendimento, no conjunto da economia esse fracasso pode levar a um intermitente ciclo de depressões. Por essa razão as economias industriais exigem a maciça presença de um setor Estatal: “o modo como o nosso maciço setor estatal funciona aqui nos Estados Unidos é principalmente por meio do sistema militar” (CHOMSKY, 2005, p. 105). A transferência de subsídios públicos aos setores de tecnologia de ponta ocorre, por exemplo, através de órgãos como a NASA ou Pentágono, que cumprem o papel institucional de repassar os investimentos em pesquisa ao mercado. A retórica liberal se expressa, assim, pelo cinismo da política econômica real:

De fato, se olharmos as partes da economia americana que são internacionalmente competitivas: temos a agricultura, que recebe maciços subsídios do Estado; temos o problema da indústria de alta tecnologia, paga pelo Pentágono; e a indústria farmacêutica, fortemente subsidiada por meio do financiamento público às ciências – essas são as partes da economia que funcionam competitivamente. E o mesmo vale para qualquer outro país [...] isso é verdade desde o início da Revolução Industrial: não há uma única economia na História que tenha se desenvolvido sem extensa intervenção do Estado, com altas tarifas protecionistas, grandes subsídios, e assim por diante. (CHOMSKY, 2005, p. 106).

Como aponta Chomsky, dificilmente encontraremos um único elemento da indústria de tecnologia avançada nos EUA que não esteja ligado ao sistema do Pentágono. Os gastos públicos (advindo dos contribuintes) através de estímulos keynesianos revelaram uma concordância geral entre o empresariado e os planejadores da elite: Precisava-se de uma canalização dos fundos públicos para a economia. Uma economia eficiente e competitiva deve subsidiar a livre empresa. A pergunta que marca esse objetivo, no final da segunda Guerra é “O governo deveria efetuar gastos militares ou gastos sociais? Bem, deixou-se rapidamente muito claro nessas discussões que o rumo que os gastos governamentais iam ter que tomar eram militares” (CHOMSKY, 2005, p. 109).

Como é claro, a disposição pelos gastos militares não estimula a tomada de decisões num sentido democrático amplo. A palavra subsídio pode ser rapidamente substituída por segurança, isto é, se quisermos que o público não interfira nos procedimentos, tem-se que “manter um simulacro de constantes ameaças à segurança”. Em nome da segurança a Razão de Estado do executivo torna-se superior ao próprio legislativo. Os movimentos populares nos anos 60, contrários a guerra do Vietnã, esbarraram de maneira profunda nessas questões. Mas, por uma série de motivos, a sublevação não tomou fôlego suficiente para a reversão dessa política. Para Chomsky as discussões sobre a retirada Vietnã, naquele período, que eram importantes como tarefa imediata, caíram rapidamente na periferia do problema. O sistema de poder em questão (que envolve a economia, os setores administrativo e da *intelligentsia*) é o que lhe parece essencial. As mudanças institucionais de grande escala deveriam tocar o centro dessa questão: lidar com os problemas em seu âmago exigirá “em última análise, chegar à fonte do poder e dissolvê-lo”.

Afinal, se é contra a fabricação do consenso que Chomsky se insurge, não parece haver dúvida da necessidade dos referidos conceitos fundadores de sua teoria social para a estruturação dessa crítica, tal como da resolução do Problema de Orwell. Segundo Carlos Otero (1994, p. 213) “A ênfase na liberdade e na responsabilidade individual exige o máximo respeito às convicções pessoais íntimas não incompatíveis com o bem comum universal”. O discurso do intelectual, segundo afirma Chomsky, não é sofisticado porque temos aí apenas um convite crítico às pessoas normais, dotadas de inteligência normal¹⁸⁰: “O que é perfeitamente possível – você pode chegar a documentos liberados, pode copiá-los e compará-

¹⁸⁰ Sobre a inteligência normal, Macgilvray comenta que “todo o mundo está dotado de sentido comum, com um pouco de ceticismo e uma atitude mental aberta, o único elemento adicional que faltará as pessoas é a informação: Em análises de assuntos sociais e políticos basta encarar os fatos e estar disposto manter uma linha de argumentação racional. Só se requer o bom senso cartesiano, que está repartido por igual” (MACGILVRAY, 2006, p. 248).

los, e então fazer alguma anotação” (CHOMSKY, 2005, p. 136). As barreiras institucionais opressoras devem ser quebradas, de baixo para cima, a fim de libertar os impulsos criativos básicos, e não os anulando. Por isso

outras opções têm de ser abertas para as pessoas – tanto subjetivamente quanto, na verdade, concretamente, significando que se possa fazer alguma coisa com isso, sem grande sofrimento. E esse é um dos principais objetivos do socialismo libertário, eu acho: atingir um ponto em que as pessoas tenham a oportunidade de decidir livremente, por si mesmas, quais são suas necessidades e não só ter as ‘escolhas’ impostas a elas por algum sistema arbitrário de poder. (CHOMSKY, 2005, p. 275).

É por essa via que Chomsky se alinha à procura de um ideal de sociedade, cujo projeto se encontra na sua visão anarquista ou socialista libertária: ‘O anarquismo é o ideal máximo de que a sociedade deve se aproximar’ (parafrazeando Bertrand Russell). Mas, para os tempos atuais, Russell considerava alguma variante do socialismo cooperativo de guildas como uma projeção razoável para as sociedades industriais avançadas – com o controle das indústrias pelos trabalhadores, um conselho democrático representando a comunidade, algumas formas estatais restritas de gestão, a garantia das necessidades materiais de uma existência decente para todos e a organização de cidadãos por grupos de interesse. A imagem de um público esclarecido pela necessidade de descentralização do poder é recorrente para Chomsky. Essa via, frágil, é obtida pela simpatia do público, no tecido social de uma democracia direta, fortemente descentralizada. Essa solução, portanto, é delicada já que não se escora sobre a violência e coerção:

Estes grupos estariam determinados a preservar sua autonomia no que tange aos assuntos internos, além de dispostos a resistir a interferências por meio de greve, caso necessário, mantendo um poder suficiente (tanto no poder dos grupos em si mesmos, quanto num poder obtido por apelo à simpatia do público) para bem resistir às forças organizadas do governo sempre que sua causa for julgada justa. (RUSSELL, *apud* CHOMSKY, 2008a, p. 90).

Mas a distribuição da riqueza de forma igualitária, por decreto de Estado, não fornece garantia de que os impulsos criativos serão liberados, a manutenção da autonomia desses pequenos grupos locais deve ser mantida por uma gestão federativa do poder. A nova sociedade demanda a necessidade de distribuição de riquezas sob uma organização política descentralizada, a simples alocação de recursos pelo “Estado do povo” não é o socialismo da chamada evolução espiritual das massas: “O socialismo [libertário] trata da libertação do impulso criativo e da reconstrução da sociedade para este fim. A riqueza pode ser distribuída de maneira equânime numa prisão, os recursos podem ser alocados racionalmente por uma

ditadura ou por uma oligarquia cooperativa” (CHOMSKY, 2008a, p. 91). Se tivermos em vista a amplitude do conceito de liberdade oriundo da natureza humana, poderemos perceber com nitidez que o controle da gestão é coessencial ao conjunto das concepções sociais de Chomsky. Dessa forma:

O socialismo só será alcançado na medida em que todas as instituições sociais, especialmente as industriais, comerciais e financeiras que atuam na sociedade moderna, forem submetidas ao controle democrático de uma república industrial federativa do tipo que Russell e outros vislumbraram, com conselhos de trabalhadores funcionando ativamente ao lado de outras unidades de auto-organização no interior das quais cada cidadão - para utilizar as palavras de Thomas Jefferson - será ‘um participante direto no governo dos negócios’ ” (CHOMSKY, 2008a, p. 92).

A proposta do socialismo libertário, dessa maneira, coerente com o restante da obra política de Chomsky, é guiada pela necessidade de florescimento das potencialidades criativas. Tais potencialidades são alcançadas sob a organização da produção e da distribuição de riquezas, assim como pelo planejamento social e econômico, que deve estar subordinado ao controle democrático direto, no próprio local de trabalho e em meio à comunidade. Esse esboço do socialismo indica ao mesmo tempo a necessidade de movimentos revolucionários espontâneos, “os movimentos revolucionários têm, de modo bastante geral, se transformado num sistema de conselhos cuja meta é colocar os trabalhadores no controle direto da produção e criar um novo espaço público para a liberdade, constituído e organizado durante o próprio andamento da revolução que é levada a cabo” (CHOMSKY, 2008a, p.92).

A tomada do Estado, e a manutenção de sua forma centralizadora é a antítese do sistema de gestão operária. Seria ao mesmo tempo a derrocada da revolução no sentido que temos exposto. O socialismo de Estado e o Capitalismo, segundo Chomsky, não se enfrentam num embate tão distinto como se apresenta normalmente, pois ambos se caracterizam por formas semelhantes de controle autocrático da produção. Houve no período da guerra fria, por exemplo, “a convergência dos grandes sistemas industriais na direção de alguma forma de capitalismo ou socialismo de Estado” (CHOMSKY, 2008a, p.94). Ou seja, o controle burocrático é algo que se insere como constante (de certa forma) tanto nas economias socialistas quanto nas capitalistas. No sentido das metas da natureza humana, também caberia aí uma severa rejeição:

Meio século depois, podemos ver ainda mais claramente a extrema similaridade entre o comissário bolchevique e o magnata dos trustes americanos, ambos, imbuídos da importância dos mecanismos como um fim em si mesmo e igualmente certos de suas posições como detentores da chave que faz os mecanismos funcionarem [...]

Com frequência, de modo similar, o partido de vanguarda é um partido com uma alma. Em ambos os casos, aqueles que insistem em afirmar que os homens se submetem às regras dessas autocracias benevolentes podem, com justiça, ser suspeitos de compreender mal a natureza humana e de desejar transformar os homens em máquinas. (CHOMSKY, 2008a, p. 94).

Se a concepção humanística de Chomsky, assim como a de Humboldt, realmente estiver correta, se a natureza humana caracterizar-se pelo investigar e criar sob as condições da liberdade capaz de despertar uma atividade espontânea, o partido de vanguarda é uma forma real de obstrução. Portanto, a análise da clivagem comunismo *versus* capitalismo, que de forma geral assentou a propaganda dessas potências na era da guerra-fria, parece, ao menos do lado comunista, algo insólito, pois, ao seu ver

não houve nada, em lugar algum, que possa ser descrito de modo otimista como vitória do socialismo, pelo menos não no seu sentido libertário. Em várias partes do mundo subdesenvolvido, onde a maior parte da população vive naquilo que um poeta chinês certa vez chamou de "grau zero da vida", mudanças dramáticas e animadoras estão em curso sob a liderança daquele que tanto o Ocidente quanto o Oriente chamam de 'comunista'. (CHOMSKY, 2007, p.143).

A burocracia dominante em tais regimes não apenas foi apenas parasitária, pois também se estruturou como parte da organização social estabelecida. Fica evidente que tais esforços não têm conduzido a uma sociedade de produtores livres que organizam a produção e a distribuição sem uma autoridade externa coercitiva. Em suma, mantêm-se sob distância os controles democráticos nessas instituições. A crítica ao comunismo asiático acompanha esse diagnóstico: “Uma vez reconhecido esse fato, permanece um sério erro achar que o comunismo asiático representa um modelo para a sociedade industrial avançada, por mais que devamos, na minha opinião, simpatizar com muitas de suas aspirações e por mais que devamos admirar sua resistência heróica à violência e ao terror imperialistas” (CHOMSKY, 2008a, p. 97).

Mesmo sob as condições históricas pelas quais passou a Rússia, para Chomsky, permanece estranho classificá-la como socialista, pois “pode-se debater até que ponto a tirania do Estado russo deriva da doutrina bolchevique ou mesmo das circunstâncias de seu desenvolvimento. Mas descrever a tirania como ‘socialista’ é uma piada cruel” (CHOMSKY, 2008a, p. 98). A crítica ao poder centralizado, que atravança a realização socialista em seu sentido libertário revela, nesse sentido, que o socialismo deve passar pelo crivo da análise das necessidades fundamentais da natureza humana. Através dessa análise ressalta-se como inegável o papel nefasto da centralização do poder.

Para Chomsky, a crítica anarquista do autoritarismo socialista é uma herança de

Bakunin. Que deve ser estendida através da visão de natureza humana aqui descrita. Por outro lado, em relação aos Estados Unidos, o Pentágono, tem sido descrito de modo preciso como a segunda maior administração estatal do mundo. Embora detalhes precisos necessitem de elaboração, ainda assim há poucas dúvidas de que “o poder econômico privado se encontra maciçamente concentrado e que seus representantes dominam o poder executivo, o qual vem crescendo substancialmente em termos de poder nos anos pós-guerra” (CHOMSKY, 2007, p.43).

A força e interferência do poder econômico em instituições estratégicas como o Pentágono são um exemplo da chamada ditadura eletiva ou despotismo eletivo. Até mesmo análises liberais são contundentes em relação a essa caracterização:

Tem-se sempre utilizado nos EUA um expediente de tempo de guerra para resolver a questão da república em termos de uma 'ditadura constitucional', para não dizer transformando-a em Estado totalitário. Confere-se, assim, uma massa de poderes extra constitucionais ao executivo. Essa necessidade vem se tornando permanente, embora o Congresso tenha mais de uma vez lutado contra a tendência, contínua e freqüentemente recaindo em querelas inúteis. (CHOMSKY, 2008a, p.100).

A construção de uma ideologia anticomunista recebeu forte apoio do aparato militar, científico e tecnocrático do mundo liberal. Através desse aparato “a idéia de primazia irrestrita das necessidades estratégicas e militares” ganha a sociedade. Essa estrutura levaria a uma supressão gradual do dissenso e deslocaria os Estados Unidos para mais perto de uma sociedade do tipo descrito por Orwell, no texto 1984. O que parece central na observação de Chomsky é a articulação das corporações de capital, e sua relação de cumplicidade com esse aparato:

Para corrigir um sério desequilíbrio em tais observações, devemos enfatizar que a coalizão de dirigentes é, na realidade, dominada por representantes de interesses corporativos, um ponto que é freqüentemente ignorado. Para completar o quadro, deve-se ainda ressaltar que esses interesses corporativos têm alcance internacional. K. W. Weddeburn escreve a respeito dizendo que a organização dominante da próxima década será a empresa internacional ou multinacional, e cita um ministro do gabinete britânico que dizia, em 1968, que os governos nacionais, ‘inclusive o governo britânico’, serão reduzidos à condição de conselho paroquial ao lidarem com as grandes companhias internacionais que cruzam o mundo. (CHOMSKY, 2005, p. 231).

O sistema de controle centralizado, exercido por esse sistema está amplamente coberto pelas análises de Chomsky. A organização *Standard Oil Company* de Nova Jersey, por exemplo, que controla o sustento de meia dúzia de países estratégicos, além de ser uma das principais forças políticas atuando domesticamente, com sua própria agência de inteligência e

redes paramilitares, fornece regularmente pessoal capacitado para altos cargos executivos no governo e exerce sobre a vida social, política e econômica americana um forte impacto. Citamos aqui uma ínfima parte das denúncias que nos aparece através de uma miríade de análises. Parece-nos, afinal, que em grande parte dessas constatações os conceitos de liberdade e natureza humana são centrais para o exercício dos juízos críticos do ativista. As raízes do amplo projeto de emancipação encontram-se, assim, atreladas à tentativa de estabelecer uma teoria da liberdade e as condições desta.

Na perspectiva chomskiana a natureza do *homo loquens* vem ao encontro da história, não pode ser, afinal, apenas produto da história, apesar de ser, também, aperfeiçoada no processo histórico. O estudo da faculdade de linguagem, um dos elementos constitutivos da natureza humana permite-nos formular esse conceito ao menos de maneira significativa em seus aspectos intelectuais e cognitivos. Podemos notar, destarte, que grande parte do ativismo de Chomsky expressa juízos conceituais calcados na reflexão sobre a linguagem segundo a mediação da natureza humana. A discussão sobre a linguagem mesmo com seus limites técnicos, não parece completamente separada do restante de sua obra. As ressonâncias são visíveis, conforme notamos em casos específicos. Aponta-se a tarefa fundamental (e inacabada) de aprofundamento, investigação e se possível de demonstração dessa teoria social na práxis humana. Mas só no futuro poder-se-á dizer se tal tarefa coincidirá de fato com a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chomsky através do racionalismo crítico parte para a constituição de uma análise política e social, como observamos, o florescimento das potencialidades criativas depende da livre organização da produção pelos trabalhadores, como também da distribuição igualitária da riqueza. Com isso temos uma teoria social orientada por uma via justificada, dada uma concepção acessível da natureza humana.

Nessa articulação epistemológica e política revela-se o “pressuposto da separação estrita entre sujeito e objeto do conhecimento – efetivamente imprescindível para todas as ciências naturais” (APEL, 2000, p. 305). Isto significa, para Apel, “a ruptura da comunicação com a natureza, ou seja, a renúncia à ‘compreensão’ de intenções de sentido, [que] foi o pressuposto assumido pelas ciências naturais da era moderna”. A posição de Habermas em relação ao pensamento de Chomsky também nos parece acertada, no que tange à crítica de projeção da política sob uma base conceitual alheia a esfera intersubjetiva. Independente da análise que tenhamos que fazer sobre a idéia da natureza humana, nos parece, afinal, que as leituras políticas de Chomsky merecem ao menos um lugar nas considerações daqueles que pretendem entender as instituições sociais em nossa época.

É nítida a intenção de Chomsky em falar da liberdade como a auto-expressão genuína dos homens, partindo de um conteúdo de valores internos ao sujeito lingüístico. A posse intrínseca desses valores serve de lastro às necessidades humanas fundamentais: “como o sujeito poderia reagir à sociedade fascista como o único meio ou fator de condicionamento operante?”. Por meio do conceito de natureza humana os limites do mundo político deverão ser mensurados. Nesses termos, a sociedade futura possuiria um horizonte claro e distinto. O combate à hierarquia e ao centralismo estatal se compõe pela mesma ordem lógica.

É certo que uma teoria do discurso passa ao largo dessa discussão, estamos no campo da competência, fundadora da liberdade. A dignidade do apelo ao sujeito em seu instinto de revolta está circunscrita, conceitualmente falando, a esse âmbito que se lança para todo círculo mundano. Há uma espécie de comunicação direta dos aspectos da liberdade de criação para a vida em geral, como se nota na linguagem ordinária. Apesar das dificuldades constadas pelo próprio Chomsky, esse procedimento não conta, é claro, com interferência real do mundo da vida e de suas condições de comunicabilidade, apesar de estas existirem no reconhecimento da performance.

Jürgen Habermas é notoriamente quem melhor expôs esses problemas. Acreditamos que Habermas soube tratar a questão reconhecendo o valor da obra de Chomsky, situando-a sob sua merecida área de abrangência: a competência. Já a competência comunicativa (performance), lembra Habermas, em nada afeta a noção de estrutura ou de regras postuladas pela competência elaborada em Chomsky. Tais concepções podem subsistir, porém, sempre associadas à validação comunitária. O campo normativo da idéia de liberdade, questão discursiva por excelência, deve se submeter invariavelmente à pragmática universal da comunicação humana. A posse de conhecimentos subjacentes é genuína, mas o alcance dessa tese compõe apenas parte da realidade. A distinção feita por Habermas entre competência comunicativa e competência lingüística, portanto, nos parece esclarecedora nesse sentido.

De acordo com Cornelius Castoriadis, nessa direção, a “idéia de uma igualdade social e política substantiva dos indivíduos não é nem poderia ser uma tese científica [...] Ela é uma significação imaginária social, e, mais exatamente, uma idéia e um querer político, uma idéia que envolve a instituição da sociedade enquanto comunidade política” (CASTORIADIS, 2002, p. 337). O conceito socialista libertário de Chomsky, calcado sob a natureza humana, jamais poderia ser transportado de uma ordem de constatação imediata e a-histórica, ou positiva, para deste modo fundamentar a teoria política (parece ser essa a vontade do lingüista).

Na avaliação de Castoriadis o espelho da natureza estaria irremediavelmente quebrado, só poderíamos recolher *todos* seus cacos no campo discursivo em virtude do desejo político, direcionado pela coletividade. O que, além do mais, não garante uma moldagem bem-sucedida ou absolutamente formal, pois nesse ato nos colocamos no campo da performance (campo social-histórico), onde qualquer pureza cristalina rapidamente desvanece. Afinal, por qual rota resolveríamos a primordial condição da performance nesse quadro político? Parece-nos que as preocupações da virada lingüística não são legítimas para Chomsky.

A idéia de *liberdade* postulada por Chomsky, que não separa valores de igualdade para a espécie humana, se conecta de maneira indispensável ao princípio de natureza humana como condição não desejada. O único desejo é o de reter o conceito de liberdade sob um quadro involuntário, ou seja, trata-se do desejo de “gramaticalizar” a natureza humana. Essas duas dimensões, filosófica e política, apesar de carregarem apresentações interdependentes, revelam profunda conexão. Nesse caso, a filosofia da natureza humana procura fundamentar a política em razão do esquema ideal da sociedade futura, que atende aos direitos humanos fundamentais. Essa argumentação se estabelece pelo eixo de uma teoria acessível para a natureza humana.

De outro lado, é surpreendente notar que o itinerário dessa fundamentação política não se fecha numa circunferência perfeita, apesar da pretensão. Afinal de contas, como adverte Chomsky, a teoria da acessibilidade é apenas uma estrutura racionalmente adequada, que consta como uma etapa na elaboração científica. Quaisquer que sejam as visões que tenhamos sobre a natureza humana, por mais aproximadas que forem, ainda não são ciência propriamente dita. Tal fato coincide com o exercício da refutação negativa dos conceitos de natureza humana, concorrentes ao de Chomsky. A refutação negativa se apresenta como não sistemática, embora seja eficiente e razoável. A esperança acha-se sempre em razão de fundar as bases da refutação negativa de maneira definitiva, se possível pelas ciências naturais. Como esse horizonte não é imediato ou sequer definido, a separação entre hipóteses concorrentes (em sua lógica interna) é suficiente para estruturar os argumentos provisoriamente dispostos.

Chomsky insiste nesses recursos de reflexão política, apesar dos problemas que possam conter, pois considera que a natureza humana é um aspecto imprescindível da reflexão social: “Estou bem ciente de que tais idéias são consideradas absurdamente ingênuas nos círculos intelectuais atualmente em moda, mas isso é uma outra questão: sobre a moda intelectual – no meu entender, sobre sua patologia”(CHOMSKY, 2004b, p. 149).

Se a política não se configura através de uma ciência natural, isso se deve mais por insuficiência de provas do que pela vontade do lingüista. A escolha de um horizonte político para a sociedade pós-industrial continua a ser aquele que almeja um conceito de natureza humana legítimo. Tal seria o caso do liberalismo clássico, que aponta a necessidade da ação livre dos sujeitos sob tal base. Por essa razão, a lógica da política de Chomsky (re)encontra sua raiz na realização da tradição liberal clássica pré-industrial e nos seus continuadores libertários, da era pós-industrial. O fator decisivo é que para se fechar o círculo político deve-se fundar o conceito de natureza humana. Logo, nota-se que esse projeto não poderia apartar-se do suporte original permitido pela análise genérica da faculdade de linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEL, Karl-Otto. **Transformação da Filosofia 2: O a priori da comunidade de comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.
- BARSKY, Robert. **Noam Chomsky: A vida de um Dissidente**. Tradução Rosalind Mobaid. 1. ed. São Paulo: Conrad, 2005. 271 p.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Aspectos Linguísticos de la ciencia**. Madrid: Taller de Ediciones, 1973, 128 p.
- BLOOMFIELD, Leonard. *A Set of Postulates for the Science of Language*. IN: JOOS, Martin. **Readings in Linguistics**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1957.
- BORGES NETO, J. O Empreendimento Gerativo. In: Fernanda Mussalim; Anna Christina Bentes. (Org.). **Introdução à Linguística: Fundamentos Epistemológicos**. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004, v. 3, p. 93-129.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- BRACKEN, Harry M. **Berkeley**. London: MacMillan, 1974.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CHOMSKY, Noam & FOUCAULT, Michel. **Debate: on the human nature**. New York: New Press, 2006a.
- CHOMSKY, Noam e MILLER, George. **El analisis formal de los lenguajes naturales**. Madrid: Alberto Corazon Editor, 1972, 145 p.
- CHOMSKY, Noam; PIAGET, Jean. **Teorias da Linguagem, Teorias da Aprendizagem**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Tradução José Antônio Meireles e Eduardo P. Raposo. 2. ed. Coimbra, Portugal: Armênio Amado Editor, 1978. 372 p.

- _____. **Razões de Estado**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Record, 2008b.
- _____. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge: The M.I.T Press, 1965, 251 p.
- _____. **Cartesian Linguistics: a chapter in the history of rationalist thought**. New York: Harper & Row publishers, 1966, 119 p.
- _____. **Contendo a Democracia**. Tradução de Vera Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Record, 2003. 516 p.
- _____. **Diálogos com Mitsou Ronat**. Tradução Álvaro Lorencini e Margarida Nitri. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1979. 179 p.
- _____. **Language and Politics**. 2. ed. Canada: AK Press, 2004a. 802 p.
- _____. **Language and responsibility**. New York: Flammarion, 1977, 212 p.
- _____. **Linguagem e Mente: Pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Tradução Lúcia Lobato. 1. ed. Brasília: Editora UNB, 1996. 83 p.
- _____. **Linguagem e Responsabilidade**. São Paulo: JSN, 2007a.
- _____. **Linguística Cartesiana**. Tradução Francisco M. Guimarães. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972b. 117 p.
- _____. **Notas sobre o Anarquismo**. Tradução Felipe Corrêa et al. 1. ed. São Paulo: Imaginário, 2004b. 223 p.
- _____. **Novos horizontes no Estudo da Linguagem e da Mente**. Tradução Marco Antônio Sant'Anna. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2005. 363 p.
- _____. **O Governo no futuro**. Tradução de Maira Parula. 1. ed. São Paulo: Editora Record, 2007b. 61 p.
- _____. **O Poder Americano e os Novos Mandarins**. Tradução Clóvis Marques. 1. ed. São Paulo: Record, 2006b. 460 p.

_____. **Para Entender o Poder.** Tradução Eduardo Francisco Alves. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 541 p.

_____. **Processo contra Skinner.** Tradução Nuria Pérez de Lara. 1. ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1974. 60 p.

_____. **Reflections on Language.** New York: Pantheon Books, 1975b. 269 p.

_____. **Reflexões sobre a Linguagem.** Tradução Isabel Gonçalves. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1975a. 283 p.

_____. **Regras e Representações: a inteligência humana e seu produto.** Tradução de Paulo Henriques Britto. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 220 p.

_____. **Sobre Natureza e Linguagem.** Tradução Marylene Pinto Michael. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006c. 250 p.

_____. **Sobre Política y Lingüística.** Tradução José Cano Tembleque. 1. ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970b. 58 p.

_____. **Syntactic Structures.** London/Paris: Mouton, 1957, 118 p.

_____. **Topics in the generative grammar.** Paris: The Hague, 1966b, 95 p.

_____. **Language and Mind.** 2 ed. Enlarged. Chicago: Harcourt Brace Javanovich, Inc., 1972. 194 p.

_____. **Language and Problems of Knowledge.** 1. ed. Cambridge Massachusetts: The MIT Press, 1988. 205 p.

_____. **Linguagem e Pensamento.** Tradução Francisco M. Guimarães. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1971. 127 p.

_____. **Problemas do conhecimento e da liberdade.** Tradução de Paulo G. Domenech Oneto. São Paulo: Record, 2008a, 172 p.

CORRÊA JÚNIOR, Ramiro. **Ética no sistema de idéias de Noam Chomsky**. 2003. 299 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Lingüística e Fonética**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 275 p.

DESCARTES, René. **Correspondence**. Trans. L. C. Rosenfield. *Annals of Science*, Vol. I, nº I, 1936.

DUBOIS, Jean (et al). **Dicionário de Lingüística**. Tradução Frederico Pessoa de Barros [et al]. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 653 p.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. Tradução Alice Kyoko Miyashiro [et al]. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 339 p.

GARDNER, Howard. **A nova Ciência da Mente**. São Paulo: Edusc, 2003. 456 p.

HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e Comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1992.

HARRIS, Zellig S. **Methods in structural linguistics**. Chicago: University of Chicago, 1951.

HARMAN, Gilbert [et al]. **Sobre Noam Chomsky: Ensayos críticos**. Tradução: Violeta Demonte e Juan Carlos Moreno. Madrid: Alianza Editorial, 1981, 355 p.

HUMBOLDT, Wilhem von. **Sobre el origen de las formas gramaticales y sobre su influencia en el desarrollo de las ideas**. Barcelona: Editorial Anagrama, S/D, 109 p.

KIGNT, Chris. **Decoding Chomsky**. *European Review*, n. 12 (4): 581-603, 2004.

LIMA JR., Jayme Benvenuto. **Noam Chomsky e o poder da retórica global em face das intervenções humanitárias**. Lua Nova: São Paulo, n. 73, 2008.

LYONS, John. **As idéias de Chomsky**. Tradução Octanny Silveira da Mota. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 1970, 121 p.

LEES, Robert B. **Review of Syntactic Structures**. IN: HARMAN, Gilbert. Sobre Noam Chomsky: Ensayos críticos. Tradução: Violeta Demonte e Juan Carlos Moreno. Madrid: Alianza Editorial, 1981, 355 p.

OTERO, Carlos P. **La revolución de Chomsky: Ciencia y Sociedad**. Madrid: Tecnos, 1984, 277 p.

OTERO, Carlos P. **Introducción a la lingüística transformacional**. México: Siglo XXI, 1973.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, T.B et al. **Dicionário do Pensamento Social no Século XX**. Tradução Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 970 p.

PECK, James. **The Chomsky Reader**. 1. ed. New York: Pantheon, 1987. 492 p.

PESCADOR, José Hierro S. **La teoría de las ideas innatas en Chomsky**. Barcelona: Labor Universitaria, 1976, 141 p.

PONZIO, Augusto. **Gramática transformacional e ideologia política**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, 117 p.

RAI, Milan. **Chomsky's Politics**. 3. ed. New York: New Left Books, 2000. 225 p.

RAPOSO, Eduardo Paiva. Da teoria de Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista: algumas idéias chave. In: CHOMSKY, Noam. **O Programa Minimalista**. Tradução Eduardo Paiva Raposo. 1. ed. Portugal: Caminho, 1999. 544 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **First and Second Discourses**. Org. R. D. Masters. New York: St.Martin's press, 1964.

RYLE, Gilbert. **El Concepto de lo Mental**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

RUWET, Nicolas. **Introdução à Gramática Gerativa**. Tradução Carlos Vogt [et al]. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 357 p.

SEARLE, John. *La revolución chomskyana en La lingüística*. IN: HARMAN, Gilbert. **Sobre Noam Chomsky: Ensayos críticos**. Tradução: Violeta Demonte e Juan Carlos Moreno. Madrid: Alianza Editorial, 1981, 355 p.

SMITH, Neil V. **Chomsky: Ideas y ideales**. Tradução: Izaskun Fuentes. 1. ed. Madrid: Cambridge University Press (Sucursal em Espana), 2001. 363 p.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Lingüística**. Tradução Marcos Bagno. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2005. 165 p.

WILKIN, Peter. **Noam Chomsky: On Power, Knowledge and Human Nature**. 1. ed. Great Britain: Macmillan Press, 1997. 203 p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)